

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado



Relatório de Atividades
2017



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

*COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO*

BRASÍLIA/DF

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	9
1.1. Composição da Comissão	9
1.1.1. Presidente	9
1.1.2. Vice-Presidentes	10
1.1.3. Membros.....	11
1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão	16
1.1.5 Equipe Técnica da Comissão	17
2. HISTÓRICO DA CSPCCO	19
2.1. Demonstrativos numérico de Requerimentos.....	19
2.2. Demonstrativo numérico de Projetos.....	20
2.3 Demonstrativo numérico de Eventos.....	20
2.4. Demonstração gráfica de Requerimentos nos últimos 5 anos.....	21
2.5. Demonstração gráfica de Projetos nos últimos 5 anos.....	22
2.6. Demonstração gráfica de Eventos nos últimos 5 anos	22
2.7. Demonstrativo de Emendas ao Orçamento aprovadas em 2017	23
2.8. A sociedade e a Comissão	23
3. REUNIÕES DELIBERATIVAS REALIZADAS.....	25
3.1 Março.....	25
3.2 Abril.....	26
3.3 Maio	28
3.4 Junho.....	36
3.5 Julho	38
3.6 Agosto	44
3.7 Setembro	48
3.8 Outubro	54
3.9 Novembro	63
4. EMENDAS AO ORÇAMENTO	69
4.1 Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2018.....	69
4.1.1. Sugestões de emendas recebidas.....	69
4.1.2. Sugestões de emendas aprovadas	71

4.2. Emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2018.....	72
4.2.1. Sugestões de emendas recebidas	72
4.2.2. Sugestões de emendas aprovadas.	74
5. EVENTOS	77
5.1. Audiências Públicas.....	77
5.1.1 Histórico das Audiências Públicas Realizadas	77
5.2. Outros eventos.....	137
5.2.1 Seminários	137
5.2.2. Reunião na Sala da Presidência da Comissão.....	141
6. SUBCOMISSÕES	143
Anexos	143
TABELAS	143
Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão	144
Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas	155
Tabela 2. Outras Saídas.....	157
Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão	159
Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas	171
Tabela 4. Requerimentos	181
Resolução nº 20, de 2004	197
Contatos	198

APRESENTAÇÃO



Deputado Capitão Augusto (Luís Macedo/CD)

Encerrando o meu mandato como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, apresento este relatório com o resultado dos trabalhos desenvolvidos na Sessão Legislativa que se findou em 2017.

Durante essa gestão, procuramos trabalhar para destacar a importância do tema da segurança pública, como atividade precípua e serviço essencial, que necessitava da devida atenção no cenário político nacional. O aprimoramento do nosso regime democrático e a melhoria das condições de vida da nossa população demandam a realização de uma profunda revisão sobre o tema no nosso ordenamento jurídico, bem como a priorização dessa matéria nas políticas públicas desenvolvidas.

Nesse sentido, mostra-se ser relevantíssimo o papel desta Casa, em especial desta Comissão, na formulação de um novo paradigma a ser apresentado no campo da segurança pública e no combate ao crime organizado. Foi visando atender, na medida do possível, a esse anseio, que procuramos pautar nossos trabalhos em 2017.

Ao longo do ano, promovemos 24 audiências públicas, em que debatemos temas de grande relevância para a área, contando com a presença de diversas autoridades, como o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Destaco, como exemplo, a

audiência realizada para ouvirmos especialistas sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública, medida legislativa de grande importância para o país nessa temática. Em outra oportunidade, discutimos as questões referentes às invasões de propriedades rurais e à escalada da violência no campo. Em outras Audiências Públicas debatemos, ainda, sobre o sucateamento das polícias e as consequências disso para a população e, também, sobre a grave crise da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, tema de tamanha importância que, hoje, levou à intervenção no referido estado.

Outrossim, questão de grande apelo popular que não poderia deixar de ser lembrada foi objeto de Seminário com participação desta Comissão, trata-se do debate sobre o jogo Baleia Azul, oportunidade em que nos foi demonstrada a fragilidade dos nossos jovens diante da exposição aos crimes cometidos na internet, bem como a necessidade de desenvolvimento de medidas para protegê-los e para fiscalizar os conteúdos disponibilizados em rede.

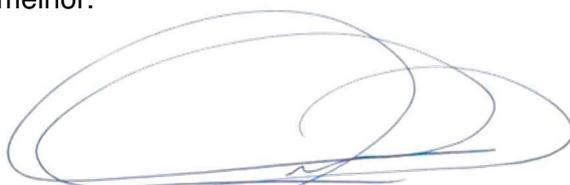
Também merece referência o recebimento por esta Comissão de 228 manifestações, dentre e-mails e ofícios/cartas postadas, tanto de cidadãos quanto de associações, entidades de classe e do próprio Poder Público, em relação às quais foram feitos os devidos esclarecimentos pertinentes aos remetentes.

Aprovamos 69 requerimentos e votamos 115 projetos de lei durante a realização de 26 reuniões deliberativas. Dentre essas proposições, foram muitos os temas de importância nacional que foram objeto de propostas aprovadas nesta Comissão: a) incentivo à prestação de informações que levem ao cumprimento de mandados de prisão referentes a crimes cometidos contra criança e adolescente (PL 2319/2015); b) investigação criminal e obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet (PL 5074/2016); c) alteração do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre videovigilância nas vias públicas de tráfego de veículos que menciona (PL 6463/2016); d) disponibilização de estrutura necessária para o combate ao tráfico de drogas no interior dos presídios (PL 6474/2016); e) estabelecimento do dever de reparação do dano causado pela infração como condição aos benefícios prisionais (PL 574/2015/ PL 1408/2015/ PL 7288/2017); f) criação do Programa "Empresa Parceira da Segurança Pública" (PL 7069/2017); g) instituição do Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas (PL 7605/2017).

Refletindo sobre todo esse trabalho realizado, ao finalizarmos, sentimos gratidão pela confiança que foi depositada nesta gestão e imensa satisfação pelas contribuições produzidas por esta Comissão, graças ao apoio de todos os membros, verdadeiramente empenhados em fazer o melhor pelo nosso povo. Procuramos realizar uma

política de resultados, em que, além de debates e discursos, importantes para a reflexão das matérias, avançamos com medidas concretas para o aprimoramento do nosso ordenamento jurídico.

Assim, encerro agradecendo aos colegas membros e a toda equipe de servidores da Comissão, que se empenharam ao máximo, buscando fazer do ano de 2017 uma referência de trabalho desta Casa em prol da segurança pública neste país. Ao mesmo tempo, registro meus sinceros votos de que o novo ano seja profícuo, pois nosso anseio como parlamentares e como cidadãos é o de que nos superemos a cada dia, no propósito sincero e concreto de um Brasil melhor.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a horizontal line at the bottom.

Deputado **CAPITÃO AUGUSTO** (PR/SP), Presidente.

1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.1. Composição da Comissão

1.1.1. Presidente



Deputado **CAPITÃO**
AUGUSTO
(PR/SP)
PRESIDENTE

Mandato: 2015/2019
Gabinete: 273 - Anexo III

1.1.2. Vice-Presidentes



Deputado DELEGADO
EDSON MOREIRA
(PR/MG)
1º VICE-PRESIDENTE

Mandato: 2015/2019
Gabinete: 933 - Anexo IV



Deputado GIVALDO
CARIMBÃO
(PHS/AL)
2º VICE-PRESIDENTE

Mandato: 1999/2003 2003/2007
2007/2011 2011/2015 e 2015/2019
Gabinete: 732 - Anexo IV



Deputado ALBERTO
FRAGA
(DEM/DF)
3º VICE-PRESIDENTE

Mandato: 1999/2003, 2003/2007,
2007/2011, 2015/2019
Gabinete: 511 - Anexo IV

1.1.3. Membros

Titulares			
 <p>Alexandre Leite DEM/SP</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 841 – Anexo IV</p>	 <p>Aluisio Mendes PODE/MA</p> <p>Mandatos: 2015/2019 Gabinete: 931 – Anexo IV</p>	 <p>Arnaldo Faria de Sá PTB/SP</p> <p>Mandato: 1987/1991 1991/1995 1995/1999 1999/2003 2003/2007 2007/2011 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 929 – Anexo IV</p>	 <p>Delegado Éder Mauro PSD/PA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 586 – Anexo III</p>
 <p>Delegado Francischini SD/PR</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 265 – Anexo III</p>	 <p>Eduardo Bolsonaro PSC/SP</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 481 – Anexo III</p>	 <p>Eduardo da Fonte PP/PE</p> <p>Mandato: 2007/2011 2015/2019 Gabinete: 628 – Anexo IV</p>	 <p>Eliziane Gama PPS/MA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 205 – Anexo IV</p>
 <p>Gilberto Nascimento PSC/SP</p> <p>Mandatos: 2003/2007 2015/2019 Gabinete: 834 – Anexo IV</p>	 <p>Glauber Braga PSOL/RJ</p> <p>Mandatos: 2007/2011 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 362 – Anexo IV</p>	 <p>Gonzaga Patriota PSB/PE</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019. Gabinete: 430 – Anexo IV</p>	 <p>Guilherme Mussi PP/SP</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 712 – Anexo IV</p>

 <p>João Campos PRB/GO</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 315 – Anexo IV</p>	 <p>Keiko Ota PSB/SP</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 523 – Anexo IV</p>	 <p>Laerte Bessa PR/DF</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2015/2019 Gabinete: 340 – Anexo IV</p>	 <p>Laudívio Carvalho SD/MG</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 717 – Anexo IV</p>
 <p>Laura Carneiro PMDB/RJ</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2015/2019 Gabinete: 419 – Anexo IV</p>	 <p>Marcos Reategui PSD/AP</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 344 – Anexo IV</p>	 <p>Mauro Lopes PMDB/MG</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 844 – Anexo IV</p>	 <p>Moses Rodrigues PMDB/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 809 – Anexo IV</p>
 <p>Onyx Lorenzoni DEM/RS</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 828 – Anexo IV</p>	 <p>Reginaldo Lopes PT/MG</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 426 – Anexo IV</p>	 <p>Rocha PSDB/AC</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 607 – Anexo IV</p>	 <p>Ronaldo Martins PRB/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 568 – Anexo III</p>

	 <p>Sabino Castelo Branco PTB/AM</p> <p>Mandato: 2007/2011 2015/2019 Gabinete: 474 – Anexo III</p>	 <p>Subtenente Gonzaga PDT/MG</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 750 – Anexo IV</p>	
--	--	---	--

Suplentes			
 <p>Alexandre Baldy PODE/GO</p> <p>Mandatos: 2015/2019 Gabinete: 441 – anexo IV</p>	 <p>Alexandre Valle PR/RJ</p> <p>Mandatos: 2015/2019 Gabinete: 587 – Anexo III</p>	 <p>Cabo Daciolo AVANTE/RJ</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 803 – Anexo IV</p>	 <p>Cabo Sabino PR/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 617 – Anexo IV</p>
 <p>Carlos Sampaio PSDB/SP</p> <p>Mandato: 2003/2007 2007/2011 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 207 – Anexo IV</p>	 <p>Delegado Waldir PR/GO</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 645 – Anexo IV</p>	 <p>Fernando Monteiro PP/PE</p> <p>Mandatos: 2015/2019 Gabinete: 282 – Anexo III</p>	 <p>Hugo Leal PSB/RJ</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 631 – Anexo IV</p>

 <p>Jair Bolsonaro PSC/RJ</p> <p>Mandatos:1991/1995, 1995/1999 1999/2003 2003/2007 2007/2011 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 482 – Anexo III</p>	 <p>João Rodrigues PSD/SC</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 503 – Anexo IV</p>	 <p>Júlio Lopes PP/RJ</p> <p>Mandato:2003/2007 2011/2015 2015//2019 Gabinete:544 – Anexo IV</p>	 <p>Lincoln Portela PRB/MG</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 615 – Anexo IV</p>
 <p>Magda Mofatto PR/GO</p> <p>Mandato: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 934 – Anexo IV</p>	 <p>Major Olimpio SD/SP</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 279 – Anexo III</p>	 <p>Marcelo Aguiar DEM/SP</p> <p>Mandatos:2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 367 – Anexo III</p>	 <p>Marcelo Delaroli PR/RJ</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 509 – Anexo IV</p>
 <p>Marcelo Matos PHS/RJ</p> <p>Mandatos:2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 579 – Anexo III</p>	 <p>Pastor Eurico PHS/PE</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 906 – Anexo IV</p>	 <p>Pedro Chaves PMDB/GO</p> <p>Mandatos: 1999/2003 2003/2007 2007/2011 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 406– Anexo IV</p>	 <p>Pedro Paulo PMDB/RJ</p> <p>Mandatos:2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 727 – Anexo IV</p>

 <p>Pompeo de Mattos PDT/RS</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2015/2019 Gabinete: 704 – Anexo IV</p>	 <p>Ronaldo Benedet PMDB/SC</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 918 – Anexo IV</p>	 <p>Sérgio Moraes PTB/RS</p> <p>Mandato: 2007/2011 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 258 – Anexo IV</p>	 <p>Sérgio Souza PMDB/PR</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 702 – Anexo IV</p>
 <p>Silas Freire PODE/PI</p> <p>Mandatos: 2015/2019 Gabinete: 484 – Anexo III</p>	 <p>Valtenir Pereira PSB/MT</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 913 – Anexo IV</p>	 <p>Vinícius Carvalho PRB/SP</p> <p>Mandatos: 2007/2011 2015/2019 Gabinete: 356 – Anexo IV</p>	 <p>Vitor Valim PMDB/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 545 – Anexo IV</p>

1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão

Membro	Deputado (a)	Partido	UF	Entrada	Saída
Suplente	Alexandre Valle	PR	RJ	3/5/2017	31/5/2017
Suplente	Alexandre Valle	PR	RJ	7/11/2017	*
Suplente	Silas Freire	PODE	PI	* 24/10/2017 31/10/201	19/10/2017 26/10/2017 *
Titular	Adérmis Marini	PSDB	SP	*	23/5/2017
Titular	Robinson Almeida	PT	BA	* 23/8/2017	01/8/2017 22/9/2017
Titular Suplente	José Priante	PMDB	PA	* 23/3/2017	23/3/2017 17/5/2017
Suplente	Pedro Chaves	PMDB	GO	28/3/2017	*
Suplente	Carlos Sampaio	PSDB	GO	6/9/2017	*
Suplente	Valtenir Pereira	PSB	MT	17/5/2017	*
Suplente	Wilson Filho	PTB	PB	*	22/11/2017
Suplente	Marcelo Aguiar	DEM	SP	*	19/10/2017

*Indica que o Parlamentar já era membro da Comissão desde a instalação ou sua permanência até o fim de 2017.

1.1.5 Equipe Técnica da Comissão

 <p>José Bemfica de Deus Secretário Executivo de Comissão</p>	 <p>Giovana Sílvia Cherchi Chefe do Serviço de Comissão – Sec. Executiva Substituta</p>
 <p>Gleice Chagas dos Angelos Chefe da Seção de Gestão de Proposições</p>	 <p>Elza Pereira de Arruda Chefe da Seção de Gestão de Reuniões</p>
 <p>João Marcos Ferreira Cantarino</p>	 <p>Maria Cecília Nunes Gonçalves</p>
 <p>Vítor Borsari Jerônimo CNE</p>	 <p>Janayna Luiz Graciano Estagiária</p>
<p>Desirée Barros Galeno Pró-adolescente</p>	<p>Rafael Cardoso Ponciano Pró-adolescente</p>

2. HISTÓRICO DA CSPCCO

Para ilustrar as deliberações da Comissão de forma sintética, apresenta-se neste item, sob a forma de tabelas e gráficos, histórico das proposições que tramitaram na Comissão e dos eventos realizados, demonstrativo das emendas ao orçamento aprovadas na Comissão e o atendimento prestado à sociedade em 2017, possibilitando visualizar e avaliar o volume de trabalho desenvolvido.

2.1. Demonstrativos numérico de Requerimentos

REQUERIMENTOS – FINALIDADES				
Total de Requerimentos Apresentados	<i>Subcomissões</i>	<i>Audiências Públicas</i>	<i>Outros Eventos</i>	<i>Diversos</i>
96	1	78	8	9
SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS				
Total de Requerimentos Apresentados	<i>Aprovados</i>	<i>Rejeitados</i>	<i>Prejudicados/Retirados</i>	<i>Não deliberados</i>
96	69	01	03	23

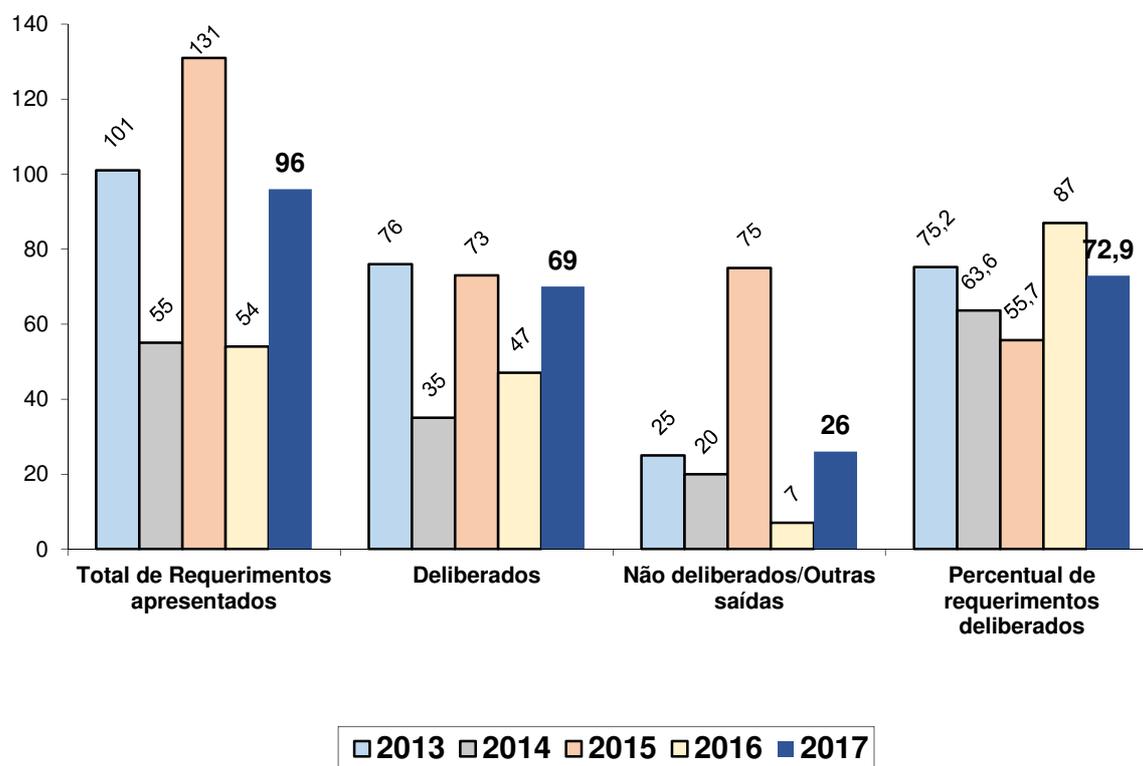
2.2. Demonstrativo numérico de Projetos

PROJETOS		
Pendentes de 2016		225
Recebidos em 2017		133
Total recebidos		358
Saídas	Deliberados	115
	Aprovados	104
	Rejeitados	11
	Outras saídas	27
Total de saídas		142
PENDENTES DE APRECIÇÃO		216

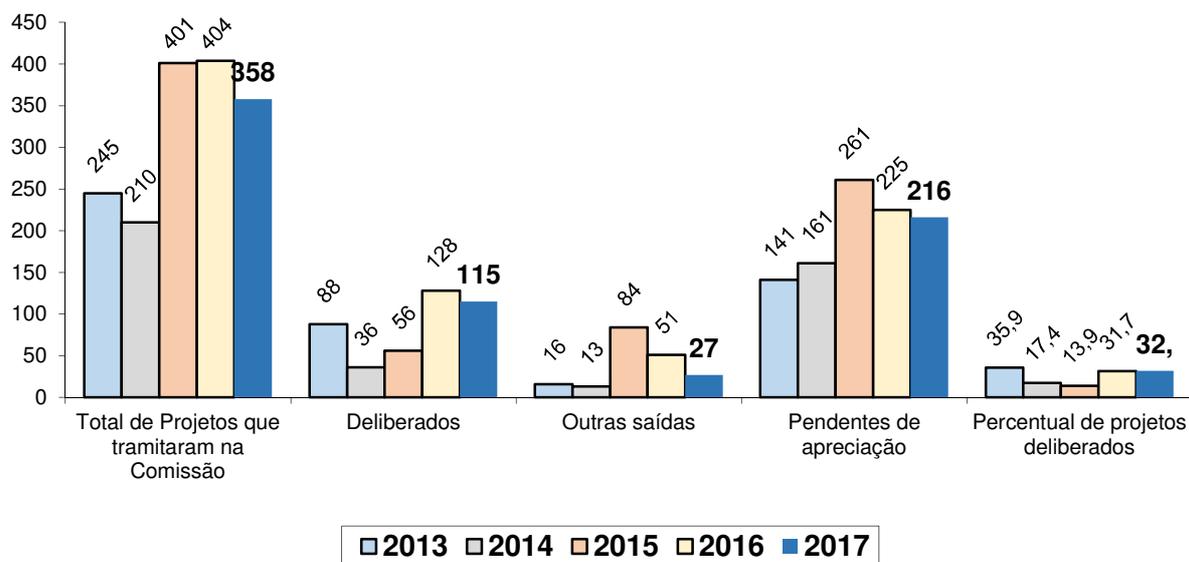
2.3 Demonstrativo numérico de Eventos

<i>Evento</i>	<i>Total</i>
Reuniões Ordinárias	
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes	1
Deliberativas	26
Audiências Públicas	24
Outros Eventos	
Seminário	1
Seminário Conjunto	2
Reunião – Sala Presidência	1
Total Geral	55

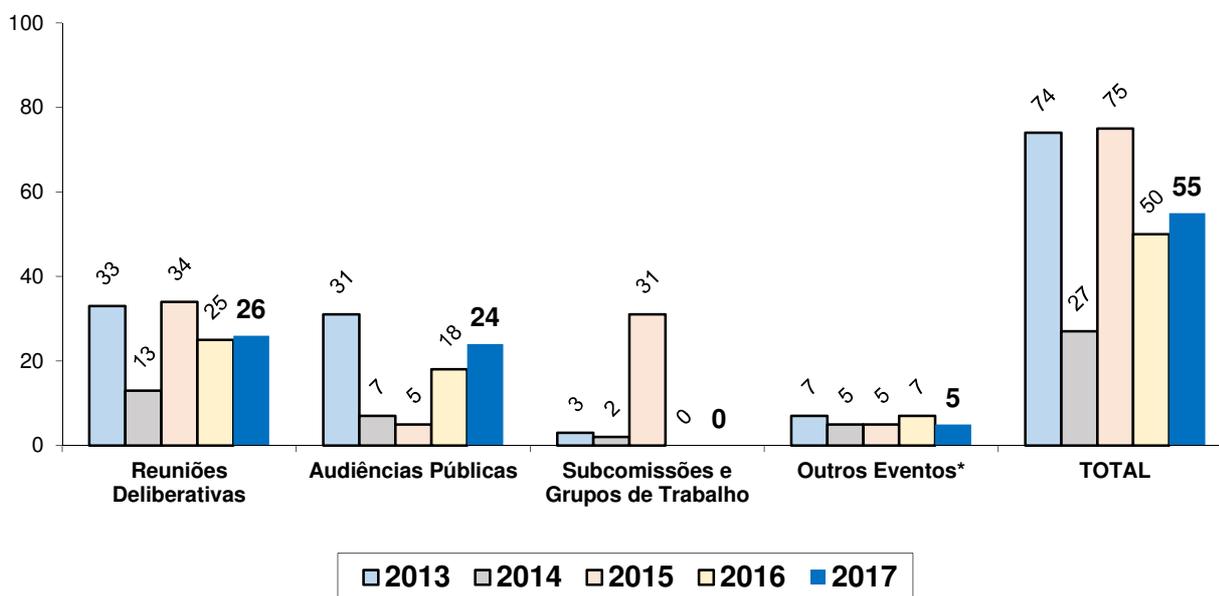
2.4. Demonstração gráfica de Requerimentos nos últimos 5 anos



2.5. Demonstração gráfica de Projetos nos últimos 5 anos



2.6. Demonstração gráfica de Eventos nos últimos 5 anos



* Somatório de reuniões de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidentes, seminários e visitas.

2.7. Demonstrativo de Emendas ao Orçamento aprovadas em 2017

EMENDAS – LDO 2018	
Emendas para inclusão de meta	2
Emendas de Texto	9
EMENDAS – LOA 2018	
Emendas para acréscimo de despesa	3
Emensas para inclusão de despesa	1

2.8. A sociedade e a Comissão

Em 2017, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado recebeu 228 manifestações, dentre e-mails e ofícios/cartas postadas, tanto de cidadãos quanto de associações, entidades de classe e do próprio Poder Público.

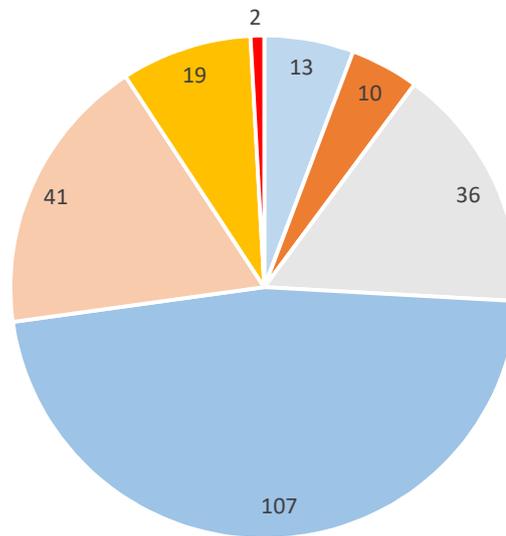
A partir dessas manifestações, a Comissão prestou os esclarecimentos pertinentes aos remetentes. Os assuntos abordados encontram-se no quadro abaixo, salientando-se que algumas mensagens individuais abordaram mais de um tema.

Tipo	TOTAL
Denúncia	13
Reclamação	10
Sugestão Legislativa	36
Solicitação de Serviços e Produtos/ informações	107
Correspondências do Poder Público	41
Correspondências de Entidades Privadas	19
Estágio visita	2

TOTAL GERAL

228

Manifestações recebidas



- Denúncia
- Sugestão Legislativa
- Correspondências do Poder Público
- Estágio visita
- Reclamação
- Solicitação de serviços/informações
- Correspondências de Entidades Privadas

3. REUNIÕES DELIBERATIVAS REALIZADAS

A seguir, apresentam-se os resultados das reuniões deliberativas realizadas ao longo do ano.

3.1 Março

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/3/2017

Reunião para Instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura e eleição do Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

RESULTADO DA ELEIÇÃO

Presidente: **Deputado CAPITÃO AUGUSTO** (PR/SP)

19	votos		
2	em branco		
-	nulos	Total de votos	21

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 29/3/2017

REQUERIMENTO Nº 186/2017 - dos Srs. **Alberto Fraga e Marcelo Matos** - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a gestão da segurança pública no âmbito do Distrito Federal". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 187/2017 - dos Srs. **Hugo Leal e Marcelo Matos** - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 5.065/2016, do Deputado Delegado Edson Moreira, que altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.989/2016 - do Sr. Severino Ninho - que "dispõe sobre a tipificação criminal do uso de explosivos, ou sua contrafação, como meio para furto, roubo ou extorsão; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências". **RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.** **PARECER:** pela aprovação, com substitutivo. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Pastor Eurico, relator do PL nº 5.989/2016 - (Cleia Viana/CD)

3.2 Abril

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 5/4/2017

Na primeira parte da reunião foi realizada a eleição dos Vice-Presidentes da Comissão e na segunda, a deliberação das proposições constantes da pauta.

ELEIÇÃO DOS VICE-PRESIDENTES

RESULTADO DA ELEIÇÃO

Primeiro-Vice-Presidente: **Deputado Delegado Edson Moreira (PR/MG)**

15	votos		
2	em branco		
-	nulos	Total de votos	17

Segundo-Vice-Presidente: **Deputado Givaldo Carimbão (PHS/AL)**

15	votos		
2	em branco		
-	nulos	Total de votos	17

Terceiro-Vice-Presidente: **Deputado Alberto Fraga** (DEM/DF)

15	votos		
2	em branco		
-	nulos	Total de votos	17

PROJETO DE LEI Nº 342/2015 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança em locais de reunião de público". **RELATOR: Deputado WILSON FILHO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 1.333/2015 - do Sr. Rodrigo de Castro - que "dispõe sobre a transparência das informações criminais". **RELATOR: Deputado WILSON FILHO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Wilson Filho, relator dos PLs nºs 342/2015 e 1.333/2015 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 6.463/2016 - do Sr. Adail Carneiro - que "altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre videovigilância nas vias públicas de tráfego de veículos que menciona". **RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 11/4/2017

REQUERIMENTO Nº 189/2017 - do Sr. Subtenente Gonzaga - que "requer a realização de Audiência Pública destinada ao debate sobre a Reforma

Previdenciária, suas consequências e reflexos para os integrantes e os órgãos encarregados da segurança pública e persecução penal". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.000/2016 - do Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - (PLS 8/2016) - que "institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)". **RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.** PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 7.602/2014 - da Sra. Mara Gabrilli - que "acrescenta art. à Lei nº 7.120, de 1984 - Lei de Execução Penal". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Determina o cumprimento de pena por pessoa com deficiência em estabelecimento distinto. Altera a Lei nº 7.210, de 1984. **RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES.** PARECER: pela aprovação deste, com adoção da emenda apresentada pela Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda. Vista ao Deputado Delegado Edson Moreira, em 29/03/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Aluísio Mendes, relator do PL nº 7.602/2014 - (Zeca Ribeiro/CD)

3.3 Maio

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 3/5/2017

REQUERIMENTO Nº 190/2017 - do Sr. Glauber Braga - que "requer a realização de Audiência Pública a fim de debater o Projeto de Lei 5.065/16 que altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º". **APROVADO** com a inclusão de convidados representantes da Agência Brasileira de Inteligência-ABIN, Polícia Federal e Ministério da Defesa.

REQUERIMENTO Nº 191/2017 - do **Sr. Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater os efeitos para a segurança pública caso a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016, seja aprovada, uma vez que, dentre outros comandos, retira recursos do FUNPEN e amplia a possibilidade da utilização de servidores aposentados na Força Nacional, inclusive, em tarefas administrativas" **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 192/2017 - dos **Srs. Alberto Fraga e Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 194/2017 - do **Sr. Moses Rodrigues** - que "requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública. Senhor Presidente, Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 17, VIII, c/c 255, do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater a cooptação de adolescentes para participar de um jogo chamado "Baleia Azul". **APROVADO COM A RETIFICAÇÃO** da ementa que passa a ser "realização de audiência pública para debater a cooptação de adolescentes para participar de um jogo chamado baleia azul", com a substituição do convidado Diego Dzodan, Diretor Geral do Facebook no Brasil e representante do *Whatsapp* pelos convidados André Lorenzetti, Diretor de Comunicação do Centro de Valorização da Vida - CVV e Thiago Tavares, Presidente da Safernet.

REQUERIMENTO Nº 195/2017 - dos **Srs. Keiko Ota e Moses Rodrigues** - que "requer a realização de audiência pública para debater o suicídio de jovens por conta do jogo conhecido como "Baleia Azul". **APROVADO.**



Dep. Moses Rodrigues um dos autores do Req. nº 195/2017 (Antonio Augusto/CD)

REQUERIMENTO Nº 196/2017 - do **Sr. Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de audiência pública conjunta para discutir meios legais de prevenção ao suicídio induzido ou estimulado em ambiente virtual". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 197/2017 - dos **Srs. Silas Freire e Lincoln Portela** - que "requer realização de mesa redonda nos municípios de Teresina , Parnaíba , Floriano, Picos e Piriapiri, no Estado do Piauí, para tratar sobre o aumento da criminalidade e violência urbana". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 198/2017 - do **Sr. Vinicius Carvalho e outros** - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a utilização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad)". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 199/2017 - do **Sr. Givaldo Carimbão** - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a prática criminosa do "Desafio da Baleia Azul". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 6.882/2017 - do Sr. Alberto Fraga - que "concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo por atuação em movimentos reivindicatórios". (Apensados: PL 6886/2017 e PL 6891/2017) **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** PARECER: pela aprovação deste e dos PLs nºs 6.886/2017 e 6.891/2017, apensados, com substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 7.036/2010 - do Sr. Fábio Faria - que "determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia". **RELATOR: Deputado ALEXANDRE BALDY.** PARECER: pela aprovação deste e da emenda da Comissão de Educação, na forma do substitutivo da Comissão de Viação e Transporte. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Alexandre Baldy, relator do PL nº 7.036/10 – (Luis Macedo/CD)

PROJETO DE LEI Nº 3.928/2015 - do Sr. Indio da Costa - que "cria o teste de integridade dos agentes públicos". (Apensado: PL 3969/2015) **RELATOR:**

Deputado JOÃO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição deste e do PL 3.969/2015, apensado. **APROVADO O PARECER.**



Dep. João Rodrigues, relator do PL nº 3.928/15 - (www.joaorodrigues.com.br)

PROJETO DE LEI Nº 6.417/2016 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "estabelece procedimento de destinação de projéteis e outros objetos perfurantes extraídos de vítimas de ato violento nas unidades públicas e privadas de saúde". **RELATOR: Deputado ALEXANDRE BALDY.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 17/5/2017

REQUERIMENTO Nº 193/2017 - dos **Srs. Alberto Fraga e Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de audiência pública conjunta para debater as questões referente as invasões de propriedades rurais". **APROVADO** com a inclusão de um representante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST e que seja realizada audiência pública única com a indicada no requerimento nº 204/2017, de autoria do Dep. Glauber Braga.

REQUERIMENTO Nº 200/2017 - do **Sr. Gilberto Nascimento** e outros - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o sucateamento da polícia judiciária e suas consequências para a população". Subscrito pelos Dep. Alberto Fraga e Arnaldo Faria de Sá. **APROVADO** com a realização de audiência pública única com a indicada no Requerimento Nº 208/2017, de autoria do Dep. Major Olímpio.



Dep. Arnaldo Faria de Sá, Coautor do Req. nº 200/2017 - (Lúcio Bernardo Júnior/CD)

REQUERIMENTO Nº 202/2017 - do **Sr. Alexandre Valle** - que " Requer a realização de Mesa Redonda na Câmara Municipal em Itaguaí-RJ, para debater os efeitos maléficos da criminalidade e da violência na região Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro, com a participação do Ministério da Justiça, da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Federal e da comissão e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no âmbito federal, Poder Judiciário, Poder executivo e Poder Legislativo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, além do Ministério Público Estadual". **APROVADO** com a alteração da lista de convidados: substituir Ministério Público Estadual por Ministério Público Federal.



Dep. Alexandre Valle, autor do Req. nº 202/2017 - (Vinicius Loures/CD)

REQUERIMENTO Nº 203/2017 - do **Sr. Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o Substitutivo, aprovado na CCJ e no Plenário do Senado, em um mesmo dia (24.4.17) aos Projetos de Lei do Senado nº 280, de 2016 e nº 85/2017, que definem os crimes de abuso de autoridade, seu impacto e suas consequências para os profissionais da segurança pública". **APROVADO** com a inclusão do nome na lista de convidados do Delegado

Carlos Eduardo Sobral, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL.

REQUERIMENTO Nº 204/2017 - dos **Srs. Glauber Braga e Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de Audiência Pública a fim de debater a escalada da violência no Campo". **APROVADO** com a realização de audiência pública única com a indicada no Requerimento Nº 193/2017, de autoria do Dep. Alberto Fraga.

REQUERIMENTO Nº 205/2017 - do **Sr. Capitão Augusto** - que "requer a realização de realização de Audiência Pública para debater a não lavratura do Termo Circunstanciado pelo policial militar no Estado de São Paulo". **APROVADO** com abstenção do Dep. Silas Freire e com a inclusão de representante da Associação de Oficiais Militares do Estado de São Paulo e Defesa da Polícia Militar - DEFENDA PM.

REQUERIMENTO Nº 206/2017 - do **Sr. Delegado Éder Mauro** - que "requer a realização de Mesa Redonda na cidade de Belém do Pará, para debater sobre o aumento da criminalidade e violência urbana, bem como a respeito da atuação da Segurança Pública no Estado do Pará". **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 207/2017 - do **Sr. Major Olimpio** - que " Solicita que seja realizada audiência pública no âmbito desta comissão a fim de debater sobre o sucateamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo e o seu efeito para a população". **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 208/2017 - dos **Srs. Major Olimpio e Laerte Bessa** - que "Solicita que seja realizada audiência pública no âmbito desta comissão a fim de debater sobre o sucateamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo e o seu efeito para a população". **APROVADO** com a realização de audiência pública única com a indicada no Requerimento Nº 200/2017, de autoria do Dep. Gilberto Nascimento, com a inclusão de representante do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF - SINDEPO, Sindicato dos Policiais Civis do DF - SINPOL e do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de São Paulo - SINDPESP.

REQUERIMENTO Nº 209/2017 - dos **Srs. Givaldo Carimbão e Pastor Eurico** - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a prática criminosa do "Desafio da Baleia Azul" **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 210/2017 - do **Sr. Alberto Fraga** - que "requer aprovação de Moção de Pesar ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal e aos familiares do Cabo Luciano Pereira dos Santos". **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 211/2017 - do **Sr. Alberto Fraga** - que "requer a aprovação de Moção Honrosa para o Cabo Heitor Theodoro da Silva". **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 212/2017 - do **Sr. José Priante** - que "solicita seja convidado o Presidente da OAB/MT e outros". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.654/2016 - do Senado Federal - Maria do Carmo Alves - (PLS 75/2012) - que "altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto". **RELATORA: Deputada KEIKO OTA.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Keiko Ota, relatora do PL nº 5.654/2016 - (www.keikoota.com.br)

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 31/5/2017

REQUERIMENTO Nº 213/2017 - do **Sr. Laerte Bessa e outros** - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir o reforço das fronteiras do Brasil, a fim de evitar o tráfico de armas e drogas". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 214/2017 - do **Sr. Marcelo Matos** - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a crise na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 215/2017 - do **Sr. Julio Lopes** - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 6.737, de 2016, e a segurança privada em âmbito nacional". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 216/2017 - do **Sr. Sabino Castelo Branco** - que "requer a realização de Audiência Pública para debater a crise na segurança pública no Estado do Amazonas". **APROVADO.**



Dep. Sabino Castelo Branco, autor do Req. 216/17- (Lucio Bernardo Jr./CD)

REQUERIMENTO Nº 220/2017 - do **Sr. Subtenente Gonzaga** - que "requer a inclusão do nome da autoridade que especifica na audiência pública a ser realizada para debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública, solicitada por meio do Requerimento nº 192 de 2017". **APROVADO.**

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 25/2011 - da Sra. Perpétua Almeida - que "requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize a Fiscalização e Controle do Programa Antiterrorismo no Brasil". **RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.** RELATÓRIO FINAL: pelo encerramento da fiscalização e pelo envio de ofício ao Departamento de Polícia Federal congratulando pelo trabalho realizado na Divisão de Inteligência Policial e, mais especificamente, na Divisão Antiterrorismo. **APROVADO O RELATÓRIO FINAL**, com abstenção do Deputado Glauber Braga.



Dep. Lincoln Portela, relator da PFC nº 25/2011 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 8.146/2014 - da Sra. Keiko Ota - que "determina que as viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública sejam dotadas de blindagem balística". (Apensados: PL 357/2015, PL 2.139/2015, PL 5.731/2016 e PL 7.030/2017) **RELATOR: Deputado MARCELO DELAROLI. PARECER:** pela aprovação deste, e pela rejeição dos PLs nºs 357/2015, 2.139/2015, 5.731/2016, e 7.030/2017, apensados. Vista ao Deputado Glauber Braga, em 17/05/2017. Parecer com complementação de voto, Dep. Marcelo Delaroli (PR-RJ), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 357/2015, do PL 2.139/2015, do PL 5.731/2016, e do PL 7.030/2017, apensados. **APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.**

3.4 Junho

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 7/6/2017

REQUERIMENTO Nº 219/2017 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "requer a realização de Audiência Pública para que sejam debatidos temas referentes à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência". **APROVADO** com sugestões de convidar dois representantes da Polícia Militar e dois da Polícia Civil.

REQUERIMENTO Nº 226/2017 - do Sr. Laerte Bessa - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir, implementar e melhorar os planos de saúde dos órgãos da Segurança Pública do Distrito Federal". **APROVADO** com a inclusão do convidado Renato Rainha, Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 573/2016 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 591/2016) - que "aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012". **RELATOR: Deputado MARCELO MATOS. PARECER:** pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 2.769/2015 - do Sr. Wadih Damous e outros - que "revoga o artigo 331 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), art. 299 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar) e a Lei 7.170, de 14 de setembro de 1983, que "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Revoga dispositivo do Código Penal e do Código Militar que trata do crime de desacato e a Lei de Segurança. **RELATOR: Deputado MAJOR OLIMPIO. PARECER:** pela rejeição. Vista ao Deputado Glauber Braga, em 17/5/2017. **APROVADO O PARECER** contra o voto do Deputado Robinson Almeida. O Deputado Glauber Braga apresentou Voto em Separado.

PROJETO DE LEI Nº 6.613/2016 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "altera a Lei n. 11.671, de 8 de maio de 2008, para tornar obrigatória a prisão de autores de crimes contra profissionais de segurança pública em estabelecimentos penais federais de segurança máxima". (Apensado: PL 7.296/2017) **RELATOR: Deputado ALUISIO MENDES**. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 7.296/2017, apensado, com Substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 95/2016 - do Sr. Alberto Fraga - que "propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) apure a atuação da Polícia Federal em operações policiais de investigação a membros da Polícia Militar do Estado de Goiás, sob suspeita da existência de grupo de extermínio". **RELATOR: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA**. Relatório Prévio: pela implementação. Vista ao Deputado Glauber Braga, em 17/5/2017. **APROVADO O RELATÓRIO PRÉVIO.**



Dep. Delegado Edson Moreira, relator da PFC nº 95/2016 - (Alex Ferreira/CD)

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 13/6/2017

PROJETO DE LEI Nº 5.475/2016 - da Sra. Gorete Pereira - que "dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em crimes contra a Mulher, nos municípios com mais de sessenta mil habitantes". **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO**. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Laerte Bessa, em 7/6/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Vinicius Carvalho, relator do PL 5.475/2016 (Will Shutter/CD)

3.5 Julho

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 5/7/2017

Sugestões de emendas ao PLN 1/2017-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018).

Emenda nº 1: Inclusão de meta para Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. Programa:2081; Ação: 8855; Meta: 51.312;

Emenda nº 2: Inclusão de meta para Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organiz. e Tecnologia das Instit. de Seg. Pública. Programa: 2081; Ação: 20iD; Meta: 1.600.

Emenda nº 3: Inclusão de texto no Anexo III, para incluir a Parte II: " Demais Ações que não serão objeto de limitação de movimentação de empenho".

Emenda nº 4: Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica.

Emenda nº 5: Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha.

Emenda nº 6: Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa – END.

Emenda nº 7: Inclusão de texto no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa.

Emenda nº 8: Inclusão de texto no art. 52, um inciso, para o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas.

Emenda nº 9: Inclusão de texto para alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença "por cada dia de deslocamento" no texto.

Emenda nº 10: Inclusão de texto para modificar o Parágrafo 7 do Artigo 17, referente a aquisição de passagens aéreas para servidor ou membro dos Três Poderes, do MPU e Def. Pública da União.

Emenda nº 11: Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 5/7/2017

REQUERIMENTO Nº 221/2017 - do **Sr. Givaldo Carimbão** - que "requer a realização de Audiência Pública para discutir políticas públicas antidrogas e medidas de recuperação de dependentes no âmbito da região denominada "Cracolândia", em São Paulo". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 228/2017 - dos **Srs. Capitão Augusto e Cabo Sabino** - que "requer a realização de visita de uma comitiva de parlamentares desta Comissão ao Estado do Espírito Santo, para debater a situação dos policiais presos em razão do movimento de paralisação dos policiais militares daquela unidade da federação". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 229/2017 - dos **Srs. Major Olimpio e Subtenente Gonzaga** - que "solicita que seja realizada audiência pública conjunto desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a situação dos Policiais Militares do Espírito Santo, presos em razão do movimento promovido por familiares em prol de condições dignas de trabalho". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 230/2017 - do **Sr. Cabo Sabino** - que "requer a realização de Encontro desta Comissão, no município de Fortaleza - CE, para debater com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público, a grave situação da Segurança Pública no Estado do Ceará". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 231/2017 - do **Sr. Cabo Sabino** - que "requer a realização de Audiência Pública, para debater com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público, a grave situação da Segurança Pública no Brasil". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 234/2017 - do **Sr. Glauber Braga** - que "requer a realização de Audiência Pública a fim de debater as políticas públicas antidrogas na região Cracolândia no centro de São Paulo". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 236/2017 - do **Sr. Delegado Waldir** - que " Requer a inclusão do nome da autoridade que especifica na audiência pública a ser realizada para debater os "temas referentes à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência", solicitada por meio do Requerimento nº 219 de 2017". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 237/2017 - do **Sr. Marcelo Delaroli** - que "requer a realização de Audiência Pública convidando o Governador do Estado do Rio de Janeiro - Luiz Fernando Pezão, o Ministro de Estado do Ministério da Defesa - Raul Jungmann, o Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Dr. José Eduardo Ciotola Gussemo, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - Antônio Roberto Cesário de Sá, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Wolney Dias, o 3º sgt da PMERJ - Anderson Valentim e um representante da Exatus (banca responsável organizadora do concurso da PMERJ), para debater e/ou prestarem esclarecimentos sobre a grave crise da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em especial das questões inerentes a Polícia Militar do Estado, bem como, os 4.000 concursados aprovados no ano de 2014 que não foram convocados ainda" **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 238/2017 - do **Sr. Glauber Braga** - que "requer aprovação de Moção de Aplausos e Reconhecimento ao Quarto Grupamento Marítimo (4ºGMAR) do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro em especial a Tenente Bruna Gonçalves, Sargento Matta, Subtenente Danilo, Sargento Liliane e Cabo Carmo". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 239/2017 - do **Sr. Delegado Waldir** - que "requer o aditamento ao Requerimento nº 215, de 2017, que requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 6.737, de 2016, e a segurança privada em âmbito nacional". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 6.458/2016 - do Sr. Celso Jacob - que "Altera o art. 4º, da Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Trata da destinação de produtos recuperados em delação premiada oriundos de infração penal praticada por organização criminosa. **RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.** **PARECER:** pela aprovação. Vista ao Deputado Aluisio Mendes, em 29/3/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Delegado Waldir, relator do PL nº 6.458/2016 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 6.472/2016 - do Sr. Francisco Floriano - que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para ampliar as hipóteses de uso da tornozeleira eletrônica". **RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.** PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 12/7/2017

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 339/2016 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 426/2015) - que "aprova o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010". **RELATOR: Deputado DELEGADO FRANCISCHINI.** PARECER: pela aprovação, com emenda. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 574/2015 - do Sr. Capitão Fábio Abreu - que " Altera os artigos 33, 77, 78 e 83 do Código Penal e o artigo 29 da Lei de Execução Penal para estabelecer a reparação do dano causado pela infração como condição à progressão de regime do cumprimento da pena, à suspensão condicional da pena e ao livramento condicional e para estabelecer a destinação de, no mínimo, cem por cento da remuneração decorrente do trabalho do preso à reparação do dano causado pela infração". (Apensados: PL 1.408/2015 e PL 7.288/2017) **RELATOR: Deputado MAJOR OLIMPIO.** PARECER: pela aprovação deste e dos PLs nºs 1.408/2015 e do 7.288/2017, apensados, com substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 2.735/2011 - do Sr. Dimas Fabiano - que "torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio". **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO**. PARECER: pela aprovação, nos termos do substitutivo. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 7.541/2014 - do Sr. João Rodrigues - que "regula a segurança nos campi das instituições de ensino superior, no âmbito Federal, Estadual e Municipal". **RELATOR: Deputado MARCELO MATOS**. PARECER: pela rejeição. Vista conjunta aos Deputados Delegado Waldir, Laerte Bessa e Pastor Eurico, em 07/06/2017. O Deputado Delegado Waldir apresentou voto em separado. Rejeitado o Parecer. Designado Relator do Vencedor, Dep. Alberto Fraga (DEM-DF). Parecer Vencedor, Dep. Alberto Fraga (Dem-DF), pela aprovação. **APROVADO O PARECER VENCEDOR** do **DEP. ALBERTO FRAGA**, o Parecer do Relator, Dep. Marcelo Matos, passou a constituir Voto em Separado.

PROJETO DE LEI Nº 7.561/2014 - do Sr. Missionário José Olimpio - que "proíbe o implante em seres humanos de identificação em forma de chips e outros dispositivos eletrônicos". (Apensado: PL 6.489/2016) **RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS**. PARECER: pela aprovação deste e do PL 6.489/2016, nos termos do Substitutivo. **APROVADO O PARECER**.



Dep. João Campos, relator do PL nº 7.561/2014 - (Billy Boss/CD)

PROJETO DE LEI Nº 2.021/2015 - do Sr. Chico Alencar e outros - que "condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial". (Apensado: PL 4.634/2016) **RELATOR: Deputado RONALDO MARTINS**. PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 4.634/2016, apensado. **APROVADO O PARECER**.



Dep. Ronaldo Martins, relator do PLnº 2.021/2015 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 4.552/2016 - do Sr. Arthur Virgílio Bisneto - que "dispõe sobre a notificação compulsória e a comunicação obrigatória do caso de vítima de violência física que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados". (Apensado: PL 6.232/2016) **RELATOR: Deputado ROCHA.** PARECER: pela aprovação deste, e do PL 6.232/2016, apensado, com substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 4.837/2016 - do Sr. Alberto Fraga - que "revoga o § 2º do art. 2º e altera a redação do § 3º do art. 4º, ambos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei, cria o conselho de controle de atividades financeiras - COAF, e dá outras providências". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata do comparecimento pessoal do acusado do crime de lavagem de dinheiro. **RELATOR: Deputado ROCHA.** PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.474/2016 - do Sr. Francisco Floriano - que "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para possibilitar a utilização dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), na construção de novos presídios e na disponibilização de estrutura necessária para o combate ao tráfico de drogas no interior dos presídios". **RELATOR: Deputado MAURO LOPES.** PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.482/2016 - do Sr. Moisés Diniz - que "acrescenta-se o inciso III, ao artigo 3º da Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP". Explicação da Ementa: Inclui

representante dos governadores dos Estados que fazem fronteira com outros países no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. **RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.614/2016 - do Sr. Goulart - que "assegura, nos termos da Constituição Federal, o livre acesso de torcedores aos estádios de futebol, em dias de jogos". **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Cabo Sabino, Delegado Waldir e Glauber Braga, em 13/6/2017. Os Deputados Delegado Waldir e Cabo Sabino apresentaram votos em separado. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP), pela aprovação, com Emenda. **APROVADO O PARECER** com Complementação de Voto.

PROJETO DE LEI Nº 7.067/2017 - do Sr. João Rodrigues - que "altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detendo ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais" Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.210, de 1984. **RELATOR: Deputado CABO SABINO.** PARECER: pela aprovação do projeto com Emenda do Relator. **APROVADO O PARECER.**

3.6 Agosto

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 9/8/2017

REQUERIMENTO Nº 241/2017 - do Sr. **Laudivio Carvalho e outros** - que "solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Enfretamento da atuação do crime organizado nos assaltos a carros fortes, caixas eletrônicos e transportes de valores mediante a utilização de explosivos". **APROVADO** com a inclusão de representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Exército e representante da Associação Nacional das Empresas de Segurança.

REQUERIMENTO Nº 242/2017 - dos Srs. **Arnaldo Faria de Sá e Onyx Lorenzoni** - que "requerimento de convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Sr. Rodrigo Tacla Durán, advogado, ex-operador do Departamento de Operações Estruturadas da Construtora Norberto Odebrecht, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre suas declarações dadas em entrevista ao jornal espanhol "El País". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.675/2013 - do Sr. Aureo - que "altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os crimes contra a ordem tributária, para reduzir a pena prevista nos crimes descritos no art. 7º, e suprimir a modalidade

culposa". (Apensado: PL 7.188/2017) **RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.** PARECER: pela aprovação do PL 5.675/2013, com emenda e pela rejeição do PL 7.188/2017. Vista conjunta aos Deputados Cabo Sabino e Delegado Waldir, em 12/7/2017. **APROVADO O PARECER.** O Deputado Delegado Waldir apresentou Voto em Separado em 9/8/2017.



Dep. Laura Carneiro, relatora do PL nº 5.675/2013 - (Zeca Ribeiro/CD)

PROJETO DE LEI Nº 3.885/2015 - do Sr. João Rodrigues - que "regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro". **RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 4.630/2016 - do Sr. Covatti Filho - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a criação do Cadastro Nacional de Veículos Apreendidos". (Apensado: PL 4.670/2016) **RELATOR: Deputado SILAS FREIRE.** PARECER: pela aprovação deste e do PL 4.670/2016, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e **Transporte.** Parecer lido pelo Deputado Pastor Eurico, com a anuência do Plenário. Discutiu a matéria o Dep. Alexandre Leite (DEM-SP). **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 5.524/2016 - do Sr. Felipe Bornier - que "obriga garantir o direito das mulheres vítimas de crimes de violência, de serem atendidas pela autoridade policial, competente, a sua escolha". **RELATOR: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA.** PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.433/2016 - do Sr. Cajar Nardes - que "altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para disciplinar a atuação coercitiva do agente público executor de medida socioeducativa". **RELATOR: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA.** PARECER: pela aprovação.

Discutiram a matéria: Dep. Alberto Fraga (DEM-DF) e Dep. Pastor Eurico (PHS-PE). **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 7.397/2017 - do Sr. César Halum - que "altera o inciso XI do Artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir o penhor de bens de valor nos mecanismos de controle de atividades financeiras". **RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.** PARECER: pela aprovação. O Parecer foi lido pelo Deputado Pastor Eurico, com a anuência do Plenário, em 9/8/2017. **APROVADO O PARECER.**

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 16/8/2017

REQUERIMENTO Nº 240/2017 - do Sr. Major Olimpio - que "requer realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 5.937 de 2016". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 243/2017 - do Sr. Onyx Lorenzoni - que "requerimento de convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado convide aos Senhores Wanderlei Alves, liderança do Movimento dos Caminhoneiros no Estado de São Paulo, e Odilon Pereira da Fonseca, liderança do Movimento dos Caminhoneiros no Estado de Mato Grosso, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o Movimento Nacional da categoria, suas reivindicações e reflexos na segurança pública, das estradas e no abastecimento do país". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 244/2017 - do Sr. Capitão Augusto - que "requer a aprovação de voto de repúdio ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 2.443/2015 - da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil - que "acrescenta dispositivos na lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletaremos dados fora dos critérios estabelecidos em lei". (Apensado: PL 3.116/2015) **RELATOR: Deputado DELEGADO FRANCISCHINI.** PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3.116/2015, apensado, com Substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Aluisio Mendes e Subtenente Gonzaga, em 9/8/2017. O Dep. Alberto Fraga sugeriu a substituição da expressão "Delegado de Polícia" por "Autoridade Policial". O Relator acolheu a sugestão. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Delegado Francischini (SD-PR), pela aprovação deste e do PL 3.116/2015, Apensado, com Substitutivo.

APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, que substitui a expressão "Delegado de Polícia" por "Autoridade Policial". Apresentou Voto em Separado o Deputado Subtenente Gonzaga.

PROJETO DE LEI Nº 7.183/2017 - do Senado Federal - Simone Tebet - (PLS 244/2016) - que "altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir o enfrentamento da violência contra a mulher entre os objetivos do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp)". **RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO**. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER**.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 23/2015 - do Sr. Cabo Daciolo - que "propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos de segurança adotados pelas usinas nucleares instaladas em território brasileiro". **RELATOR: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA**. RELATÓRIO PRÉVIO: pela implementação. Vista ao Deputado Glauber Braga, em 17/5/2017. **APROVADO O RELATÓRIO PRÉVIO**.

PROJETO DE LEI Nº 5.582/2016 - do Sr. Silas Freire - que "disciplina a comercialização de spray de pimenta e dá providências correlatas". **RELATOR: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA**. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Alexandre Leite e Pastor Eurico, em 9/8/2017. O parecer foi lido durante a reunião em 9/8/2017. **APROVADO O PARECER**.



Dep. Silas Freire, autor do PL nº 5.582/2016 - (Lúcio Bernardo Jr./CD)

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/8/2017

REQUERIMENTO Nº 247/2017 - do **Sr. Lincoln Portela e outros** - que "requer a realização de Audiência Pública e que sejam convidados representantes dos Sindicatos e Associações dos agentes penitenciários, visando a discutir a instituição do Dia Nacional do Agente Penitenciário". **APROVADO**. Subscreveram o Requerimento os Deputados Alberto Fraga, Subtenente Gonzaga, Silas Freire, Onyx Lorenzoni, Marcelo Delaroli e Capitão Augusto.

PROJETO DE LEI Nº 5.937/2016 - da Sra. Jô Moraes - que "inclui um inciso III ao art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, e altera a redação do art. 8º-B da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, criando a possibilidade de prestação de serviço voluntário, nas forças auxiliares e reserva do Exército, do reservista de 1ª categoria, que concluiu o serviço militar obrigatório nas condições que estabelece". **RELATOR: Deputado CABO SABINO**. PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. Vista ao Deputado Alberto Fraga, em 12/7/2017. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 7.981/2014 - do Sr. Guilherme Mussi - que "dispõe sobre o treinamento de tiro dos integrantes dos órgãos de segurança pública". **RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA**. PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Cabo Sabino e Eliziane Gama, em 3/5/2017. Discutiu a matéria o Dep. Cabo Sabino (PR-CE). **APROVADO O PARECER** com Complementação de Voto.

PROJETO DE LEI Nº 393/2015 - do Sr. Lelo Coimbra - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro". Explicação da Ementa: Determina que o condutor de veículo automotor que for preso em flagrante praticando o crime de contrabando ou descaminho terá o documento de habilitação recolhido e o direito de dirigir suspenso. **RELATOR: Deputado VITOR VALIM**. PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transporte. **APROVADO O PARECER**. Absteve-se de votar o Deputado Glauber Braga.

3.7 Setembro

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 5/9/2017

REQUERIMENTO Nº 249/2017 - do **Sr. Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater e obter esclarecimentos sobre o bloqueio de aparelhos celulares irregulares no Brasil". **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 250/2017 - do Sr. **Marcelo Delaroli** - que "inclusão de novo convidado a audiência pública para debater e/ou prestarem esclarecimentos sobre a grave crise da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em especial das questões inerentes a Polícia Militar do estado, bem como, os 4.000 concursados aprovados no anor de 2014 que não foram convocados ainda". **APROVADO**.

REQUERIMENTO Nº 251/2017 - do Sr. **Capitão Augusto** - que "requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a realização de audiência pública conjunta, com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para debater sobre a Mensagem nº 185/2017 - do Poder Executivo - (AV 220/2017)". **APROVADO**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298/2015 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 357/2014) - que "aprova o texto do Tratado sobre Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013". **RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA**. PARECER: pela aprovação. O Dep. Marcelo Delaroli realizou a leitura do parecer, em 5/9/2017. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 345/2017 - do Sr. Daniel Vilela - que "altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 - Lei do Funpen, para disciplinar a construção de estabelecimentos penais com equipamentos de bloqueio de telefonia celular". **RELATOR: Deputado LAERTE BESSA**. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Marcelo Delaroli, em 5/7/2017. O Dep. Silas Freire realizou a leitura do parecer, em 5/9/2017. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 836/2015 - do Sr. Pauderney Avelino - que "altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal, punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Acre e do Amazonas". (Apensado: PL 5.528/2016) **RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA**. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 5.528/2016, apensado, com Substitutivo. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 2.394/2015 - do Sr. Beto Rosado - que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tratar da proteção dos conselheiros tutelar". **RELATOR: Deputado RONALDO MARTINS**. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 3.260/2015 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "dispõe sobre a garantia de defesa ao cidadão, por meio do empréstimo de arma de fogo pelo

Estado, quando houver apreensão de arma particular ou funcional sob sua cautela, decorrente de utilização em ação na qual a lei exclua a ilicitude do fato praticado". **RELATOR: Deputado ONYX LORENZONI. PARECER:** pela aprovação. Vista ao Deputado Glauber Braga, em 9/8/2017. Em votação o requerimento foi rejeitado contra os votos dos Deputados Glauber Braga, Alexandre Leite e Delegado Waldir. O parecer foi lido durante a reunião, em 9/8/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Eduardo Bolsonaro, autor do PL nº 3.260/2015 - (Luis Macedo/CD)



Dep. Onyx Lorenzoni, relator do PL nº 3.260/2015 – (Gilmar Félix/CD)

PROJETO DE LEI Nº 6.129/2016 - do Sr. Flavinho - que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para incluir os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, autorizando o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar". **RELATOR: Deputado RONALDO MARTINS. PARECER:** pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.839/2017 - do Sr. Nivaldo Albuquerque - que "estabelece alerta de área sob vídeo-vigilância". **RELATOR: Deputado LAERTE BESSA.** PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Marcelo Delaroli, em 5/7/2017. O Dep. Marcelo Delaroli realizou a leitura do parecer, em 5/9/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.857/17 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "altera o art. 2º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para estabelecer a obrigatoriedade de instalação de películas de controle solar e segurança (tipo "fumê") ou adesivos perfurados nas portas e paredes de vidro voltadas às vias públicas nos estabelecimentos de instituições financeiras". **RELATOR: Deputado MARCELO MATOS.** PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Laerte Bessa, em 7/6/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 7.069/17 - do Sr. Cabo Sabino - que "cria o Programa "Empresa Parceira da Segurança Pública" e da outras Providencias". **RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 7.214/17 - do Sr. Moses Rodrigues - que "dispõe sobre a estratégia emergencial de redução de homicídios, altera a Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública e dá providências correlatas". **RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE.** PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Alberto Fraga e Silas Freire, em 9/8/2017. Parecer foi lido durante a reunião, em 9/8/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Alexandre Leite, relator do PL nº 7.214/17 - (Alex Ferreira/CD)

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 13/9/2017

REQUERIMENTO Nº 253/2017 - dos **Srs. Vinicius Carvalho e Keiko Ota** - que "requer a realização de audiência pública para debater o enquadramento legal dos crimes contra a dignidade sexual". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 5.202/2016 - da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos e seus efeitos deletérios perante a economia e a sociedade neste país, tendo em vista (i) que a Polícia Federal realizou em 2014 a operação batizada de IB2K para desarticular uma quadrilha suspeita de desviar pela Internet mais de R\$ 2 milhões de correntistas de vários bancos, quadrilha esta que usava parte do dinheiro desviado para comprar armas e drogas; (ii) o último relatório da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos que aponta um crescimento, entre 2013 e 2014, de 192,93% nas denúncias envolvendo páginas na Internet suspeitas de tráfico de pessoas, e (iii) os gastos de US\$ 15,3 bilhões - que "inclui os crimes praticados contra ou mediante computador, conectado ou não a rede, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação ou no exterior". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Altera a Lei nº 10.446, de 2002. **RELATOR: Deputado CABO SABINO.** **PARECER:** pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Cabo Sabino, relator do PL nº 5.202/2016 - (Lúcio Bernardo Júnior/CD)

PROJETO DE LEI Nº 5.074/2016 - do Senado Federal - Otto Alencar - (PLS 730/2015) - que "dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet". **RELATOR: Deputado MAJOR OLIMPIO.** **PARECER:** pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 16/8/2017. O parecer foi lido durante a reunião, em 16/8/2017. O Deputado Glauber Braga apresentou voto em separado em 30/8/2017.

O Deputado Glauber Braga apresentou Voto em Separado. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 768/15 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "inclui um inciso VI ao caput e altera a redação dos parágrafos 7º e 8º, todos do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que "institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências", para prever a alocação de recursos destinados à construção de unidades habitacionais para policiais e bombeiros militares, nas condições que especifica". (Apensados: PL 858/2015, PL 2.922/2015 (Apensado: PL 3.167/2015 (Apensados: PL 3.214/2015 e PL 7.312/2017)), PL 5.787/2016 e PL 7.854/2017) **RELATOR: Deputado MAJOR OLIMPIO.** PARECER: pela aprovação deste, e dos PLs nºs 858/2015, 2.922/2015, 5.787/2016, 7.854/2017, 3.167/2015, 3.214/2015, e 7.312/2017, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 16/8/2017. O parecer foi lido durante a reunião, em 16/08/2017. Discutiram a matéria: Dep. Cabo Sabino (PR-CE), Dep. Alberto Fraga (DEM-DF), Dep. Laerte Bessa (PR-DF) e Dep. Marcelo Delaroli (PR-RJ). **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 4.934/2016 - do Sr. Cabo Sabino - que "altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal". **RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.** PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 5/9/2017. Discutiu a matéria o Dep. Silas Freire (PODE-PI). **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.785/2016 - do Sr. Alessandro Molon - que "altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 7.116 de 1983, para garantir isonomia entre homens e mulheres quando da solicitação de Carteira de Identidade". **RELATOR: Deputado MARCELO MATOS.** PARECER: pela aprovação. DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. ALEXANDRE VALLE (PR-RJ) E DEP. MARCELO DELAROLI (PR-RJ). **APROVADO O PARECER.**



Dep. Marcelo Matos, relator do PL nº 6.785/2016 - (Will Shutter/CD)

PROJETO DE LEI Nº 6.837/2017 - do Sr. Baleia Rossi - que "dispõe sobre a criação do Sistema Federal de Proteção Animal (SIFEPA) e da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), para a prevenção e repressão de infrações criminais e administrativas contra animais". **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 5/9/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 7.426/2017 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência". **RELATOR: Deputado CABO SABINO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

3.8 Outubro

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 4/10/2017

REQUERIMENTO Nº 255/2017 - do Sr. Alberto Fraga e outros - que "requer a realização de audiência pública para debater a concessão do porte de arma de fogo". Discutiram a matéria: Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), Dep. Delegado Waldir (PR-GO), Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Dep. Silas Freire (PODE-PI), Dep. Magda Mofatto (PR-GO) e Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ). Subscrito pelos Deputados Laura Carneiro, Subtenente Gonzaga e Delegado Waldir. **Aprovado**

convite ao Ministro da Justiça, acompanhado do Diretor-Geral da Polícia Federal e do General responsável pelo SIGMA.



Dep. Magda Mofatto, durante discussão do Req. 255/2017 - (Lúcio Bernardo Jr./CD)

REQUERIMENTO Nº 258/2017 - do Sr. **Alberto Fraga e outros** - que "requerimento de convocação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Senhor Ministro de Estado da Cultura, Sérgio Sá Leitão, para que compareça perante esta comissão temática com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre exposições realizadas em Porto Alegre/RS e em São Paulo/SP, realizadas com recursos públicos e onde foram constatados de ilícitos penais que causaram reação social e que resultaram em conflitos com reflexos na Segurança Pública". Discutiram a matéria: Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ) e Dep. Givaldo Carimbão (PHS-AL). Subscrito pelos Deputados Onyx Lorenzoni e Laura Carneiro. **APROVADO** com substituição do termo "convocação" para "**convite**" ao Ministro de Estado da Cultura.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 729/2017 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 599/2015) - que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012". **RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE**. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 5.666/2016 - do Sr. Alberto Fraga - que "altera as leis nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências; Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, que aprova o Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências; Lei nº 6.477, de 1º de dezembro de 1977, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências; Lei nº 6.577, de 30 setembro de 1978, que dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro do Distrito Federal, e dá outras providências". **RELATOR:**

Deputado CAPITÃO AUGUSTO. PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
APROVADO O PARECER.



Dep. Alberto Fraga, autor do PL nº 5.666/2016 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 2.319/2015 - do Sr. Roberto Alves - que "cria incentivos para a prestação de informações que levem ao cumprimento de mandados de prisão referentes a crimes cometidos contra criança e adolescente". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Altera a Lei nº 8.069, de 1990. **RELATOR: Deputado ROCHA.** **PARECER:** pela aprovação. Encerrada a Discussão. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Rocha, relator do PL nº 2.319/2015 - (Cleia Viana/CD)

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 10/10/2017

Essa reunião foi para a deliberação de sugestões de Emendas ao PL nº 20/2017-CN – Leio Orçamentária Anula – LOA 2018.

Durante a reunião ficou acordado que todas as sugestões aprovadas passariam a constar como Sugestões dos Membros da CSPCCO.

Foram aprovadas 4 Emendas de Apropriação, da seguinte forma:

Emenda nº 1/2017 – CSPCCO – Acréscimo de despesa para o Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. (Prog. 2081; Ação 8855; Meta 100; Valor 500.000.000).

Emenda nº 2/2017 – CSPCCO – Acréscimo de despesa para Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública. (Prog. 2081; Ação 20iD; Meta 40; Valor 500.000.000).

Emenda nº 3/2017 – CSPCCO – Inclusão de despesa para Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - (Programa 2058; Ação 14T5; Meta 4; Valor R\$ 300.000.000,00).

Emenda nº 4/2017 – CSPCCO – Acréscimo de despesa para Aprestamento da Marinha (Programa 2058; ação 20XN; Meta 0; Valor 65.0000.000,00).

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 10/10/2017

REQUERIMENTO Nº 259/2017 - do Sr. **Subtenente Gonzaga** - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PL 7.908, de 2017, que "Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a audiência de custódia de adolescente acusado de ato infracional", com os convidados que especifica". **Discutiu** a matéria o Dep. Cabo Sabino (PR-CE). **APROVADO** com inclusão de representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF, Dr. Carlos Sobral.

PROJETO DE LEI Nº 2.734/2015 - do Sr. Alberto Fraga - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Trata do reaproveitamento profissional de policial militar e bombeiro militar inativo por deficiência física.

RELATOR: Deputado LAERTE BESSA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Subtenente Gonzaga, em 5/7/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 5.920/2016 - do Sr. Vitor Valim - que "dá nova redação ao inciso IV do art. 3º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para permitir que a autoridade policial proceda a identificação criminal quando, a seu critério, a mesma for julgada essencial às investigações policiais". **RELATOR: Deputado CABO SABINO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.412/2016 - do Sr. Nelson Marchezan Junior - que "altera a Lei nº 7.210, de 1994 para aperfeiçoar o sistema prisional". **RELATOR: Deputado LAUDIVIO CARVALHO.** PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Delegado Waldir e Major Olimpio, em 7/6/2017. O Deputado Delegado Waldir apresentou voto em separado em 27/6/2017. Discutiu a matéria o Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG). O Parecer foi lido pelo Dep. Alberto Fraga. APRESENTOU Voto em Separado o Deputado Delegado Waldir. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Laudívio Carvalho, relator do PL nº 6.412/2016 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 6.957/2017 - do Sr. Dagoberto - que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal-, para tratar da indenização devida ao preso que se encontra em condições degradantes em presídios e penitenciárias nacionais". (Apensado: PL 7.007/2017) **RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.** PARECER: pela aprovação deste, e do PL 7.007/2017, apensado, com Substitutivo. Discutiram a matéria: Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e Dep. Delegado Waldir (PR-GO). **APROVADO O PARECER.**

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 31/10/2017

REQUERIMENTO Nº 261/2017 - dos **Srs. Silas Freire e Capitão Augusto** - que "requer o pedido de informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, Secretaria de Justiça - PI e Polícia Civil e Ministério Público sobre o caso do menor de 13 anos que foi encontrado dormindo debaixo da cama de um detento na Colônia Agrícola Major César Oliveira, no município de Altos-PI". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 262/2017 - do **Sr. Alberto Fraga** - que "requer inclusão de autoridade em complementação ao Requerimento 219/2017 debater o tema referente à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 263/2017 - do **Sr. Delegado Waldir** - (PL 7.908/2017) - que "Requer o aditamento ao REQ 259/17, do dep. Subtenente Gonzaga - PDT/MG, para incluir convidado à audiência pública destinada a debater o PL 7.908, de 2017, que "Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a audiência de custódia de adolescente acusado de ato infracional". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 264/2017 - do **Sr. Laerte Bessa e outros** - que "requer inclusão de autoridade em complementação ao Requerimento 219/2017 debater o tema referente à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 265/2017 - dos **Srs. Subtenente Gonzaga e Alberto Fraga** - que "requer inclusão de autoridade em complementação ao Requerimento 219/2017 debater o tema referente à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 266/2017 - dos **Srs. Cabo Sabino e Alberto Fraga** - que "requer a realização de Audiência Pública, para debater com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público, a ausência da aplicação de Tecnologia que bloqueia a utilização de rede de telefonia móvel". **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 6.662/2016 - da Comissão Especial destinada a elaborar proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública no Brasil - que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública". **RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.** PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 13/9/2017. O parecer foi lido durante a reunião, em 13/9/2017. O Deputado Delegado Waldir apresentou Voto em Separado. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.818/2017 - do Sr. Vitor Valim - que "aumenta a pena do crime de Organização Criminosa". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Altera a Lei nº 12.850, de 2013. **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** **PARECER:** pela aprovação. Parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Alberto Fraga, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Vitor Valim, autor do PL nº 6.818/2017 - (vitorvalim@vitorvalimfanpage)

PROJETO DE LEI Nº 7.605/2017 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "institui o Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas e dá outras providências" **RELATOR: Deputado DELEGADO ÉDER MAURO.** **PARECER:** pela aprovação. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Eder Mauro, relator do PL nº 7.605/2017 - (Lúcio Bernardo Júnior/CD)

PROJETO DE LEI Nº 8.060/2017 - do Sr. Capitão Augusto - que "cria causa de diminuição de pena para o agente de segurança pública que comete crime em contexto de discriminante putativa". **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** Altera o Decreto-lei

nº 2.848, de 1940. **RELATOR: Deputado CABO SABINO.** PARECER: pela aprovação. O parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Delegado Waldir, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER.**



Dep. Capitão Augusto, autor do PL nº 8.060/2017 - (Lúcio Bernardo Júnior/CD)

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 24/2015 - do Sr. José Priante - que "requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize a Fiscalização e Controle das contas públicas da prefeitura de Parauapebas/PA". **RELATOR: Deputado DELEGADO ÉDER MAURO.** RELATÓRIO PRÉVIO: pela rejeição desta e pelo seu conseqüente arquivamento. Vista conjunta aos Deputados Alberto Fraga e Aluisio Mendes, em 16/8/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator, em 31/10/2017. **APROVADO O RELATÓRIO PRÉVIO.**

PROJETO DE LEI Nº 712/2015 - do Sr. Alberto Fraga - que "altera a Lei nº. 7.289/1984 e a Lei nº. 7.479/1986, autorizando a concessão de licença para tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, com mais de três anos de serviço, para frequentarem cursos de formação, em decorrência de aprovação em concurso público". **RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.** PARECER: pela aprovação. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 715/2015 - do Sr. Alberto Fraga - que "institui o Sistema de Bolsa de Estudo para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal". **RELATOR: Deputado RONALDO MARTINS.** PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação. O parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Cabo Sabino, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 4.064/2015 - do Sr. Capitão Augusto - que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata das atribuições dos corpos de bombeiros militares. **RELATOR: Deputado CABO SABINO**. PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Delegado Waldir e Major Olimpio, em 10/10/2017. Discutiu a matéria o Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG). **APROVADO O PARECER** contra o voto do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

PROJETO DE LEI Nº 4.944/2016 - do Sr. Delegado Waldir - que "altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal". (Apensado: PL 7558/2017) EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata da composição e das atribuições do Conselho da Comunidade, colegiado que representa a sociedade na fiscalização do sistema carcerário. **RELATOR: Deputado JOÃO RODRIGUES**. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 7.558/2017, apensado, com substitutivo. Vista ao Deputado Alberto Fraga, em 13/9/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 5.415/2016 - do Sr. Rodrigo Pacheco - que "altera artigos da Lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução Penal, e dá outras providências". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Visa readequar a Lei de Execução Penal às necessidades de efetiva reintegração social do preso, internado e egresso do sistema penitenciário brasileiro. **RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR**. PARECER: pela rejeição. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER**.

PROJETO DE LEI Nº 6.635/2016 - do Sr. Alberto Fraga - que "altera a Lei nº 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências". **RELATOR: Deputado LAERTE BESSA**. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Subtenente Gonzaga, em 10/10/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Marcelo Delaroli, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER**.



Dep. Laerte Bessa, relator do PL nº 6.635/2016 - (Lucio Bernardo Jr./CD)

3.9 Novembro

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 7/11/2017

REQUERIMENTO Nº 268/17 - do **Sr. Glauber Braga** - que "requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. TORQUATO LORENA JARDIM, para prestar esclarecimentos sobre a situação da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro". **REJEITADO O REQUERIMENTO**, contra os votos dos Deputados Onyx Lorenzoni e Glauber Braga.

REQUERIMENTO Nº 269/2017 - dos **Srs. Hugo Leal e Marcelo Delaroli** - que "requer seja convocado o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, para comparecer a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO e prestar esclarecimentos sobre a notícia divulgada pelo Jornalista Josias de Souza, nesta data (31/10/2017), através do Portal UOL, em que declarações atribuídas ao Ministro apontam "que o governador fluminense, Luiz Fernando Pezão, e o secretário de Segurança do Estado, Roberto Sá, não controlam a Polícia Militar" e que "o comando da PM no Rio decorre de "acerto com deputado estadual e o crime organizado". **APROVADO, com alteração** do termo "convocação" para "**convite**", contra os votos dos DEPUTADOS ONYX LORENZONI e GLAUBER BRAGA.



Dep. Marcelo Delaroli, um dos autores do Req. 269/17 - (Luís Macedo/CD)



Dep. Hugo Leal um dos autores do Req. nº 269/2017 - (Lúcio Bernardo Júnior/CD)

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 8/11/2017

REQUERIMENTO Nº 270/2017 - do **Sr. Capitão Augusto** - que "requer a realização de audiência pública para debater proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 (RBAC nº 90), intitulado "Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 271/2017 - do **Sr. Cabo Sabino** - que " Requer a realização de Audiência Pública, para debater o aumento do crime organizado no Brasil". **APROVADO.**

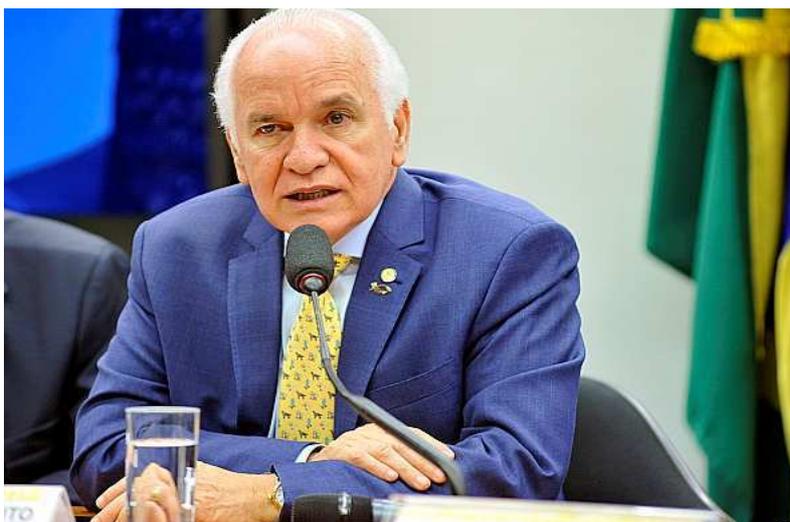
REQUERIMENTO Nº 272/17 - do **Sr. Cabo Sabino** - que "requer a realização de Audiência Pública, para debater a PEC 275/2016 e a importância das Guardas Municipais para a Segurança Pública". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 273/2017 - do **Sr. Glauber Braga** - que "solicita a realização de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, acerca do Anuário Brasileiro de Segurança Pública" **APROVADO.**



Dep. Glauber Braga, autor do Req. nº 273/2017 - (Luis Macedo/CD)

PROJETO DE LEI Nº 2.598/2015 - do Sr. Silas Brasileiro - que "regula a execução de bloqueio viário policial". **RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO.** PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Alberto Fraga, em 8/11/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Deputado Alberto Fraga. Discutiu a matéria o Dep. Delegado Éder Mauro (PSD-PA). **APROVADO O PARECER.**



Dep. Gilberto Nascimento, relator do PL nº 2.598/2015 - (Alex Ferreira/CD)

PROJETO DE LEI Nº 4.614/2016 - da Sra. Luizianne Lins - que "altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres". **RELATORA: Deputada KEIKO OTA.** PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 5/7/2017. Os Deputados Delegado Waldir e Major Olimpio apresentaram votos em separado. Apresentaram Votos em Separado os Deputados Delegado Waldir e Major Olimpio. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 5.681/2016 - da Sra. Carmen Zanotto - que "cria o Fundo para a Capacitação para o Trabalho e Melhoria da Escolaridade de Custodiados pelo Estado e dispõe sobre diretrizes para o seu estabelecimento". **RELATOR: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA.** PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 10/10/2017. O Deputado Delegado Waldir apresentou voto em separado em 18/10/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator, em 8/11/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator. Discutiram a matéria: Dep. Delegado Éder Mauro (PSD-PA) e Dep. Delegado Waldir (PR-GO). **REJEITADO O PARECER** contra o Voto do Deputado Delegado Edson Moreira. **DESIGNADO RELATOR DO VENCEDOR, DEP. DELEGADO WALDIR (PR-GO).**

PROJETO DE LEI Nº 6.717/2016 - do Sr. Afonso Hamm - que "disciplina sobre o porte rural de arma de fogo". **RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.** PARECER: pela aprovação deste, com adoção do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Discutiu a matéria o Dep. Delegado Éder Mauro (PSD-PA). **APROVADO O PARECER.**

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 29/11/2017

REQUERIMENTO Nº 275/2017 - do Sr. Lincoln Portela - (PL 8.822/2017) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 8.822/2017, Institui o Programa Nacional de Apoio à Segurança Pública e dá providências correlatas". **APROVADO.**

REQUERIMENTO Nº 276/2017 - do Sr. Cabo Sabino - que "requer aditamento ao requerimento de nº 272/2017, já aprovado nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado". **APROVADO.**



Dep. Cabo Sabino, autor dor Req. 276/2017 – (Billy Boss /CD)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787/2017 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 185/2017) - que "aprova o texto do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010". **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 812/2017 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 471/2015) - que "aprova o Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012". **RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.** PARECER: pela aprovação. Lido o parecer pelo Deputado Subtenente Gonzaga. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 6.960/2017 - do Sr. Cleber Verde - que "alterar a Lei nº 12.965 de 23 de Abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, alterando o art 5º, inciso II e o art 7º, inciso III, que passam a ter a seguinte redação:" (Apensado: PL 7.498/2017) **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** PARECER: pela aprovação deste e do PL 7.498/2017, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de CCTCI. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 31/10/2017. Parecer lido durante a reunião pelo Deputado Marcelo Delaroli, em 31/10/2017. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 8.128/2017 - do Sr. Major Olimpio - (PL 6.193/2016) - que "concede anistia aos funcionários do sistema penitenciário do Estado de São Paulo que participaram de greve nos anos de 2014 e 2015". **RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.** PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 5.681/2016 - da Sra. Carmen Zanotto - que "cria o Fundo para a Capacitação para o Trabalho e Melhoria da Escolaridade de Custodiados pelo Estado e dispõe sobre diretrizes para o seu estabelecimento".
RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR. PARECER VENCEDOR: Parecer Vencedor, Dep. Delegado Waldir (PR-GO), pela rejeição. Vista ao Deputado Delegado Waldir, em 10/10/2017. O parecer foi lido durante a reunião pelo Relator, em 8/11/2017. Os Deputados Delegado Edson Moreira e Delegado Waldir apresentaram votos em separado. O parecer foi lido pelo Deputado Aluísio Mendes. **APROVADO O PARECER VENCEDOR DO DEP. DELEGADO WALDIR.** O parecer do Relator, Dep. Delegado Edson Moreira, passou a constituir Voto em Separado.

EMENDAS AO ORÇAMENTO

4.1 Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2018

Em 2017, foram aprovadas pela CSPCCO 11 emendas ao PL nº 1/2017-CN, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2018, sendo 2 de inclusão de meta e 9 de inclusão de texto.

Também foram aprovadas 4 emendas à LOA para 2018, conforme quadros demonstrativos abaixo.

4.1.1. Sugestões de emendas recebidas

QUADRO DE SUGESTÕES DE EMENDAS AO PL Nº 1/2017-CN, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Nº SUGESTÃO	TIPO DE EMENDA	EMENTA
1	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio ao Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. Programa:2081; Ação: 8855; Meta: 1000.(Dep. Magda Mofatto).
2	Inclusão de meta	Requer inclusão de meta para aparelhamento do Sistema de Segurança em todo o país com videomonitoramento. Programa: 2081; Ação: 8855; Meta: 50.000. (Dep. Capitão Augusto).
3	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a implementação e adequação da infraestrutura física e tecnológica das Instit. Seg. Pública. Programa: 2081; Ação: 8855; Meta: 312. (Dep. Vítor Valim).
4	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organiz. e Tecnologia das Instit. de Seg. Pública. Programa: 2081; Ação: 20iD; Meta: 1000.(Dep. Magda Mofatto).
5	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio à estruturação e modernização das polícias civis e militares no combate ao crime. Programa: 2081; Ação: 20iD; Meta: 600. (Dep. Cabo Sabino).
6	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a Política Nacional de Justiça. Programa: 2081; Ação: 20i7; Meta: 200. (Dep. Magda Mofatto).
7	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta de apoio à Prev. e Rep. ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serv. e Interesses da União. Programa:2081; Ação:2726; Meta: 4000. (Dep. Magda Mofatto)
8	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a estruturação da Força Nacional de Segurança Pública. Programa: 2081; Ação: 2b00; Meta: 6000. (Dep. Mágda Mofatto).

Nº SUGESTÃO	TIPO DE EMENDA	EMENTA
9	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para aprimoramento Institucional da Polícia Federal. Programa: 2081; Ação: 15F9; Meta: 200. (Dep. Magda Mofatto).
10	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a prevenção à violência e à criminalidade articulados com estados e municípios. Programa: 2081; Ação: 20UD. Meta: 20. (Dep. Vitor Valim).
11	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio à Política Pública sobre Drogas. Programa: 2085; Ação: 20iE; Meta: 20.000. (Dep. Magda Mofatto).
12	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio à Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas. Programa: 2085; Ação: 20R9; Meta: 400. (Dep. Magda Mofatto).
13	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais. Programa: 0581; Ação: 3752; Meta: 50. (Dep. Magda Mofatto).
14	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU. Programa:2038; Ação: 10TN; Meta: 100. (Dep. Magda Mofatto).
15	Inclusão de meta	Requer a inclusão de meta para apoio a Implantação de Varas Federais. Programa: 0569; Ação: 3755; Meta: 20. (Dep. Magda Mofatto).
16	Inclusão de meta	Requer a Inclusão de Meta para a Implantação de Estaleiro e Base Naval; Programa: 2058; Ação: 123G; Meta: 100. (Marinha).
17	Inclusão de meta	Requer a Inclusão de Meta para a Construção de Submarino Nuclear; Programa: 2058; Ação: 123H; Meta: 100. (Marinha).
18	Inclusão de meta	Requer a Inclusão de Meta para a Construção de Submarinos Convencionais. Programa: 2058; Ação: 123i; Meta: 100. (Marinha).
19	Inclusão de meta	Requer a Inclusão de Meta para implementação do Programa Nuclear da Marinha - Tecnologia Nuclear da Marinha. Programa: 2058; Ação: 14T7; Meta: 100.
SUGESTÕES DE EMENDAS DE TEXTO		
20	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no Anexo III, para incluir a Parte II: " Demais Ações que não serão objeto de limitação de movimentação de empenho". (Dep. Cabo Sabino).
21	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica. (Marinha).
22	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha. (Marinha).

Nº SUGESTÃO	TIPO DE EMENDA	EMENTA
23	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa – END. (Marinha).
24	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa. (Marinha).
25	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no art. 52, um inciso, para o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas. (Marinha).
26	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto para alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença “por cada dia de deslocamento” no texto. (Marinha).
27	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto para modificar o Parágrafo 7 do Artigo 17, referente a aquisição de passagens aéreas para servidor ou membro dos Três Poderes, do MPU e Def. Pública da União.
28	Inclusão de texto	Requer a inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional. (Marinha).

4.1.2. Sugestões de emendas aprovadas

As duas emendas de meta aprovadas são resultado da unificação das sugestões de emendas nºs 1, 2 e 3 que resultou na emenda nº 1. A emenda nº 2, foi aprovada a partir da unificação das sugestões de emendas nºs 4 e 5.

Assim, com a aprovação das sugestões acima elencadas, foram declaradas prejudicadas as sugestões de nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19.

Quanto as sugestões de emendas para a inclusão de texto, as 9 sugestões recebidas (20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28) foram aprovadas.

QUADRO DE EMENDAS PLN 001/2017 – LDO PARA 2018, APROVADAS PELA CSPCCO		
INCLUSÃO DE META		
1	Inclusão de meta	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. Programa:2081; Ação: 8855; Meta: 51.312
4	Inclusão de meta	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organiz. e Tecnologia das Instit. de Seg. Pública. Programa: 2081; Ação: 20iD; Meta: 1.600.

INCLUSÃO DE TEXTO		
3	Inclusão de texto	Inclusão de texto no Anexo III, para incluir a Parte II: " Demais Ações que não serão objeto de limitação de movimentação de empenho".
4	Inclusão de texto	Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica.
5	Inclusão de texto	Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha.
6	Inclusão de texto	Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa – END.
7	Inclusão de texto	Inclusão de texto no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa.
8	Inclusão de texto	Inclusão de texto no art. 52, um inciso, para o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas.
9	Inclusão de texto	Inclusão de texto para alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença "por cada dia de deslocamento" no texto.
10	Inclusão de texto	Inclusão de texto para modificar o Parágrafo 7 do Artigo 17, referente a aquisição de passagens aéreas para servidor ou membro dos Três Poderes, do MPU e Def. Pública da União.
11	Inclusão de texto	Inclusão de texto no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional.

4.2. Emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2018

4.2.1. Sugestões de emendas recebidas

QUADRO DE SUGESTÕES DE EMENDAS AO PL Nº 20/2017, QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA 2018 – EMENDAS DE APROPRIAÇÃO.

Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA
1	Capitão Augusto (PR-SP) e outros	Inclusão de despesa	Requer a inclusão de despesa p/ aquisição e instalação de videomonitoramento. (Programa 2081; Ação 8855; Meta 100; Valor 100.000.000).
2	Capitão Augusto (PR-SP) e outros	Inclusão de despesa	Requer inclusão de despesa p/ aquisição de equipamento visando modernizar as polícias do país. (Prog. 2081; Ação 20iD; Meta 100, Valor 200.000.000).
3	Capitão Augusto (PR-SP) e outros	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa p/ construção e reforma de unidades policiais. (Prog. 2081; Ação 8855; Meta 100; Valor 200.000.000)".
4	Dep. Major Olímpio	Acréscimo de despesa	Requer inclusão de despesa para instalações de estande de tiro para as PMs e CBMs. (Programa 2081; Ação 8855; Meta 1; Valor 50.000.000,00).

Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA
5	Dep. Major Olímpio	Acréscimo de despesa	Requer inclusão de despesa para dotar as PMs e CBMs com os equipamentos necessários para um melhor atend. à sociedade (Programa 2081; Ação 20iD; Meta 1; Valor 50.000.000,00)
6	Dep. Major Olímpio	Inclusão de despesa	Requer inclusão de despesa para a modernização da Diretoria de Intelig. da Sec. Nac. Seg. Púb. do MJ. (Prog. 2081; Ação 20iD; Meta 50.000.000,00).
7	Dep. Major Olímpio	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa p/ Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional das PMs e CBMs (Programa 2081; Ação 2320; Meta 1; Valor R\$ 20.000.000,00).
8	Dep. Cabo Sabino	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa p/ estruturação e modern. de órgãos e instit. de seg. púb. fed, estad. e guardas municip. (Prog. 2081; Ação 20iD; Meta 40; Valor 100.000.000)
9	Dep. Cabo Sabino	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de desp. p/ implant. de projetos de Fortalecimento das Instituições de Seg. Pública. (Prog. 2081; Ação 8855; Meta 40; Valor 150.000.000).
10	Dep. Capitão Augusto	Inclusão de despesa	Requer inclusão de despesa para a Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - (Programa 2058; Ação 14T5; Meta 4; Valor R\$ 300.000.000,00)
11	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal. (Programa 2081; Ação 155N; Meta 40; Valor 200.000.000,00).
12	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública. (Programa 2081; Ação 20iD; Meta 16; Valor 576.000.000,00).
13	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para o Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal. (Programa 2081; Ação 154T; Meta 160; Valor 256.400.000).
14	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Aprimoramento Institucional da Polícia Federal. (Programa 2081; Ação 15F9; Meta 80; Valor 128.200.000).
15	Dep. Eduardo Bolsonaro	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para aquis. de Lanchas Blindadas p/ Marinha p/ combate ao crime organizado nas fronteiras (Programa 2058; ação 20XN; Meta 0; Valor 65.0000.000,00).
16	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para aquisição de Lanchas Blindadas p/ Marinha p/ combate ao crime organizado nas fronteiras (Programa 2058; ação 20XN; Meta 0; Valor 65.0000.000,00).
17	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa em prol da Força Nacional de Segurança Pública (Programa 2081; Ação 2b00; Meta 1280; Valor 167.625.398).
18	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados. (Prog. 2065; Ação 20UF; Meta 462; Valor 100.000.000).
19	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU. (Programa 2038; Ação 10TN; Meta 140; Valor 134.435.940).

Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA
20	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa p/ Manut. do Sist. de Emissão de Passap., Controle do Tráf. Intern. e de Reg. de Estrangeiros. (Prog. 2081; Ação 2586; Meta 1.504.676; Valor 127.867.012).
21	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para apoio ao Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais. (Prog. 2081; Ação 2723; Meta 34.000; Valor 111.200.680).
22	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Prevenção à Violência e à Criminalidade. (Prog. 2081; Ação 20UD; Meta 120; Valor 175.510.920).
23	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para desenvolvimento de projetos para Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. (prog. 2081; Ação 8855; Meta 100; Valor 297.680.400).
24	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para a Prev. e Repressão ao Tráf. Ilícito Drogas e a Crimes Praticados contra Bens da União. (Prog. 2081; Ação 2726; Meta 740; Valor 128.600.800).
25	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para a Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social. (Prog. 2081; Ação 20UG; Meta 48; Valor 183.000.000).
26	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para o fortalecimento das escolas de Capacitação e Qualificação em Serviços Penais. (Prog. 2081; Ação 20UH; Meta 40; Valor 250.000.000).
27	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas. (Prog. 2085; Ação 20R9; Meta 1.120; Valor 179.480.000).
28	Dep. Magda Mofatto	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias c/ problemas com Alcool e Drogas. (Prog. 2085; Ação 215s; Meta 9.675; Valor 135.892.000).

4.2.2. Sugestões de emendas aprovadas.

A seguir, alguns esclarecimentos sobre a aprovação dessas emendas.

Foram aprovadas 4 emendas de apropriação, da seguinte forma:

- Emenda 1: com valor aumentado para R\$ 500.000.000,00 – aprovada a partir da UNIFICAÇÃO das Sugestões de nºs 1, 3, 4, 9 e 23;
- Emenda 2: com valor aumentado para R\$ 500.000.000,00 – aprovada a partir da UNIFICAÇÃO das Sugestões de nºs 2, 5, 6, 8 e 12;

- Emenda 3: com valor de R\$ 300.000.000,00 – aprovada a partir da Sugestão de nº 10;
- Emenda 4: com o valor de R\$ 65.000.000,00 – aprovada a partir da UNIFICAÇÃO das Sugestões de nºs 15 e 16.

As demais foram declaradas prejudicadas.

Durante a reunião ficou acordado que todas as sugestões aprovadas passariam a constar como Sugestões dos Membros da CSPCCO, ou seja, todas as sugestões individuais passaram a constar como coletivas.

As ementas e valores das Emendas 1 e 2 foram alteradas para melhor compor as unificações.

- Nas unificações da Emenda 1, foi utilizada como base a sugestão de nº 3;
- Nas unificações da Emenda 2, foi utilizada como base a sugestão de nº 8;
- Na aprovação da Emenda 3, foi utilizada integralmente a sugestão de nº 10;
- Na unificação da Emenda 4, foi utilizada como a base a sugestão de nº 15.

Quadro de sugestões de emendas ao PL nº 20/2017-CN, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2018, aprovadas na CSPCCO.

Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA
1	Dep. Capitão Augusto, e outros	Acréscimo de despesa	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. (Prog. 2081; Ação 8855; Meta 100; Valor 500.000.000)".
2	Dep. Cabo Sabino, e outros	Acréscimo de despesa	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública. (Prog. 2081; Ação 20iD; Meta 40; Valor 500.000.000)
3	Dep. Capitão Augusto, e outros	Inclusão de despesa	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - (Programa 2058; Ação 14T5; Meta 4; Valor R\$
4	Dep. Eduardo Bolsonaro e outros	Acréscimo de despesa	Aprestamento da Marinha (Programa 2058; ação 20XN; Meta 0; Valor 65.0000.000,00).

4. EVENTOS

4.1. Audiências Públicas

Ao longo de 2017, a Comissão de Segurança Pública promoveu 24 Audiências Públicas com a presença de diversas autoridades, dentre as quais destacamos, os Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública e o da Cultura.

Apresentamos a seguir síntese dessas Audiências.

5.1.1 Histórico das Audiências Públicas Realizadas

DATA: 10/5/2017

Tema: "Debate sobre a Reforma Previdenciária, suas consequências e reflexos para os integrantes e os órgãos encarregados da segurança pública e persecução penal".

Requerimento nº 189/2017, de autoria do Dep. Subtenente Gonzaga - PDT/MG.

PALESTRANTES:

- ELISANDRO LOTIN DE SOUZA
Presidente da Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares – ANASPRA;
- MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO
Presidente da Associação de Peritos Criminais Federais - APCF;
- Cel.MILER DA SILVA
Representante da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME;
- Cel. FLAMMARION RUIZ e Cel. JOÃO CARLOS PELISSARI
Representantes da Associação dos Militares do Brasil - AMEBRASIL;
- PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR
Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP;

- TIAGO ARRUDA CARDOSO DA SILVA
Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF;
- LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS
Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPF e
- Cel. PMDF MAURÍCIO REZENDE GOUVEIA
Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais – CNCG.

O primeiro palestrante foi o senhor Elisandro Lotin de Souza, que fez considerações sobre a retirada de direitos dos policiais brasileiros, como a atual proposta de Reforma da Previdência e as possíveis consequências negativas dessa Reforma para a segurança pública.

O próximo a se pronunciar foi o senhor Luís Antonio de Araújo Boudens, que condenou a retirada de direitos dos profissionais de segurança pública, referindo-se também à proposta de Reforma da Previdência. Lembrou a situação dos agentes penitenciários em relação à Reforma Previdenciária e comentou a questão das mulheres policiais não terem tratamento diferenciado em relação aos policiais masculinos, apesar das demais mulheres trabalhadoras possuírem tratamento diferenciado em relação aos homens na citada Reforma. Afirmou que a segurança pública está fragilizada e que seus profissionais não têm boas condições de trabalho.

Em seguida, o senhor Cel. PMDF Maurício Rezende Gouveia destacou a importância do tempo de contribuição, da integralidade e paridade dos vencimentos em relação aos profissionais da ativa para os policiais e bombeiros militares, isso em razão dos inúmeros problemas de saúde decorrentes da atividade profissional.

Em sua fala, o senhor Marcos de Almeida Camargo criticou a Reforma da Previdência e destacou que, caso seja aprovada, desestimulará os trabalhadores a ingressarem no serviço público.

Já na segunda mesa, o senhor Cel. Flammarion Ruiz criticou a postura do governo em relação aos trabalhadores brasileiros, citou exemplos do sistema

previdenciário de países europeus e sugeriu a criação de uma entidade independente para gerir os recursos da Previdência.

Com a palavra, o senhor Paulo Penteado Teixeira Júnior apresentou dados comparativos da projeção do déficit estimado pelo governo para a Previdência e a projeção estimada pelo governo para o Produto Interno Bruto, concluindo que o déficit previdenciário estaria superestimado.

O senhor Tiago Arruda Cardoso da Silva explanou dados sobre a projeção de envelhecimento dos policiais rodoviários federais e comentou a diferença de idade para aposentadoria das mulheres policiais em relação às demais mulheres trabalhadoras.

O senhor Cel. PMESP Elias Miler, apresentando dados sobre a legislação previdenciária, ressaltou a condição diferenciada de trabalho dos policiais militares, que não possuiriam privilégios, mas mecanismos constitucionais de compensação pelo exercício da atividade.



Dep. Subtenente Gonzaga, autor do Req. 189/2017 e palestrantes - (Alex Ferreira/CD)

Após a fala dos palestrantes, o Deputado Subtenente Gonzaga colocou o tema em discussão e convidou os Parlamentares presentes para realizar suas observações e questionamentos.

O Deputado Major Olímpio comentou as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de segurança pública no Brasil e mostrou preocupação em relação à perda de direitos previdenciários dos policiais brasileiros por conta de possíveis manobras do governo para conseguir a aprovação da Reforma da Previdência.

Durante as considerações finais, o senhor Paulo Penteado Teixeira Júnior enumerou diversas preocupações relacionadas à mudança nas regras previdenciárias; o senhor Cel. PMESP Miler comentou o papel das forças de segurança como defensoras do Estado Democrático de Direito e o senhor Cel. Flammarion Ruiz apresentou gráfico sobre o orçamento geral da União em 2015.

Com a palavra, o senhor Tiago Arruda Cardoso da Silva fez comparações entre o teto remuneratório nos setores público e privado; o senhor Elisandro Lotin de Souza comentou a alta porcentagem da população contrária à Reforma da Previdência; o senhor Marcos de Almeida Camargo fez considerações sobre a proposta de Reforma da Previdência e concluiu que esta seria nociva aos trabalhadores.

O senhor Sérgio Fernando Aboud, Presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - ASSOFBM, mostrou preocupação com o futuro das forças de segurança do país com a aprovação da Reforma da Previdência.

Em seguida, o Deputado Subtenente Gonzaga passou a palavra à senhora Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, que se posicionou contrária à Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência. Em seguida, o Ten. Cel. Alexandre de Lemos, representante da Associação dos Bombeiros de Mato Grosso do Sul, opinou que o atual texto da Reforma da Previdência não seria interessante para os trabalhadores brasileiros. Após, o senhor Cel. PM João Carlos Plissaria comentou que o regime previdenciário precisa respeitar as diferenças entre as atividades exercidas pelos trabalhadores.

DATA: 16/5/2017

Tema: "Debater os efeitos para a segurança pública caso a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016, seja aprovada, uma vez que, dentre outros comandos, retira recursos do FUNPEN e amplia a possibilidade

da utilização de servidores aposentados na Força Nacional, inclusive, em tarefas administrativas.”

Requerimento nº 191/2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG)

PALESTRANTES:

- **HÉDER MARTINS DE OLIVEIRA**
Vice-Presidente da Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares - ANASPRA;
- **JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI**
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR;
- **MARCELO LIMA DE OLIVEIRA**
Promotor de Justiça e Tesoureiro da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP;
- **MARCELO AZEVEDO**
Diretor Jurídico Suplente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF;
- **FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI**
Vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF;
- **Cel MAURÍCIO REZENDE GOUVEIA**
Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais - CNCG;
- **Sgt DENISE BRASIL MENEZES**
Assessora da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares - ANERMB;
- **BRUNO CALIGARIS**
Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública e
- **JEFFERSON DE ALMEIDA** - Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional DEPEN/MJ.



Dep. Subtenete Gonzaga, autor do Requerimento nº 191/217 e palestrantes - (Alex Ferreira/CD)

Formada a primeira mesa, o senhor Bruno Caligaris fez considerações sobre a atuação da Força Nacional e sua integração às forças locais. Já o senhor José Robalinho Cavalcanti criticou a utilização da verba do Fundo Penitenciário e a composição da Força Nacional. O senhor Jefferson de Almeida afirmou que a Medida Provisória nº 755/2016 cristaliza o entendimento do DEPEN/MJ sobre o tema. O senhor Marcelo Lima de Oliveira comentou a aplicação de recursos do FUNPEN e criticou a aplicação que poderá ocorrer com a conversão da Medida Provisória nº 755/2016. O senhor Flavio Werneck Meneguelli questionou aspectos da referida Medida Provisória com relação à Força Nacional, principalmente, a utilização de profissionais aposentados e enumerou dificuldades quanto à aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário.



José Robalinho, presidente da ANPR - (Alex Ferreira/CD)

A segunda mesa teve início com o senhor Cel. Mauricio Rezende Gouveia, que fez comentários sobre o trabalho da Polícia Militar e criticou a efetividade da atuação da Força Nacional. Já o senhor Marcelo Azevedo enumerou as dificuldades no sistema de segurança pública e a necessidade da aplicação do termo circunstanciado em todo o Brasil. O senhor Héder Martins de Oliveira abordou os critérios de constitucionalidade da Força Nacional.

O senhor Bruno Caligaris pediu a palavra e comentou a necessidade de maior diálogo entre a SENASP e as outras entidades representativas das forças de segurança pública. Comentou, também, as alterações na legislação a ser realizadas com a conversão da Medida Provisória nº 755/2016 e esclareceu que a Força Nacional tem recursos próprios provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e que esses recursos não teriam relação com o contingenciamento do FUNPEN.

Após a fala dos palestrantes, o Deputado Subtenente Gonzaga questionou que parte dos recursos do FUNPEN foram retirados e reaplicados no FNSP. Fez considerações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário nos municípios e sobre os profissionais que atuam na Força Nacional. Comentou que a atuação de uma Força Nacional em situações de emergência em detrimento das forças militares permanentes do Estado seria desrespeitosa com essas instituições.

DATA: 17/5/2017

Tema: "Debater a gestão da segurança pública no âmbito do Distrito Federal".

Requerimento nº 186/2017, de autoria do Deputado Alberto Fraga - DEM/DF.

PALESTRANTES:

- VICTOR NEVES FEITOSA CAMPOS
Coordenador-Geral de Treinamento Operacional do Ministério da Justiça;
- EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JÚNIOR
Secretário de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

- CEL. MARCO ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG);
- CEL. HAMILTON SANTOS ESTEVES JÚNIOR
Comandante Geral da Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- ERIC SEBA DE CASTRO
Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal e
- CEL ELIAS MILER DA SILVA
Representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME.

O primeiro palestrante, senhor Cel. Marco Antonio Nunes de Oliveira, comentou a situação da segurança pública do Distrito Federal, enumerando as dificuldades enfrentadas pela categoria dos policiais militares.

Já o senhor Cel. Hamilton Santos Esteves Júnior abordou as inovações nos atendimentos a ocorrências pelo Corpo de Bombeiros Militar, ressaltando a importância da integração das forças de segurança do Distrito Federal.

O senhor Eric Seba de Castro afirmou que as forças de segurança pública têm atuado com comprometimento, mas esse sistema, como um todo, precisa ser repensado. O senhor Victor Neves Feitosa Campos comentou o êxito da atuação integrada das forças de segurança. O senhor Cel. Elias Miler da Silva apresentou dados sobre o efetivo da Polícia Federal. Em seguida, o senhor Edval de Oliveira Novaes Júnior apresentou dados sobre a criminalidade no Distrito Federal, ressaltando a queda nos índices de criminalidade de um modo geral.

Após a fala dos palestrantes, o Deputado Alberto Fraga colocou o tema em discussão e comentou que o governo falha em relação à segurança pública pela falta de valorização do capital humano. Questionou ao senhor Eric Seba de Castro se o efetivo é suficiente para cumprir a demanda da segurança pública do Distrito Federal, ao que o convidado respondeu que houve diminuição do efetivo policial nos últimos anos e por isso é importante a motivação pessoal dos integrantes do quadro.

O senhor Eric Seba de Castro ainda fez considerações sobre concurso público e questões orçamentárias. Após, o Deputado Alberto Fraga questionou a

interdição de vias para atendimento de ocorrências pelos militares do Corpo de Bombeiros, ocasionando problemas no trânsito. O senhor Hamilton Santos Esteves Júnior respondeu que a interdição das vias se faz necessária, tendo em vista a integridade física dos bombeiros e da vítima, mas que a corporação tem estudado maneiras de causar menos impacto ao trânsito durante o atendimento das ocorrências.

DATA: 23/5/2017

Tema: “**Debater o jogo chamado Baleia Azul e suas consequências**”.

Requerimentos nºs 194/2017, de autoria dos Deputados Moses Rodrigues (PMDB/CE) e Eliziane Gama (PPS/MA); 195/2017, de autoria dos Deputados Keiko Ota (PSB/SP) e Moses Rodrigues (PMDB/CE); 199/2017, de autoria do Deputado Givaldo Carimbão (PHS/AL) e 209/2017, de autoria dos Deputados Givaldo Carimbão (PHS/AL) e Pastor Eurico (PHS/PE).

PALESTRANTES:

- LUÍS FELIPE SILVA FREIRE
Presidente da Comissão de Crimes Eletrônicos da OAB/MG;
- RAIMUNDO ANTÔNIO PALMEIRA DE ARAÚJO, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil;
- PATRÍCIA SIMONE BONZOLAN
Delegada-Chefe Adjunta da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente - DPCA/PCDF;
- SAULANDRE PAULO LIMA DE MORAIS, Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF;
- LUIZ AUGUSTO FILIZZOLA D'URSO, Advogado Criminalista - OAB/SP e
- MARCELO DA SILVA ARAÚJO TAVARES
Professor de Magistério Superior - Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Iniciada a Audiência, o Deputado João Campos fez considerações sobre o tema e elogiou a iniciativa de se fazer uma Audiência Pública a respeito. Em seguida, o Deputado Givaldo Carimbão mostrou preocupação em relação ao jogo Baleia Azul e passou a palavra ao Deputado Moses Rodrigues, que considerou pertinente debater o assunto.



Dep. Givaldo Carimbão, autor do Req. 199/2017 - (Luis Macedo/CD)

O primeiro palestrante, senhor Luís Felipe Silva Freire, esclareceu que o jogo Baleia Azul se trata de crime eletrônico. Citou o crescimento no número de denúncias de crimes na Internet, com a popularização desse veículo de acesso a informações e comentou a legislação existente sobre a responsabilização de terceiros por conteúdo disponibilizado nessa rede mundial de computadores.



Dep. Givaldo Carimbão, Moses Rodrigues e palestrantes - (Luís Macedo/CD)

Em seguida, o senhor Luiz Augusto Filizzola D'Urso apresentou informações sobre o surgimento e a disseminação global do jogo Baleia Azul e as

estratégias para evitar a disseminação desse jogo na Internet. A senhora Patrícia Simone Bozolan apresentou informações em relação ao jogo Baleia Azul no Distrito Federal, abordou a questão do consentimento infantil e convidou o senhor Saulandre Paulo Lima de Moraes a apresentar o processo investigativo dos crimes cibernéticos no Distrito Federal. O senhor Marcelo da Silva Araújo Tavares referiu-se à questão do suicídio, comentando a importância de abordar corretamente essa questão na mídia e também no ambiente familiar e destacou a importância do desenvolvimento das habilidades sociais dos jovens como forma de prevenir a depressão e o suicídio. O senhor Raimundo Antônio Palmeira de Araújo mostrou preocupação em relação ao tema e comentou a legislação penal vigente.

Dando prosseguimento à reunião, o Deputado Givaldo Carimbão passou a palavra à Deputada Eliziane Gama, que comentou a vulnerabilidade de alguns jovens a situações de risco, as dificuldades de monitorar essas situações na Internet e ressaltou a necessidade de criação de delegacias especializadas em crimes cibernéticos.

A senhora Patrícia Simone Bozolan esclareceu que no Distrito Federal não há a figura do curador do jogo Baleia Azul, mas jovens que se envolveram no jogo de maneira autônoma.

O Deputado Carlos Andrade questionou ao senhor Luís Felipe Silva Freire quais seriam as mudanças possíveis na legislação e questionou ao senhor Marcelo da Silva Araújo Tavares como educar corretamente o jovem no ambiente familiar.

O convidado questionado, senhor Luís Felipe Silva Freire, respondeu citando a legislação vigente sobre o crime cibernético e enumerou possíveis melhorias no acesso às informações pela polícia investigativa, além de frisar a importância da educação como forma de combater práticas semelhantes ao jogo Baleia Azul.

O senhor Luiz Augusto Filizzola D'Urso comentou que a educação digital engloba a educação ao público e disponibilizou um parecer emitido pela Comissão de Direito Digital e Compliance (CDDC-OAB/DF), o qual foi disponibilizado na página da Comissão.

O Deputado Dr. Jorge Silva comentou o tema e questionou a importância do profissional de psicologia nas escolas para orientar os jovens quanto à exposição das situações de risco. O Deputado Diego Garcia preocupou-se com o uso da Internet pelos jovens e com a educação das crianças e adolescentes de modo geral, ressaltando a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a proteção da família.

O Deputado Givaldo Carimbão citou políticas públicas voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade e, em seguida, passou a palavra aos convidados para suas considerações finais, antes, porém, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Diego Garcia.

O senhor Raimundo Antônio Palmeira de Araújo ressaltou a importância do trabalho preventivo. Com a palavra, o Senhor Luís Felipe Silva Freire respondeu ao Deputado Carlos Andrade citando a legislação vigente sobre o crime cibernético e enumerou possíveis melhorias no acesso às informações pela polícia investigativa, além de frisar a importância da educação como forma de combater práticas semelhantes ao jogo Baleia Azul.

Com a palavra, o Senhor Marcelo da Silva Araújo Tavares destacou a necessidade de campanhas de valorização das habilidades sociais e comentou o papel do professor com os jovens.

O Deputado Givaldo Carimbão agradeceu aos convidados e a todos que participaram da Audiência.

DATA: 30/5/2017

Tema: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 5.065/2016, do Deputado Delegado Edson Moreira, que altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º".

Requerimentos nºs 187/2017, de autoria dos Dep. Hugo Leal - PSB/RJ e Marcelo Matos PHS/RJ e nº 190/2017, de autoria do Dep. Glauber Braga - PSOL/RJ.

PALESTRANTES:

- CAMILO GRAZIANI CAETANO PAES DE ALMEIDA
Delegado de Polícia Federal;
- SAULO MOURA DA CUNHA
Diretor do Departamento de Contraterrorismo da ABIN;
- DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal Dos Direitos do Cidadão-MPF;
- LUCAS SADA
Advogado do Instituto de Defensores de Direitos Humanos – DDH e
- CAMILA MARQUES
Coordenadora do Centro de Referência Legal em Liberdade de Expressão e Acesso à Informação da ARTIGO 19.



Dep. Hugo Leal, coautor do Req. 187/2017 - (Lúcio Bernardo Jr. /CD)

Após a abertura da audiência, presidida pelo Deputado Hugo Leal, iniciou-se os debates e o Deputado Delegado Edson Moreira comentou o Projeto de Lei nº 5.065/2016 e passou a palavra ao primeiro orador, o senhor Camilo Graziani Caetano Paes de Almeida, que apresentou o conceito de terrorismo da Polícia Federal e comentou os pontos da legislação propostos pelo Projeto de Lei nº 5.065/2016. A senhora Deborah Duprat expôs sua preocupação com a possibilidade de os movimentos sociais e outras formas de associação serem enquadrados como terrorismo.



Dep. Delegado Edson Moreira e palestrantes - (Leonardo Prado/CD)

Em seguida, o Deputado Delegado Edson Moreira passou a condução dos trabalhos ao Deputado Glauber Braga. Ato contínuo, o senhor Saulo Moura da Cunha apresentou informações sobre o trabalho de prevenção ao terrorismo executado pela ABIN e a importância dessa prevenção. O senhor Lucas Sada fez uso da palavra e se manifestou contrário à aprovação do Projeto de Lei em questão.

O Deputado Glauber Braga passou a condução dos trabalhos ao Deputado Hugo Leal.

Com a palavra, a senhora Camila Marques lembrou a aprovação da Lei 13.260/2016 e criticou a legislação antiterrorismo. Dando prosseguimento à reunião, o Deputado Hugo Leal registrou a presença do senhor Vilmo Luiz de Freitas Medeiros, representante da ACIVIS – Cidadania, Desenvolvimento e Segurança.

O Deputado Subtenente Gonzaga posicionou-se pela não aprovação do referido Projeto de Lei.

O Deputado Hugo Leal comentou o Projeto de Lei e a atuação dos movimentos sociais, passando a palavra aos convidados para considerações finais.

O senhor Camilo Graziani Caetano Paes de Almeida expôs que a importância da criminalização dos atos preparatórios é a prevenção de uma situação trágica. O senhor Saulo Moura da Cunha propôs que a legislação contemple as atividades de inteligência. A senhora Deborah Duprat destacou a criminalização do terrorismo como forma de proteção aos direitos fundamentais e criticou o art. 4º da Lei 13.260/2016. O senhor Lucas Sada posicionou-se pela rejeição do referido Projeto de Lei e sugeriu alterações ao art. 5º da Lei nº 13.260/2016.

Com a palavra, o Deputado Glauber Braga criticou o processo de tipificação penal e depois a senhora Camila Marques reiterou o posicionamento da ARTIGO19 pela rejeição do Projeto de Lei em questão.

DATA:6/6/2017

Tema: "Debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública. "

Requerimentos nºs 192/2017, de autoria dos Deputados Alberto Fraga (DEM/DF) e Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e 220/2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG).

PALESTRANTES:

- MAJOR MARCELO PINTO SPECHT
Assessor Político Institucional do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais - CNCG;
- CEL. ELIAS MILER
Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME;
- ELISANDRO LOTIN DE SOUZA
Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares - ANASPRA;
- LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS
Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF;
- MARCELO AZEVEDO
Diretor Jurídico do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Goiás

- SINPRF/GO, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF;

- BRUNO TELLES

Presidente da Associação Brasileira de Criminalística - ABC;

- MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO

Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF;

- CEL. JOÃO CARLOS PELISSARI

Assessor Parlamentar da Associação dos Militares Estaduais do Brasil – AMEBRASIL e

- RODOLFO LATERZA

Presidente da Federação dos Delegados da Polícia Civil - FENDEPOL.



Dep. Alberto Fraga, coautor do Req. nº 192/2017 - (Alex Ferreira)

O Deputado Alberto Fraga cumprimentou a todos e passou a palavra ao primeiro orador, o senhor Cel. Elias Miler, que apresentou o histórico das tentativas de criação de um sistema nacional de segurança pública, e enfatizou a solicitação ao Presidente da Casa para pautar este projeto, em razão do amadurecimento das discussões o que ocorreu ao longo do tempo.



Dep. Alberto Fraga e palestrantes - (FENEME)

Em seguida, o senhor Luís Antônio de Araújo Boudens enfatizou a necessidade de que as polícias trabalhem de forma unificada.

Dando prosseguimento à reunião, o Deputado Alberto Fraga passou a palavra ao senhor Marcelo Azevedo que disse considerar que o projeto é um grande avanço para a segurança pública e comentou algumas vantagens do termo circunstanciado. O senhor Bruno Telles ressaltou a necessidade de coletar dados estatísticos sobre a segurança Pública a fim de que as ações possam ser melhor direcionadas.

A condução dos trabalhos foi passada ao Deputado Subtenente Gonzaga, que concedeu a palavra ao senhor Marcos de Almeida Camargo, que fez considerações sobre o conhecimento científico como instrumento importante para o aprimoramento da segurança pública.

Em seguida, o Deputado Alberto Fraga reassumiu a condução da reunião e passou a palavra ao senhor Rodolfo Laterza, que convidou à reflexão sobre a aplicação inadequada do modelo de segurança pública vigente, ressaltando a necessidade de políticas públicas de segurança. Já o senhor Cel. João Carlos Pelissari apresentou sugestões ao texto do Projeto de Lei nº 6.662/2016.

Finalizando, o Deputado Alberto Fraga citou a Proposta de Emenda Constitucional nº 151/1995, e o Deputado Subtenente Gonzaga fez considerações sobre o sistema de segurança pública no Brasil e sobre o Projeto de Lei nº 6.662/2016.

DATA: 12/6/2017

Tema: "**Discutir, implementar e melhorar os planos de saúde dos órgãos da Segurança Pública do Distrito Federal.**"

Requerimento nº 226/2017, de autoria do Deputado Laerte Bessa (PR/DF).

PALESTRANTES:

- Coronel ROGÉRIO BRITO DE MIRANDA
Diretor de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal;
- Coronel CARLOS ALBERTO RASIA
Diretor de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- IVONE CASIMIRO ROSSETTO
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal e
- ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.



Dep. Laerte Bessa – (Cleia Viana/CD)

Dando início à reunião, o Deputado Laerte Bessa passou a palavra ao senhor Antonio Renato Alves Rainha, que prestou esclarecimentos sobre a saúde pública e enumerou pontos avaliados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal

sobre a contratação de planos de saúde pelos órgãos de segurança pública do Distrito Federal.



Antônio Renato Alves Rainha – Conselheiro do TCDF e outros – (Cleia Viana/CD)

Em seguida, o Deputado Laerte Bessa abriu a reunião à participação de populares presentes, previamente inscritos. O senhor Rodrigo Franco, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal - SINPOL/DF, questionou de que forma o Tribunal de Contas do Distrito Federal pode exigir que o Governo do Distrito Federal invista na área da saúde física e mental dos policiais.

O senhor Antonio Renato Alves Rainha respondeu que o Tribunal de Contas do Distrito pode atuar, quando provocado por qualquer cidadão e realizar auditoria, quando há um descumprimento da legislação.

Questionado se o Governo do Distrito Federal pode fazer contingenciamento dos recursos destinados à saúde dos servidores da segurança pública e onde estão os recursos destinados para tal finalidade, o senhor Antonio Renato Alves Rainha respondeu que existem recursos próprios para prestar assistência à saúde desses profissionais e que o Tribunal tem fiscalizado a aplicação desses recursos.

O Deputado Laerte Bessa agradeceu a presença do Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha e passou a palavra à próxima palestrante, a senhora Ivone Casimiro Rossetto, que esclareceu não haver plano de saúde disponibilizado aos policiais civis do Distrito Federal e que esses profissionais estão desassistidos de legislação que garanta a essa categoria assistência médico-hospitalar.



Dep. Laerte Bessa, autor do Req. nº 226/2017 e palestrantes - (Cleia Viana/CD)

Já o senhor Coronel Carlos Alberto Rasia comentou que os bombeiros militares fazem uma autogestão da saúde composta de um corpo de profissionais de saúde. Aquilo que não pode ser resolvido por esse corpo profissional é encaminhado para uma rede credenciada e que complementando esses atendimentos há a auditoria da aplicação dos recursos, que é realizada no âmbito do próprio Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

O senhor Coronel Rogério Brito de Miranda fez uso da palavra para apresentar dados sobre a auditoria realizada no âmbito da assistência de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal.

O Deputado Laerte Bessa informou que solicitará auditoria ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre o tema e questionou ao Coronel Rogério Brito de Miranda sobre a aplicação de vinte milhões de reais em Emendas Parlamentares destinadas à saúde dos profissionais de segurança, ao que o Coronel justificou não poder responder, pois a aplicação das Emendas fica a cargo do Comando-Geral e em seguida reforçou que a Diretoria de Saúde está comprometida em aumentar a quantidade de atendimentos médicos por meio de aplicativo para marcação de consultas e novos credenciamentos com estabelecimentos de saúde.

O Deputado Laerte Bessa afirmou que irá solicitar informações ao Comando- Geral da Polícia Militar sobre a verba destinada à saúde dos servidores daquele órgão.

DATA: 27/6/2017

Tema: **"Debater as questões referentes às invasões de propriedades rurais e à escalada da violência no campo."**

Requerimentos n°s 193/2017, de autoria dos Deputados Alberto Fraga (DEM/DF) e Subtenente Gonzaga (PDT/MG); 204/17, de autoria dos Deputados Glauber Braga (PSOL/RJ) e Subtenente Gonzaga (PDT/MG) e 368/2017, de autoria do Deputado Alberto Fraga (DEM/DF) - CAPADR.

PALESTRANTES:

- **CEL. JULIAN ROCHA PONTES**
Chefe de Gabinete de Ordem Pública, representante do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais - CNCG;
- **FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS**
Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, atuou, também, como representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJ;
- **VALDIR CORREIA**
Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA e
- **DOM ENEMESIO LAZZARIS**
Presidente da Comissão Pastoral da Terra.

O Presidente, Deputado Alberto Fraga, concedeu a palavra aos palestrantes, que fizeram suas considerações em relação à violência no campo, à ocupação de terras, aos assentamentos do INCRA e à concessão de títulos aos assentados.



Dep. Alberto Fraga, coautor do Req. 193/2017 e palestrantes - (Leonardo Prado/CD)

O senhor Enemésio Lazzaris disponibilizou documentos sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, bem como trecho do livro “A Igreja e a questão agrária brasileira no início do Século XXI”. O senhor Franklimberg Ribeiro de Freitas disponibilizou apresentação em PowerPoint, a qual foi publicada na página da Comissão.

Após as exposições dos convidados, fizeram uso da palavra os Deputados Éder Mauro, Subtenente Gonzaga e Valdir Colatto.

O Deputado Delegado Éder Mauro solicitou que se fizesse o registro sobre o Projeto de Lei nº 182/2015, do Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Carlos Minc, sem partido, que pretende afastar os policiais de suas atividades laborativas, por um ano, em caso de envolvimento reincidente em confrontos que resultem morte. Ressaltou que este Projeto de Lei não pode ser aprovado, pois estaria punindo os policiais que estão exercendo legitimamente as suas funções.

Em seguida, o Deputado Valdir Colatto fez algumas perguntas aos convidados que foram prontamente respondidas e houve o encerramento do debate.

DATA: 28/6/2017 – conjunta com a CREDN, CINDRA, CTASP, CSSF e CSPCCO.

Temas:

a) **Apresentar as prioridades e diretrizes da política de defesa nacional -**

Requerimento nº 177/2017-CREDN, de autoria da Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP);

b) **Prestar informações acerca do anúncio da realização de manobras militares conjuntas entre o Exército Brasileiro e o Exército Americano -** Requerimento nº 141/2017-CINDRA, de autoria dos Deputados João Daniel (PT/SE) e Patrus Ananias (PT/MG);

c) **Discutir o reforço das fronteiras do Brasil, a fim de evitar o tráfico de armas e drogas -** Requerimento nº 213/2017-CSPCCO, de autoria dos Deputados Laerte Bessa (PR/DF), Capitão Augusto (PR/SP) e Paulo Teixeira (PT/SP);

d) **Esclarecimentos sobre a edição do Decreto, em 24/05/2017, que autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal -** Requerimento nº 229/2017-CTASP, de autoria dos Deputados Erika Kokay (PT/DF), Bohn Gass (PT/RS), Leonardo Monteiro (PT/MG), Marcon (PT/RS), Nelson Pellegrino (PT/BA), Robinson Almeida (PT/BA), Ságuas Moraes (PT/MT) e Vicentinho (PT/SP); e

e) **Debater acerca do Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas -** Requerimento nº 437/2017-CSSF, de autoria dos Deputados Adail Carneiro (PP/CE), Odorico Monteiro (PROS/CE), Conceição Sampaio (PP/AM) e Zenadide Maria (PR/RN).

PALESTRANTE:

- RAUL JUNGSMANN
Ministro de Estado da Defesa

A Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputada Bruna Furlan, deu início à Audiência Pública dando as boas-vindas ao Excelentíssimo Senhor Raul Jungsmann, Ministro de Estado da Defesa, e explicou que aquela reunião decorria da aprovação dos requerimentos acima elencados.

Com a palavra, o senhor Raul Jungmann agradeceu ao convite e iniciou sua fala expondo a missão do Ministério da Defesa. Apresentou a estrutura da Pasta e a sua evolução ao longo dos anos. Discorreu sobre a participação militar brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. Falou sobre as principais ameaças à Defesa Nacional. Apresentou o orçamento do Ministério e fez um comparativo entre os recursos destinados ao setor por alguns países e pelo Brasil.



Ministro da Defesa, Raul Jungmann - (Lucio Bernardo Júnior /CD)

Informou acerca do efetivo militar das Forças Armadas. Explanou sobre os projetos estratégicos desenvolvidos pela Pasta, dentre eles o submarino de propulsão nuclear e os submarinos convencionais. Fez algumas considerações acerca do impacto da indústria de defesa na economia brasileira. Explicou o papel do Ministério da Defesa nas fronteiras, na segurança pública e no apoio à sociedade. Falou sobre as operações de Garantia da Lei e da Ordem - GLO realizadas pelas Forças Armadas, dentre elas a Operação Esplanada, realizada em Brasília, em maio do ano corrente.

Em seguida, fizeram uso da palavra, na condição de autores dos requerimentos que motivaram a Audiência Pública, os Deputados Capitão Augusto, João Daniel, Patrus Ananias e Paulo Teixeira, nessa ordem.

Ato contínuo, foi passada a palavra aos Deputados inscritos. Fizeram uso da palavra para comentários e questionamentos os Deputados Maria Helena, Jean Wyllys, Subtenente Gonzaga, Delegado Eder Mauro, Delegado Waldir, Eduardo Bolsonaro, Carlos Zarattini, Abel Mesquita Júnior, Sóstenes Cavalcante, Érika Kokay, Edmilson Rodrigues e Pastor Eurico.

Finalizando, o Ministro da Defesa, senhor Raul Jungmann, atendeu e respondeu às perguntas formuladas.

DATA: 28/6/2017

Tema: "Debater sobre o sucateamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Polícia Civil do Distrito Federal, da Polícia Judiciária, e as consequências para a população."

Requerimentos n^{os} 200/2017, de autoria dos Deputados Gilberto Nascimento (PSC/SP), Alberto Fraga (DEM/DF) e Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e 208/2017, de autoria dos Deputados Major Olímpio (SD/SP) e Laerte Bessa (PR/DF).

PALESTRANTES:

- RAQUEL KOBASHI GALLINATI
Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo - SINDPESP;
- EDUARDO BECKER TAGLIARINI
Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo - SINPCRESP;
- JOAO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO
Presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo - SIPESP;
- RAFAEL DE SÁ SAMPAIO
Presidente Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal – SINDEPO e
- RODRIGO FERNANDES FRANCO
Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal - SINPOL.



Dep. Major Olimpio, coautor do Req. nº 208/2017 e palestrantes - (Lúcio Bernardo Júnior/CD)

A Audiência foi presidida pelo Deputado Major Olimpio, que passou a palavra à primeira convidada, a senhora Raquel Kobashi Gallinati, que apresentou dados sobre o sucateamento da Polícia Civil de São Paulo. O senhor Joao Batista Rebouças da Silva Neto citou casos de violência contra policiais, comentou a defasagem do quantitativo de profissionais e o sucateamento dos equipamentos.



Raquel Kobashi Gallinati, Presidente do SINDPESP - (Lucio Bernardo Junior/CD)

O Deputado Lincoln Portela pediu a palavra e parabenizou a Polícia Judiciária, destacando a dificuldade de ação do governo em relação à segurança pública.

O próximo orador a discorrer sobre o tema foi o senhor Eduardo Becker Tagliarini, que apresentou informações sobre a precariedade das condições de trabalho dos peritos criminais.

No uso da palavra, o Deputado Subtenente Gonzaga questionou se a segurança pública é questão prioritária para os governos dos Estados e comentou a pouca aplicação de recursos para equipar as polícias e para a contratação de efetivo.

Em seguida, o Deputado Major Olimpio passou a palavra ao senhor Rafael de Sá Sampaio, que comentou a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional destinado à segurança pública no Distrito Federal, que está sendo usado indevidamente em outras finalidades, destacando o contingenciamento desses recursos. Comentou também os índices de criminalidade no Distrito Federal, ressaltando que a segurança pública precisa ser prioridade de governo.

Já o senhor Rodrigo Fernandes Franco apresentou dados sobre o sucateamento da Polícia Civil do Distrito Federal e apresentou a sugestão de reformular o Fundo Constitucional de forma que esse Fundo cumpra a sua finalidade, que é garantir a segurança pública do Distrito Federal.

Finalizando, o Deputado Major Olimpio pediu aos convidados que encaminhem material de apoio para fundamentar a atuação dos membros desta Comissão e encerrou a reunião.

DATA: 4/7/2017

Tema: "Debater sobre o sucateamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo e o seu efeito para a população".

Requerimento nº 207/2017, de autoria do Deputado Major Olimpio (SD/SP).

PALESTRANTES:

- Cel. ELIAS MILER DA SILVA
Presidente da Associação de Oficiais Militares do Estado de São Paulo em Defesa da Polícia Militar - DEFENDA PM;
- Cabo WILSON DE OLIVEIRA MORAIS;
Presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo - ACSPMESP;
- Cel. PM JORGE GONÇALVES
Presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da PMESP - AOMESP e

- ELCIO INOCENTE

Presidente da Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo – APMDFESP.



Dep. Major Olímpio, autor do Req. nº 207/2017 e palestrantes - (Leonardo Prado/CD)

Iniciada a Audiência pública, o Deputado Major Olímpio, que a presidiu, explicou a situação precária da Segurança Pública no Estado de São Paulo, unidade mais rica da Federação, e ressaltou que na Audiência Pública realizada em 28/6/2017, foi discutida a situação da Polícia Civil naquele estado e que foram apontados vários problemas nas condições de trabalho, sendo que um dos fatores preponderantes para agravar a situação da Polícia Civil é a diminuição do número de servidores, enquanto a população de São Paulo tem aumentado.

Dando prosseguimento, o Deputado Major Olímpio concedeu a palavra ao senhor Cel. Elias Miler da Silva, que apresentou dados estatísticos sobre a Polícia Militar, bem como fez uma comparação com dados da Polícia de Nova Iorque. O palestrante disponibilizou sua apresentação, a qual foi publicada na página da Comissão.



Cel. Elias Miller, Presidente da DEFENDA PM - (Leonardo Prado/CD)

O senhor Cabo Wilson de Oliveira Morais, explanando a situação atual da Polícia Militar no Estado de São Paulo, explicou que além das condições de trabalho e da questão salarial, tem também a questão dos crimes praticados contra os policiais.

A condução dos trabalhos foi passada ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), que abordou problemas diversos que afetam a Polícia Militar e passou a palavra ao próximo palestrante, o senhor Cel. PM Jorge Gonçalves, que fez suas ponderações confirmando as falas dos palestrantes anteriores.

O Deputado Major Olimpio reassumiu a presidência e passou a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), que discursou sobre a questão da Segurança Pública, explicou que cabe ao Poder Executivo implementar determinadas medidas, abordou também a Lei 13.142/2015, que foi aprovada para tornar o homicídio contra policiais como crime hediondo, como uma conquista, mas que ainda falta muito para se atingir condições melhores de trabalho.

Em seguida, o Presidente explicou que o próximo palestrante, o senhor Élcio Inocente é um herói, porque, na defesa da sociedade, foi alvejado por um bandido e ficou com sequelas permanentes, dentre elas na sua locomoção, pois ficou paraplégico.

Com a palavra, o senhor Élcio Inocente explicou a situação do sucateamento da Polícia Militar, o quadro de servidores e os salários defasados. Nas suas considerações finais, o senhor Élcio informou que a Associação tem recebido vários pedidos dos associados para fornecimento de cestas básicas, tendo em vista que a situação dos policiais militares está cada vez mais precária. Antes, eram pedidos de cadeira de rodas e outros equipamentos.

Também fizeram uso da palavra os senhores Cel. Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME e o Major Marcelo Pinto Specht, da Brigada Militar de Porto Alegre - RS.

Deputado Major Olimpio agradeceu aos convidados e a todos que participaram da Audiência e encerrou a Audiência.

DATA: 5/7/2017

Tema: "Debater o Substitutivo, aprovado na CCJ e no Plenário do Senado, em um mesmo dia (24.4.17), aos Projetos de Lei do Senado nº 280, de 2016 e nº 85/2017, que definem os crimes de abuso de autoridade, seu impacto e suas consequências para os profissionais da segurança pública".

Requerimento nº 203/2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG).

PALESTRANTES:

- **HEDER MARTINS DE OLIVEIRA**
Primeiro-vice-presidente da Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares - ANASPRA;
- **CEL. MARLON JORGE TEZA**
Presidente da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME;
- **JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI**
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR;
- **ROBERTO APARECIDO TURIM**
Promotor de Justiça e Presidente da Associação Mato-Grossense, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP;
- **TIAGO ARRUDA C. DA SILVAD**
Diretor Jurídico, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF;
- **LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS**
Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF;
- **CEL PM VINÍCIUS SILVA DE FREITAS**
Corregedor-Adjunto da PMDF, representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais - CNCG;
- **ANDERSON VIEIRA AMORIM**
Vice-Presidente da Regional Sul, representante da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis - COBRAPOL;

- JAIME MARTINS DE OLIVEIRA NETO
Presidente Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB;
- CARLOS EDUARDO SOBRAL
Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF e
- MAJOR PMMG LÁZARO TAVARES DE MELO DA SILVA
Associação de Oficiais de Minas Gerais.



Dep. Subtenente Gonzaga, autor do Req. nº 203/2017 e palestrantes - (Luis Macedo/CD)

O Presidente da reunião, Deputado Subtenente Gonzaga, iniciou os trabalhos e passou a palavra ao senhor Jaime Martins de Oliveira Neto, que apresentou várias falhas no texto do Projeto de Lei do Senado e afirmou que esse Projeto deveria ser rejeitado e que disponibilizaria Nota Técnica, fundamentando os seus argumentos. Em seguida, o senhor José Robalinho expressou que o Projeto de Lei apresentou várias distorções e que precisaria de reparos, pois atingiria não somente membros do Ministério Público e Magistratura, mas também todos os policiais e que visou o enfraquecimento da força repressiva do Estado.

O senhor Tiago Arruda da Silva também se manifestou contrário ao texto do Projeto de Lei. Por sua vez, o senhor Roberto Aparecido Turim afirmou que o Projeto de Lei em discussão pôs entraves ao combate da criminalidade, além de trazer conflitos entre leis penais. Portanto, o ideal seria uma ampla discussão em um novo Projeto de Lei. Já o senhor Luís Antônio de Araújo Boudens afirmou que o texto desse Projeto de Lei não poderia ser aprovado e que a Câmara dos Deputados deveria rejeitá-lo. O senhor Anderson Vieira Amorim também defendeu a rejeição do Projeto de Lei.

O Deputado Subtenente Gonzaga passou a palavra ao Deputado Major Olimpio para fazer suas considerações e também, em seguida, assumiu a condução dos trabalhos.

O Deputado Major Olimpio passou a palavra ao senhor Héder Martins de Oliveira, que afirmou ser necessária a rejeição do Projeto de Lei do Senado, pois se fosse reformulado, correria -se o risco de o texto da Câmara dos Deputados ser rejeitado no Senado Federal. O senhor Vinicius Silva de Freitas também se posicionou contrário à proposição em discussão.

O Deputado Subtenente Gonzaga reassumiu a condução da reunião e concedeu a palavra ao senhor Lázaro Tavares de Melo, que expôs vários artigos do Projeto que inviabilizariam a atividade policial, caso o Projeto de Lei fosse aprovado. O Coronel Marlon Jorge Teza disse que seria necessária uma mobilização para rejeitar o Projeto de Lei, que foi aprovado de forma açodada no Senado Federal.

Em suas considerações finais os convidados ratificaram a necessidade de rejeitar o Projeto de Lei do Senado Federal e de se fazer outro Projeto, com amplo debate e que não favorecesse à criminalidade.

O Deputado Subtenente Gonzaga concluiu que manteria um diálogo com o Relator do Projeto e exporia as sugestões apresentadas nesta Audiência Pública. Agradecendo a todos, encerrou a reunião.

DATA: 11/7/2017

Tema: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 6.737, de 2016, e a segurança privada em âmbito nacional".

Requerimentos n^{os} 215/2017, de autoria do Dep. Júlio Lopes (PP/RJ) e 239/2017, de autoria do Dep. Delegado Waldir (PR/GO).

PALESTRANTES:

- LEANDRO VILAIN JOÃO
Diretor de Operações de Negócios da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;

- ODAIR CONCEIÇÃO
Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST;

- CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA
Delegado de Polícia, Coordenador-Geral de Segurança Privada, representante da Polícia Federal e

- ALEXANDRE ARAÚJO MOTA
Secretário Nacional de Segurança Pública Substituto, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Dep. Júlio Lopes, autor do Req. nº 215/17; Dep. Delegado Waldir, autor do Req. nº 239/17 e palestrantes (Billy Boss/CD)

O Deputado Júlio Lopes declarou abertos os trabalhos e anunciou o primeiro palestrante, senhor Leandro Vilain João, que se manifestou contrário à aprovação do PL nº 6.737/2016. Houve troca de Mesa, assumiu a Presidência o Deputado Delegado Waldir, que fez vários questionamentos ao representante da FEBRABAN.

Em seguida, fez uso da palavra o senhor Alexandre Araújo Mota, afirmando que as instituições financeiras devem criar ambientes seguros e que esta situação deve ser associada a outros fatores que colaborem para o combate à criminalidade.

O Deputado Delegado Waldir questionou ao senhor Alexandre qual seria o posicionamento do Ministério da Justiça em relação ao Projeto de Lei objeto do

debate. Este respondeu que não recebeu nenhuma orientação do Ministro da Justiça, portanto, não poderia se manifestar a favor ou contra.

O Deputado Delegado Waldir apresentou condolências às famílias do Cabo da Polícia Militar, Marcos Marques da Silva, de 36 anos, e do vigilante Leonardo José Mendes, 53, mortos a tiros por assaltantes de banco, na cidade de Santa Margarida - MG.

O palestrante seguinte, o senhor Carlos Rogério Ferreira Cota afirmou não ter condições técnicas para se manifestar em relação à aprovação do Projeto de Lei, pois teria que ser analisado se o dispositivo não traria riscos à segurança dos consumidores e operadores dos caixas eletrônicos. Por sua vez, o senhor Odair Conceição apresentou suas considerações e esclareceu a necessidade de combater a criminalidade na base, pois apenas a instalação de um dispositivo nos caixas eletrônicos não resolveria a situação.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá discutiu a matéria e ressaltou a necessidade do controle rigoroso de explosivos e lamentou a ausência de um representante do Banco Central neste debate; concluiu lamentando o episódio ocorrido em Santa Margarida - MG, que ocasionou a morte violenta de um policial militar e de um vigilante que estavam na agência bancária que fora assaltada.

DATA: 16/8/2017

Tema: "Debater sobre o Movimento Nacional dos Caminhoneiros, suas reivindicações e reflexos na segurança pública, nas estradas e no abastecimento do país".

Requerimento nº 243/2017, de autoria do Dep. Onyx Lorenzoni (DEM/RS).

PALESTRANTES:

- **ROGÉRIO REAME**
Representante do Movimento dos Caminhoneiros no Estado de São Paulo e
- **ODILON PEREIRA DA FONSECA**
Líder do Movimento dos Caminhoneiros no Estado de Mato Grosso.



Dep. Onyx Lorenzoni e palestrantes - (Agência CD)

Iniciando a Audiência, o Deputado Onyx Lorenzoni concedeu a palavra ao senhor Odilon Pereira da Fonseca, que comentou a questão da insegurança no transporte de cargas realizado pelos caminhoneiros no Brasil, mencionou o aumento dos impostos sobre o combustível diesel e o impacto financeiro desse aumento para a categoria profissional.

Já o senhor Rogério Reame comentou as dificuldades financeiras decorrentes do aumento de impostos e os impactos disso na rotina dos caminhoneiros.

Em sua fala, o Deputado Aluísio Mendes fez críticas ao ordenamento jurídico brasileiro, que não pune adequadamente quem rouba cargas no Brasil.

Por sua vez, o Deputado Delegado Waldir comentou a falta de segurança nas estradas goianas e criticou o posicionamento do governo e das concessionárias em relação aos trabalhadores caminhoneiros.

O Deputado Jair Bolsonaro criticou o governo com relação ao trato dos problemas dos caminhoneiros e questionou aos convidados sobre a quantidade de multas em relação ao uso dos faróis acesos e sobre a eficácia da legislação que obriga o caminhoneiro a ter um descanso de trinta minutos a cada cinco horas e meia dirigindo.



Dep. Jair Bolsonaro (Alex Ferreira/CD)

Em suas considerações finais, o senhor Odilon Pereira da Fonseca conclamou a todos a participar da manifestação dos caminhoneiros no dia 23 de agosto. O senhor Rogério Reame comentou a dificuldade no refinanciamento das dívidas dos caminhoneiros.

Com a palavra, o Deputado Assis do Couto fez comentários sobre a paralização dos caminhoneiros e citou iniciativas legislativas em tramitação em outras Comissões da Casa sobre o tema.

O Deputado Júlio Delgado comentou os esforços da Comissão de Viação e Transportes em relação à questão dos caminhoneiros e criticou o descompasso nas contas do governo, que afetam os caminhoneiros e os demais brasileiros.

O Deputado Onyx Lorenzoni agradeceu aos convidados e a todos que participaram da Audiência, sugerindo a convocação de Ministros de Estado por esta Comissão para debater a questão dos caminhoneiros.

DATA: 23/8/2017

Tema: "**Debater a utilização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad)**".
Requerimento nº 198/2017, de autoria dos Deputados Vinicius Carvalho (PRB/SP), Ronaldo Martins (PRB/CE) e Eliziane Gama (PPS/MA).

PALESTRANTES:

- **HUMBERTO AZEVEDO DE VIANA FILHO**
Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- **ELIANA APARECIDA VIEIRA BORGES PEQUENO**
Coordenadora-Geral de Gestão do Fundo Nacional Antidrogas e
- **ALFREDO SOUZA DE MORAES JÚNIOR**
Diretor de Gestão de Ativos do Funad (DGA).



Dep. Vinicius Carvalho, coautor do Req. 198/2017 - (Cleia Viana/CD)

O Deputado Vinicius Carvalho declarou abertos os trabalhos, anunciou o início da reunião e concedeu a palavra ao primeiro expositor, o senhor Humberto Azevedo de Viana Filho, que procurou apresentar aos Parlamentares a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, expondo seus desafios e projetos. Detalhou especificamente o Projeto de Redes e os Projetos de Inserção Social, com especial atenção para as comunidades terapêuticas. Depois falou sobre o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID e sobre o Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, suas características e especificidades. Por fim, apresentou brevemente as perspectivas do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD.



Dep. Eliziane Gama, coautora do Req. 198/2017 (Billy Boss/CD)

A Deputada Eliziane Gama assumiu a Presidência da reunião e concedeu a palavra ao senhor Alfredo Souza de Moraes Júnior, que apresentou a situação financeira e patrimonial do FUNAD. Falou dos desafios de ação do Fundo na área patrimonial. Em seguida, falou sobre as diretrizes e políticas do Fundo Nacional Antidrogas para suplantar as dificuldades econômicas, visando permitir que as políticas antidrogas sejam efetivamente implantadas.

Os próximos oradores, senhores Cloves Eduardo Benevides, Diretor de Articulações e Projetos e Roberto Vanderlei de Andrade, Diretor de Planejamento e Avaliação, ambos da Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, falaram rapidamente sobre suas áreas de atuação na SENAD.

Finalizando, usaram da palavra para fazer comentários e indagações os Deputados Givaldo Carimbão, Eros Biondini e Eliziane Gama.

DATA: 13/9/2017

Tema: "Debater sobre o enfrentamento da atuação do crime organizado nos assaltos a carros fortes, caixas eletrônicos e transporte de valores com a utilização de explosivos".

Requerimento nº 241/2017, de autoria dos Deputados Laudívio Carvalho (SD/MG), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Alberto Fraga (DEM/DF), Pastor Eurico (PHS/PE) e Subtenente Gonzaga (PDT/MG).

PALESTRANTES:

- EMANUEL SADY
Presidente do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transporte de Valores no Estado de Minas Gerais - SINTTRAV-MG;
- MARCOS EMANUEL TORRES DE PAIVA
Presidente da Associação Brasileira de Transporte de Valores - ABTV;
- JOÃO SOARES
Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada - CONTRASP;
- LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – Polícia Federal;
- FABIO ELISSANDRO CASSIMIRO RAMOS
Chefe do Comando de Operações Especializadas - Departamento da Polícia Rodoviária Federal-PRF;
- LEANDRO VILAIN
Diretor de Políticas de Negócios e Operações da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;
- CARLOS AFONSO G. COELHO
Coordenador-Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP;
- ODAIR CONCEIÇÃO
Vice-Presidente para Assuntos de Secretaria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores - FENAVIST;
- Major LÁZARO TAVARES DE MELO DA SILVA
Chefe da Assessoria Parlamentar de Minas Gerais – CNCG representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais da Polícia Militar – CNCG e
- FERNANDO CESAR COSTA
Delegado-Chefe da Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos-DRF/PCDF, representante do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública - CONSESP.



Deputado Laudívio Carvalho – (Alex Ferreira/CD)

O Deputado Laudívio Carvalho declarou abertos os trabalhos e passou a palavra ao senhor Leandro Vilain, que fez considerações sobre o setor bancário e instituições financeiras. A seguir, usou da palavra o senhor Marcos Emanuel Torres de Paiva, apresentando estatísticas sobre a violência que prejudica as atividades de transporte de valores.

O senhor Luís Flávio Zampronha de Oliveira fez considerações sobre a violência no setor de transporte de valores, sobre a atuação das quadrilhas de criminosos e quais ações a Polícia Federal tem executado para combater esses crimes. Já o senhor Fernando César Costa comentou os esforços da Polícia Civil do Distrito Federal em combater esse tipo de crime. Por sua vez, o senhor Major Lázaro Tavares de Melo da Silva discorreu sobre a criminalidade no Brasil e a defasagem dos equipamentos utilizados pelas forças policiais.

Usaram da palavra para fazer comentários e indagações os Deputados Onyx Lorenzoni, Éder Mauro, Silas Freire, Laerte Bessa, Major Olimpio e Augusto Coutinho. Em seguida, o Presidente, Deputado Laudívio Carvalho, concedeu a palavra ao senhor Emanuel Sady, que comentou as dificuldades enfrentadas pelos vigilantes no transporte de valores e apresentou vídeo sobre a ação dos criminosos.



Foto: (Alex Ferreira/CD)

O Deputado Onyx Lorenzoni assumiu a condução dos trabalhos e passou a palavra ao senhor Fabio Elissandro Cassimiro Ramos, que fez considerações sobre a atuação da Polícia Rodoviária Federal. O senhor Carlos Afonso G. Coelho apresentou as atividades de inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

Em seguida, o senhor Odair Conceição apresentou dados sobre a atuação da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST. O senhor João Soares fez considerações sobre o roubo de explosivos e a posterior utilização por criminosos.

Reassumiu a Presidência o Deputado Laudívio Carvalho, passando a palavra aos Deputados inscritos. Usaram da palavra para fazer comentários os Deputados Éder Mauro e Onyx Lorenzoni.

Agradecendo a todos, o Deputado Laudívio Carvalho encerrou a reunião.

DATA: 19/9/2017

Tema: “**Audiência Pública com a presença de autoridades convidadas para "Debater e/ou prestarem esclarecimentos sobre a grave crise da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em especial das questões inerentes a Polícia Militar do Estado, bem como, os 4.000 concursados aprovados no ano de 2014 que não foram convocados ainda"**”.

Requerimentos nºs 214/2017, de autoria do Dep. Marcelo Matos (PHS/RJ) e 237 e 250/2017, de autoria do Dep. Marcelo Delaroli (PR/RJ).

PALESTRANTES:

- General CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ
Secretário Nacional de Segurança Pública – SENASP, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- PAULO ROBERTO MELLO CUNHA JUNIOR, Subcoordenador do Grupo de Atuação Especializada em Segurança, representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ
Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- WOLNEY DIAS
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e
- ANDERSON VALENTIM
3º SGT da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.



Dep. Capitão Augusto, Presidente da CSPCCO – (Cleia Viana/CD)

O Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Capitão Augusto, anunciou a abertura da Audiência Pública e passou a condução dos trabalhos ao Deputado Marcelo Matos, que em seguida passou a palavra ao senhor General Carlos Alberto Dos Santos Cruz, que fez

considerações sobre a competência do Governo Federal para tratar da recomposição do quadro de profissionais de segurança pública.

Em sua fala, o senhor Antônio Roberto Cesário de Sá apresentou informações sobre a situação da segurança pública naquele Estado.



Antônio Roberto Cesário de Sá, Sec. Seg. Púb. RJ - (Cleia Viana/CD)

O Deputado Marcelo Matos passou a condução dos trabalhos ao Deputado Marcelo Delaroli, que concedeu a palavra ao senhor Wolney Dias, que fez considerações sobre o efetivo da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.



Dep. Marcelo Delaroli e Marcelo Matos, autores dos Requerimentos

Em seguida, o senhor Paulo Roberto Mello Cunha Júnior comentou o trabalho integrado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com as forças de segurança do Estado. Por fim, usou da palavra o senhor Anderson Valentim, que comentou sobre a realidade dos policiais militares no Rio de Janeiro.

Encerradas as falas dos palestrantes, o Deputado Marcelo Delaroli agradeceu a todos e passou a palavra ao Deputado Marcelo Matos, autor do requerimento, que comentou a situação do Rio de Janeiro tecendo duras críticas ao governador pelo descaso com a segurança pública, ratificando as palavras do Deputado que o antecedeu, cobrou a nomeação dos candidatos aprovados no concurso da polícia militar, que se encontravam aguardando nomeação, sem previsão de data.



Deputados Marcelo Delaroli, Marcelo Matos e palestrantes

Usaram da palavra para fazer comentários e indagações os Deputados Alexandre Valle, Zé Augusto Nalin, Walney Rocha, Wilson Beserra, Cabo Sabino, Laura Carneiro, Subtenente Gonzaga e Alberto Fraga.

O Presidente, Deputado Marcelo Delaroli, solicitou a todos que fizessem um minuto de silêncio em homenagem aos policiais militares mortos em serviço e, em seguida, passou a responder perguntas enviadas por meio do Portal e-democracia, do sítio da Câmara dos Deputados.

Responderam às indagações dos Deputados os senhores Wolney Dias, Antônio Roberto Cesário de Sá e General Carlos Alberto dos Santos Cruz.

DATA: 3/10/2017 – conjunta com o MERCOSUL

Tema: "Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010".

Requerimentos nºs 11/2017, de autoria do Deputado Celso Russomanno (PRB/SP) – Mercosul e 251/17, de autoria do Deputado Capitão Augusto (PR/SP) - CSPCCO.

PALESTRANTES:

- **TÁCIO MUZZI CARVALHO E CARNEIRO**
Diretor Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Institucional do Ministério da Justiça;
- **SÍLVIA AMÉLIA FONSECA DE OLIVEIRA**
Coordenadora-Geral de Articulação Institucional no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça;
- **CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA**
Secretário de Cooperação Internacional Substituto do Ministério Público Federal e
- **MINISTRO ANDRÉ VERAS**
Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.



Dep. Celso Russomanno, Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Geraldo Magela/Agência Senado)

A Audiência Pública foi presidida, inicialmente, pelo Deputado Celso Russomanno, para debater o texto do "Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de

Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010" – Mensagem nº 185/17 - do Poder Executivo - (AV 220/2017).

O senhor Presidente informou que a presente Audiência Conjunta decorria da aprovação, nos respectivos Colegiados, dos requerimentos acima elencados.

O senhor Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Institucional do Ministério da Justiça, substituiu o senhor Isalino Antonio Giacomet Junior, Coordenador-Geral do mesmo Órgão.

O Presidente agradeceu a presença dos expositores e a do senhor Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Institucional do Ministério da Justiça.



Dep. Capitão Augusto, Presidente da CSPCCO – (Lúcio Bernardo Jr./CD)

Em seguida, convidou para compor a Mesa o Deputado Capitão Augusto, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, e os expositores, senhor Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Institucional do Ministério da Justiça; senhora Silvia Amélia Fonseca de Oliveira, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça; senhor Carlos Bruno Ferreira da Silva, Secretário de Cooperação Internacional Substituto, do Ministério Público Federal e o senhor Ministro André Veras, Chefe de Divisão de Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.

A seguir, o Presidente passou a palavra ao senhor Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro, para sua apresentação. Em seguida, se pronunciaram a Sra. Silvia Amélia Fonseca de Oliveira, o senhor Carlos Bruno Ferreira da Silva e o Ministro André Veras, nesta ordem.

Assumi a Presidência, o Deputado Capitão Augusto que concedeu a palavra ao Deputado Celso Russomanno, que indagou os expositores acerca dos temas apresentados.

Em seguida, a Deputada Rosângela Gomes pediu esclarecimentos aos expositores. Os convidados responderam as dúvidas dos Parlamentares e passaram às suas considerações finais.

DATA: 17/10/2017 – Audiência Conjunta com a CCTCI

Tema: "Audiência para debater e obter esclarecimentos sobre o bloqueio de aparelhos celulares irregulares no Brasil".

Requerimentos nºs 249/2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) – CSPCCO e 236/17, de autoria do Deputado Arolde de Oliveira (PSC/RJ) - CCTCI .

PALESTRANTES:

- NILO PASQUALI
Gerente de Regulamentação e Superintendente Substituto da Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) da ANATEL;
- EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA
Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal-SindiTelebrasil e
- HUMBERTO BARBATO NETO
Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE .

O Deputado Subtenente Gonzaga declarou abertos os trabalhos para realização de Audiência Pública com a participação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e, em seguida, convidou os palestrantes para

compor a Mesa e passou a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira, presidente da CCTCI, que comentou a questão da criminalidade abrangendo os aparelhos celulares.

Fazendo uso da palavra, o Presidente, Deputado Subtenente Gonzaga, comentou que existem dificuldades do ponto de vista comercial e da segurança pública envolvendo os aparelhos de telefonia celular. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao senhor Nilo Pasquali, que apresentou a atuação da ANATEL para evitar a utilização de celulares irregulares no Brasil.

Após, o Presidente concedeu a palavra ao senhor Humberto Barbato Neto, que fez considerações sobre o bloqueio de aparelhos celulares não homologados. Com a palavra, o senhor Eduardo Levy Cardoso Moreira apresentou informações sobre a identificação dos aparelhos celulares e sobre os mecanismos de controle de fraudes aplicadas nessa identificação.

Na sequência, o Deputado Subtenente Gonzaga leu perguntas enviadas pelos cidadãos por meio da ferramenta de interatividade da Audiência Pública e passou a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira, que comentou a necessidade de regulação envolvendo o mercado de aparelhos celulares no Brasil.

O Deputado Subtenente Gonzaga passou a palavra novamente ao senhor Eduardo Levy Cardoso Moreira, que comentou as indagações feitas durante a reunião. Em seguida o Presidente concedeu a palavra aos Deputados inscritos e passou a condução dos trabalhos ao Deputado Arolde de Oliveira.

Fizeram uso da palavra para fazer comentários e indagações os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Cabo Sabino.

O Deputado Arolde de Oliveira devolveu a condução dos trabalhos ao Deputado Subtenente Gonzaga. O Presidente, Deputado Subtenente Gonzaga, passou a palavra ao senhor Humberto Barbato Neto, que respondeu aos questionamentos feitos pelos inscritos. Em seguida, também usou da palavra o senhor Nilo Pasquali para responder aos questionamentos levantados durante a reunião.

O Deputado Subtenente Gonzaga fez suas considerações finais sobre o tema e encerrou a Audiência, agradecendo a presença de todos.

DATA: 18/10/2017 – Audiência Pública

Tema: "Prestar esclarecimentos sobre exposições artísticas em Porto Alegre/RS e em São Paulo/SP, realizadas com recursos públicos, onde foram constatados ilícitos penais que causaram reação social e que resultaram em conflitos com reflexos na Segurança Pública".

Requerimentos nºs 258/2017, de autoria dos Deputados Alberto Fraga (DEM/DF), Laura Carneiro (PMDB/RJ) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS) - CSPCCO e 127/2017, de autoria do Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO) e outros – CCULT

PALESTRANTE:

- SÉRGIO SÁ LEITÃO
Ministro de Estado da Cultura.

O Deputado Alberto Fraga declarou abertos os trabalhos e anunciou o início da Audiência Pública, passando a palavra ao Ministro Sérgio Sá Leitão, que fez considerações sobre as atividades do Ministério da Cultura.



Dep. Alberto Fraga, coautor do Req. 258/2017 - (Alex Ferreira/CD)

Em seguida, o Deputado Alberto Fraga fez comentários sobre as exposições ocorridas no Museu de Arte Moderna de São Paulo e no Queer Museu. Comentou também alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e passou a palavra aos Deputados autores de requerimento.

Usaram da palavra para considerações e questionamentos os Deputados Onyx Lorenzoni e Thiago Peixoto.

Na sequência, o Deputado Alberto Fraga passou a palavra ao Ministro Sérgio Sá Leitão, que comentou a avaliação feita pelo Ministério da Cultura em relação às exposições mencionadas pelos Parlamentares.

A palavra foi concedida aos Deputados inscritos.

Usaram da palavra para fazer comentários e indagações os Deputados Laerte Bessa, Marco Feliciano, Delegado Éder Mauro e Onyx Lorenzoni. O Deputado Glauber Braga usou do tempo de Liderança para fazer comentários a respeito do tema da Audiência Pública.

Em seguida, o Deputado Alberto Fraga concedeu a palavra ao Ministro Sérgio Sá Leitão, que fez comentários sobre a questão da classificação indicativa para exposições e sobre a Lei Rouanet.



Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão - (Alex Ferreira/ CD)

O Presidente Alberto Fraga concedeu a palavra aos Deputados Marco Feliciano e Onyx Lorenzoni, para responderem às citações do Deputado Glauber Braga. Em seguida, o Deputado Alberto Fraga passou a palavra aos Deputados inscritos e passou a condução dos trabalhos ao Deputado Thiago Peixoto.

Fizeram uso da palavra os Deputados: João Campos, Pastor Eurico, Celso Jacob, Chico D'Angelo e Givaldo Carimbão. O Deputado Delegado Éder Mauro usou da palavra para responder a citação feita em relação a sua pessoa. Em seguida usaram da palavra os Deputados Jefferson Campos e Gilberto Nascimento para fazerem comentários sobre a cultura no Brasil.



Deputado Givaldo Carimbão - (Luís Macedo)

O Deputado Alberto Fraga reassumiu os trabalhos e agradeceu a todos que compareceram à reunião de Audiência Pública.

DATA: 24/10/2017

Tema: “**Debater o enquadramento legal dos crimes contra a dignidade sexual**”.

Requerimento nº 253/2017, de autoria dos Deputados Vinícius Carvalho (PRB/SP) e Keiko Ota (PSB/SP).

PALESTRANTES:

- SÍLVIA CHAKIAN
Promotora de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica - GEVID;
- DANIELLA MEGGIOLARO
Diretora do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD e
- ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JÚNIOR

Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal e Representante da Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS.

O Deputado Vinicius Carvalho declarou abertos os trabalhos e anunciou o início da Audiência Pública, convidando compor a Mesa os senhores: Ulisses Augusto Pascolati Júnior, Sílvia Chakian e Daniella Meggiolaro.



Dep. Viinicus Carvalho coautor do Req. 253/2017 e palestrantes - (Vinicius Loures/ CD)

Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Ulisses Augusto Pascolati Júnior, que fez considerações sobre a necessidade de reforma do Código Penal no tópico que trata dos crimes relacionados à dignidade sexual. Sugeriu possibilidades de punição dos indivíduos cujas condutas ataquem a dignidade sexual.

Com a palavra, a senhora Sílvia Chakian fez considerações sobre as estatísticas de violência sexual e a questão da impunidade em relação a condutas abusivas. Em seguida, o Deputado Vinícius Carvalho concedeu a palavra à senhora Daniella Meggiolaro, que ressaltou a necessidade de criação de uma tipificação penal intermediária entre os crimes mais graves de violência sexual e a contravenção penal.

Terminada a exposição dos palestrantes, o Deputado Vinícius Carvalho agradeceu a todos e passou a palavra aos Deputados inscritos. Usou da palavra para fazer comentários e indagações os Deputados Laura Carneiro, Vinicius Carvalho e Capitão Fábio Abreu.

Responderam às considerações dos Deputados os senhores Daniella Meggiolaro, Sílvia Chakian e Ulisses Augusto Pascolati Junior. Em seguida, usou da palavra a senhora Jacira Melo, Diretora Executiva do Instituto Patrícia Galvão, para fazer considerações sobre a violência psicológica sofrida pelas mulheres face aos que cometem atos libidinosos.

O Deputado Vinicius Carvalho fez suas considerações finais sobre o tema e passou a palavra aos convidados para também fazerem as suas.

Após fazerem uso da palavra os senhores Ulisses Augusto Pascolati Junior, Daniella Meggiolaro e Sílvia Chakian, a Audiência foi encerrada.

DATA: 22/11/2017

Tema: "Debate sobre a concessão do porte de arma de fogo (Req.255/17) e prestação de esclarecimentos pelo senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre declaração divulgada pela imprensa a ele atribuída (Req. 269/17)."

Requerimentos nºs 255/2017, de autoria dos Deputados Alberto Fraga (DEM/DF), Subtenente Gonzaga (PDT/MG), Laura Carneiro (PMDB/RJ) e Delegado Waldir (PR/GO) e 269/2017, de autoria dos Deputados Hugo Leal (PSB/RJ) e Marcelo Delaroli (PR/RJ).

PALESTRANTES:

- TORQUATO LORENA JARDIM
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

O Presidente, Deputado Capitão Augusto, declarou abertos os trabalhos e concedeu a palavra ao Ministro Torquato Lorena Jardim, que se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos Deputados.



Deps. Delegado Edson Moreira, Capitão Augusto, Marcelo Delaroli e o Ministro da Justiça Torquato Jardim – (Vinicius Loures/CD)

Fizeram uso da palavra os Deputados Alberto Fraga, Subtenente Gonzaga, Delegado Waldir e Marcelo Delaroli, autores dos Requerimentos. O Deputado Marcelo Delaroli efetuou algumas perguntas em nome do Deputado Hugo Leal, tendo em vista, que este, como autor de um dos requerimentos, não pôde comparecer por estar em Missão Oficial.



Dep. Alberto Fraga aponta dificuldades na expedição de novos portes de armas - (Zeca Ribeiro CD)

Em seguida, o Ministro respondeu aos questionamentos dos autores dos Requerimentos em relação à concessão do registro de porte de arma efetuado pela Polícia Federal e o Presidente passou a palavra para outro grupo de oradores inscritos: os Deputados Delegado Edson Moreira, Laerte Bessa e Glauber Braga.

O Ministro respondeu as questões levantadas. O Deputado Capitão Augusto passou a palavra para o próximo grupo de oradores inscritos, assim, fizeram uso da palavra os Deputados Alexandre Valle, Marcos Reategui, Delegado Eder Mauro, Major Olimpio, Laudivio Carvalho, Ezequiel Teixeira, Vitor Valim e Eduardo Bolsonaro.



Ministro da Justiça, Torquato Lorena Jardim – (Vinicius Loures/CD)

Os Deputados Delegado Edson Moreira e Onyx Lorenzoni, além do tempo regimental, fizeram uso do tempo de Liderança.

Em seguida, o Ministro abordou as questões da Segurança Pública, especialmente no Rio de Janeiro, e propôs estudos para melhoria na Segurança Pública.

O Presidente, Deputado Capitão Augusto, agradeceu a presença do senhor Ministro da Justiça e de Segurança Pública e dos demais presentes, encerrando a reunião.

DATA: 23/11/2017

Tema: "Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PL 7.908, de 2017, que "Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a audiência de custódia de adolescente acusado de ato infracional", com os convidados que especifica."

Requerimentos n^{os} 259/2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG) e 263/2017, de autoria do Deputado Delegado Waldir (PR/GO).

PALESTRANTES:

- NATHALIE FRAGOSO
Advogada e Assessora de Advocacy do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD;
- EMANUEL QUEIROZ
Coordenador de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Rio de Janeiro;
- BRUNO MOURA DE CASTRO
Defensor Público do Estado da Bahia e Coordenador da Comissão Especial da Infância e Juventude da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP;
- DAVI MALVEIRA
Advogado do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP;
- MARCIO DA SILVA ALEXANDRE
Juiz Titular da Vara Regional de Atos Infracionais do Distrito Federal - TJDFT;

- Sgt RENATO MARTINS CONCEIÇÃO
Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares – ANASPRA;
- Cel MARCELLO MARTINEZ HIPÓLITO
Representante da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME;
- Cel FLAMMARION RUIZ
Representante da Associação dos Militares do Brasil - AMEBRASIL;
- RENATO BARÃO VARALDA
Promotor de Justiça e Coordenador Administrativo das Promotorias da Infância e Juventude do Distrito Federal, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
- Major JUVENILDO DOS SANTOS CARNEIRO
Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica da Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal, representante do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais – CNCG;
- Cabo JURIMAR DA SILVA SIQUEIRA
Policial Militar do Mato Grosso - Secretário da Associação de Cabos e Soldados – ACS, representante da Associação Nacional de Entidades Representativas de Militares do Brasil - ANERMB;
- FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI
Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF;
- ANDRÉ LUIZ GUTIERREZ
Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL e
- JOEL GOMES MOREIRA FILHO
Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.



Dep. Subtenente Gonzaga e palestrantes - (Will Shutter/ CD)

Tendo em vista o grande número de palestrantes para Audiência Pública, estes foram distribuídos em três mesas de debates. Ato contínuo, o Deputado Subtenente Gonzaga convidou para compor a primeira mesa, os seguintes palestrantes: Márcio da Silva Alexandre, Joel Gomes Moreira Filho, Renato Barão Varalda, Nathalie Fragoso e Emanuel Queiroz.

Os palestrantes fizeram suas considerações em relação ao tema e o Dr. Renato Barão Varalda disponibilizou a Nota Técnica nº 1/2016, da Comissão Permanente da Infância e Juventude do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, contrária à proposta de extensão “das audiências de custódia” para adolescentes autores de ato infracional, por considerá-la ilegal e por afrontar a Lei Federal nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta Nota Técnica foi publicada na página da Comissão.

Ato contínuo, o Deputado Subtenente Gonzaga convidou os palestrantes para compor a segunda mesa, a saber: Bruno Moura de Castro, Davi Malveira, Sgt Renato Martins Conceição, Cel. Marcello Martinez Hipólito e Cel. Flammarion Ruiz. Os palestrantes fizeram suas exposições em relação ao tema proposto.

O Deputado Subtenente Gonzaga agradeceu a todos e, em seguida, convidou os palestrantes da terceira e última mesa: Major Juvenildo dos Santos Carneiro, Cabo Jurimar da Silva Siqueira, Flávio Werneck Meneguelli e André Luiz Gutierrez. Os palestrantes fizeram suas exposições.

Em seguida, o Deputado Subtenente Gonzaga convidou o Deputado Estadual, Jesuíno Boabaid, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do estado de Rondônia para compor a mesa. Este fez o uso da palavra e se manifestou contrariamente à aprovação do Projeto de Lei 7908/2017.

O Deputado Subtenente Gonzaga agradeceu a presença de todos os palestrantes, bem como à equipe de servidores da Comissão de Segurança pelo profissionalismo com que atendem a todos os membros da Comissão e pelo empenho em organizar esta Audiência Pública.

DATA: 28/11/2017

Tema: "Debater temas referentes à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência."

Requerimentos nºs 219/2017, de autoria do Deputado Vinícius Carvalho (PRB/SP); 236/2017, de autoria do Deputado Delegado Waldir (PR/GO); 262/2017, de autoria do Deputado Alberto Fraga (DEM/DF); 264/2017, de autoria dos Deputados Laerte Bessa (PR/DF), Alberto Fraga (DEM/DF) e Hugo Leal (PSB/RJ) e 265/2017, de autoria dos Deputados Subtenente Gonzaga (PDT/MG) e Alberto Fraga (DEM/DF).

PALESTRANTES:

- **RODOLFO QUEIROZ LATERZA**
Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil - FENDEPOL;
- **WLADIMIR SÉRGIO REALE**
Vice-Presidente Jurídico da Associação dos Delegados do Brasil - ADEPOL DO BRASIL e Presidente da ADEPOL/RJ;
- **JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI**
Presidente da Associação Nacional de Procuradores da República - ANPR;
- **ELIAS MILER DA SILVA**
Presidente da Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo em Defesa da Polícia Militar - DEFENDA PM;
- **LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS**
Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF;
- **MARCELO AZEVEDO**
Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF;
- **Cel. MARLON JORGE TEZA**
Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME;
- **ELÍSIO TEIXEIRA**
Promotor de Justiça do DF e Secretário-Geral da Associação dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
- **Cel. MARCELLO MARTINEZ HIPÓLITO**
Subchefe do Estado Maior da Polícia Militar de Santa Catarina, representante do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais – CNCG;
- **KLEBER LUIZ DA SILVA JUNIOR**
Delegado e Assessor Institucional da Polícia Civi, representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – CONCPD;

- **THIAGO COSTA**
Diretor da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária – ADPJ;
- **RAFAEL DE SÁ SAMPAIO**
Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF - SINDEPO;
- **DJAIRLON HENRIQUE MOURA**
Policial Rodoviário Federal - Coordenação de Planejamento e Controle Operacional do Departamento da Polícia Rodoviária Federal –DPRF;
- **ELISANDRO LOTIN DE SOUZA**
Presidente da Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares – ANASPRA e
- **MAJOR MARCELO DOS SANTOS SANÇANA** - Policial Militar do Estado de São Paulo.



Dep. Capitão Augusto, Presidente da CSPCCO, na abertura da Audiência Pública

O Presidente, Deputado Capitão Augusto, declarou abertos os trabalhos e convidou os palestrantes da primeira mesa para tomar assento: Kleber Luiz Da Silva Júnior, José Robalinho Cavalcanti, Elísio Teixeira, Wladimir Sérgio Reale e Elias Miler da Silva.

Houve troca da Presidência e a condução dos trabalhos foi transmitida ao Deputado Vinicius Carvalho.



Dep. Vinicius Carvalho – (Cleia Viana/CD)

Os palestrantes integrantes da primeira mesa fizeram suas considerações e, em seguida, o Deputado Vinicius Carvalho convidou os palestrantes para compor a segunda mesa, a saber: Elisandro Lotin de Souza, Cel. Marcello Martinez Hipólito, Marcelo Azevedo, Luis Antonio de Araujo Boudens e Rodolfo Queiroz Laterza.

O Deputado Vinicius Carvalho passou a condução dos trabalhos ao Deputado Delegado Waldir. Os palestrantes da segunda mesa fizeram as suas considerações sobre o tema.



Deputado Delegado Waldir – (Cleia Viana/CD)

Em seguida, o Deputado Delegado Waldir passou a condução dos trabalhos ao Deputado Subtenente Gonzaga. Ato contínuo, o Presidente convidou os palestrantes da terceira e última mesa: Cel. Marlon Jorge Teza, Djairlon Henrique Moura, Rafael de Sá Sampaio, Major Marcelo dos Santos Sançana e Thiago Costa.

Os palestrantes fizeram suas considerações e em seguida fez uso da palavra o senhor Lázaro Tavares de Melo da Silva, Major da PM.

Os senhores Cel Elias Miler da Silva, Cel Marcello Martinez Hipólito e Djairlon Henrique Moura disponibilizaram suas apresentações em Power Point, as quais foram divulgadas na página da Comissão.

O Deputado Subtenente Gonzaga agradeceu a presença dos palestrantes, dos demais presentes e, ainda o trabalho dos servidores da Comissão.

4.2. Outros eventos

5.2.1 Seminários

Data: 16/5/2017 - Seminário com a participação das Comissões de Legislação Participativa, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Tema: "Debater o jogo Baleia Azul."

Requerimentos nºs 497/17, do Dep. Flavinho; 503/17, do Dep. Pr. Marco Feliciano; 504/17, da Dep. Flávia Moraes; 511/17, do Dep. Flavinho e 512/17, da Dep. Jandira Feghali da CSSF;

Requerimentos nºs 111/17, da Dep. Flávia Moraes e 121/17, do Dep. Adérmis Marini da CLP;

Requerimento nº 196/17, do Dep. Subtenente Gonzaga da CSPCCO e

Requerimento nº 204/17, do Dep. André Figueiredo da CCTCI).

PROGRAMAÇÃO

09h30 – Abertura

Anexo II – Plenário 7

Deputado Hiran Gonçalves – Presidente da CSSF

Dep. Flavinho - CSSF

Dep. Pr. Marco Feliciano - CSSF

Dep. Jandira Feghali – CSSF

Dep. Flávia Moraes - CLP

Dep. Adérmis Marini - CLP

Dep. Subtenente Gonzaga - CSPCCO

Dep. André Figueiredo - CCTCI

PALESTRANTES

- **FERNANDA BENQUERER**
Representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio-ABEPS;
- **DEMI GETSCHKO**
Comitê Gestor da Internet do Brasil – CGI;
- **MARISA LOBO**
Psicóloga;
- **MARCELO LACERDA**
Diretor de Relações Institucionais do Google;
- **BRUNO MAGRANI**
Diretor de Políticas Públicas do FACEBOOK no Brasil;
- **TIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA**
Diretor Presidente da SAFERNET – BRASIL;
- **LUIS ANTONIO DE ARAÚJO BOUDENS**
Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF e
- **ELISABETE COMPARINI**
Terapeuta Familiar.

DATA: 12/12/2017 - Seminário:

Tema: "**Debate sobre a PEC 275/2016 e a importância das Guardas Municipais para a Segurança Pública.**"

LOCAL: Anexo II - Plenário 4

HORÁRIO: 10h

- Requerimentos nºs 272 e 276/2017, de autoria do Deputado Cabo Sabino (PR/CE).

PALESTRANTES

- ELIVANIO MACIEL DE LIMA
Representante da União da Nação Azul - UNA;
- GUILHERME FREITAS DE LIMA
Comandante da Ronda da Capital - RONDAC;
- JONES BARBOSA DE MOURA
Vereador do Rio de Janeiro;
- MARCIO DA CRUZ FARIAS
Vereador de Fortaleza-CE e
- ELVIS OLIVEIRA DE JESUS
Representante da Guarda Municipal de São José dos Campos/SP.



Dep. Cabo Sabino e representantes das guardas municipais de diversos Estados brasileiros (Foto: Gab. Dep. Cabo Sabino).

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizou seminário para discutir a Proposta de Emenda à Constituição 275-A/2016 e a importância das guardas municipais para a segurança pública.



Deps.e representantes das guardas municipais presentes no seminário
(Foto: Gab. Dep.Cabo Sabino)

A PEC, que é de autoria do Deputado Cabo Sabino, inclui as guardas municipais entre os órgãos da segurança pública e equipara o regime de previdência de seus profissionais aos policiais civis e militares.

O Deputado defende que embora os guardas municipais sejam submetidos a riscos idênticos aos que estão sujeitos os integrantes das polícias civil e militar, seus integrantes não dispõem do mesmo amparo legal que é dado aos seus colegas policiais.



Deputados Lincoln Portela e Laudívio Carvalho – (Foto: Gab. Cabo Sabino)

Ainda, segundo o Deputado Cabo Sabino, a PEC 275 visa corrigir a omissão jurídico-constitucional para garantir aos guardas municipais a proteção necessária para o desempenho de sua profissão. Esta categoria é de extrema importância para o exercício da segurança pública e para a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

5.2.2. Reunião na Sala da Presidência da Comissão

DATA: 22/8/2017

Tema: "Debate sobre PDC nº 339/2016, que aprova o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010 e sobre a MSC nº 185/2017 - Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010."

PARTICIPANTES:

VLADIMIR BARROS ARAS

Procurador Regional da República e Secretário de Cooperação Internacional do MPF;

RICARDO PAEL ARDENGHI

Procurador da República e Representante do MPF no GT de Fronteiras;

CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA

Procurador da República/DF e Secretário de Cooperação Internacional Adjunto;

WELLINGTON CABRAL SARAIVA

Procurador Regional da República da 5ª Região – Coordenador de Assessoria Constitucional da PGR;

GEORGIA DIOGO

Internacionalista e Assessora-Chefe da Secretaria de Cooperação Internacional do Gabinete do Procurador-Geral da República do MPF;

DIEGO SOLERNO

Director General de Cooperación Regional e Internacional da Argentina;

ANTONIO SEGOVIA
Director de Cooperación Internacional do Chile;

MANUEL DOLDAN
Agente Fiscal, Director a cargo de la Dirección de Asuntos Internacionales Y
Asistencia Jurídica Externa do Paraguai;

ANA BELÉN
Asistente Fiscal, encargada del Dpto de Foros y Rede Internacionales do Paraguai;

HUGO CARLOS VOLPE MAZO
Agente Fiscal do Paraguai;

ALONSO PEREZ
Fiscal Jefe de la Unidad de Cooperación Internacional y Extradicción – Peru e

GRABIELA AGUIRRE
Directora de Cooperación Internacional do Uruguai.

TRADUCTORES:

MARIA GUZENIA GOMEZ
Funcionária da Secretaria do MERCOSUL;

ROSA MARIA SEVERINO VENNO
Tradutora e

PATRÍCIA GABRIELLE - Intérprete de espanhol.

6. SUBCOMISSÕES

Foi apresentado, em 2017, apenas um requerimento de criação de Subcomissão, não chegando a ser deliberado, e não houve a instalação de Subcomissões.

Anexos

TABELAS

1. Proposições Apreciadas na Comissão

1.1. Proposições Apreciadas na Comissão - Apensadas

2. Outras Saídas

3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão - Apensadas

4. Requerimentos

➤ RESOLUÇÃO Nº 20/04

Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
1.	PDC 298/2015	CREDN	Aprova o texto do Tratado sobre Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013.	Lincoln Portela	Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CCP.
2.	PDC 339/2016	MERCOSUL	Aprova o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010.	Fernando Francischini	Pela aprovação, com emenda.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCP.
3.	PDC 573/2016	CREDN	Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012.	Marcelo Matos	Pela aprovação.	7/6/2017 Aprovado. 8/6/2017 Encaminhado à CCP.
4.	PDC 729/2017	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012.	Alexandre Leite	Pela aprovação.	4/10/2017 Aprovado. 5/10/2017 Encaminhado à CCP.
5.	PDC 787/2017	MERCOSUL	Aprova o texto do Acordo Quadro de cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010.	Vinícius Carvalho	Pela aprovação.	29/11/2017 Aprovado. 30/11/2017 Encaminhado à CCP.
6.	PDC 812/2017	CREDN	Aprova o Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012.	Laura Carneiro	Pela aprovação.	29/11/2017 Aprovado. 30/11/2017 Encaminhado à CCP.
7.	PFC 24/2015	José Priante	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize a Fiscalização e Controle das contas públicas da prefeitura de Parauapebas/PA.	Delegado Éder Mauro	Pela rejeição desta e pelo seu consequente arquivamento.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CCP.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
8.	PFC 25/2011	Perpétua Almeida	Requer que a CSPCCO realize a fiscalização e controle do Programa Antiterrorista no Brasil.	Lincoln Portela	Relatório Final, pelo encerramento da fiscalização e pelo envio de ofício ao Departamento de Polícia Federal congratulando pelo trabalho realizado na Divisão de Inteligência Policial e, mais especificamente na Divisão Antiterrorismo.	31/5/2017 Aprovado o Relatório Final 8/6/2017 Encaminhado à CCP.
9.	PL 342/2015	Rômulo Gouveia	Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança em locais de reunião de público.	Wilson Filho	Pela aprovação.	5/4/2017 Aprovado. 6/4/2017 Encaminhado à CCJC.
10.	PL 393/2015	Lelo Coimbra	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Vitor Valim	Pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transporte.	23/8/17 Aprovado. 24/3/17 Encaminhado à CCJC.
11.	PL 574/2015 PL 1408/2015 PL 7288/2017	Capitão Fábio Abreu	Altera os artigos 33, 77, 78 e 83 do Código Penal e o artigo 29 da Lei de Execução Penal para estabelecer a reparação do dano causado pela infração como condição à progressão de regime do cumprimento da pena, à suspensão condicional da pena e ao livramento condicional e para estabelecer a destinação de, no mínimo, cem por cento da remuneração decorrente do trabalho do preso à reparação do dano causado pela infração.	Major Olimpio	Pela aprovação deste e dos PLs nºs 1.408/2015 e do 7.288/2017, apensados, com substitutivo.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCJC.
12.	PL 712/2015	Alberto Fraga	Altera a Lei nº. 7.289/1984 e a Lei nº. 7.479/1986, autorizando a concessão de licença para tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, com mais de três anos de serviço, para frequentarem cursos de formação, em decorrência de aprovação em concurso público.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/17 Encaminhado à CCJC.
13.	PL 715/2015	Alberto Fraga	Institui o Sistema de Bolsa de Estudo para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.	Ronaldo Martins	Pela aprovação, na forma do substitutivo da CE.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CFT.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
14.	PL 768/2015 PL 858/2015 PL 2922/2015 PL 3167/2015 PL 3214/2015 PL 5787/2016 PL 7312/2017 PL 7854/2017	Carlos Henrique Gaguim	Inclui um inciso VI ao caput e altera a redação dos parágrafos 7º e 8º, todos do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que "institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências", para prever a alocação de recursos destinados à construção de unidades habitacionais para policiais e bombeiros militares, nas condições que especifica.	Major Olímpio	Pela aprovação deste, e dos PLs nºs 858/2015, 2.922/2015, 5.787/2016, 7.854/2017, 3.167/2015, 3.214/2015, e 7.312/2017, apensados, com substitutivo.	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CFT.
15.	PL 836/2015 PL 5528/2016	Pauderney Avelino	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal, punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Acre e do Amazonas.	Alberto Fraga	Pela aprovação do PL 836/2016, e do PL 5.528/2016, apensado, com substitutivo.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CREDN.
16.	PL 1333/2015	Rodrigo de Castro	Dispõe sobre a transparência das informações criminais.	Wilson Filho	Pela aprovação.	5/4/2017 Aprovado. 6/4/2017 Encaminhado à CFT.
17.	PL 2021/2015 PL 4634/2016	Chico Alencar	Condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial.	Ronaldo Martins	Pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 4.634/2016, apensado.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCTCI.
18.	PL 2319/2015	Roberto Alves	Cria incentivos para a prestação de informações que levem ao cumprimento de mandados de prisão referentes a crimes cometidos contra criança e adolescente.	Rocha	Pela aprovação.	4/10/2017 Aprovado. 5/10/2017 Encaminhado à CCJC.
19.	PL 2394/2015	Beto Rosado	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tratar da proteção dos conselheiros tutelar.	Ronaldo Martins	Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CCJC.
20.	PL 2443/2015 PL 3116/2015	CPI JOVEM	Acrescenta dispositivos na Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletarem dados fora dos critérios estabelecidos em lei.	Fernando Francischini	Pela aprovação deste e do PL 3.116/2015, apensado, com substitutivo, com complementação de voto.	16/8/2017 Aprovado, com complementação de voto. 31/8/2017 Encaminhado à CCP.
21.	PL 2598/2015	Silas Brasileiro	Regula a execução de bloqueio viário policial.	Gilberto Nascimento	Pela aprovação, com substitutivo.	8/11/2017 Aprovado. 9/11/2017 Encaminhado à CCJC.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
22.	PL 2675/2015	Silas Brasileiro	Altera o inciso II do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 para destinar parte das mercadorias apreendidas no combate ao contrabando e ao descaminho para a Polícia Federal.	Cabo Sabino	Pela aprovação, com substitutivo, com Complementação de voto.	13/9/2017 Aprovado, com complementação de voto. 19/9/2017 Encaminhado à CFT.
23.	PL 2734/2015	Alberto Fraga	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Laerte Bessa	Pela aprovação.	10/10/2017 Aprovado. 11/10/2017 Encaminhado à CTASP.
24.	PL 2735/2011	Dimas Fabiano	Torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação, com Substitutivo.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCJC.
25.	PL 2769/2015	Wadih Damous	Revoga o artigo 331 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), art. 299 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar) e a Lei 7.170, de 14 de setembro de 1983, que "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências;".	Major Olimpio	Pela rejeição.	7/6/2017 Aprovado, contra o voto do dep. Robinson Almeida. 8/6/2017 Encaminhado à CCJC.
26.	PL 3260/2015	Eduardo Bolsonaro	Dispõe sobre a garantia de defesa ao cidadão, por meio do empréstimo de arma de fogo pelo Estado, quando houver apreensão de arma particular ou funcional sob sua cautela, decorrente de utilização em ação na qual a lei exclua a ilicitude do fato praticado.	Onyx Lorenzoni	Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CCJC.
27.	PL 3885/2015	João Rodrigues	Regulamenta a profissão de instrutor de armamento e tiro.	Pastor Eurico	Pela aprovação.	9/8/2017 Aprovado. 10/8/2017 Encaminhado à CTASP.
28.	PL 3928/2015 PL 3969/2015	Indio Costa	Cria o teste de integridade dos agentes públicos.	João Rodrigues	Pela rejeição deste e do apensado.	3/5/2017 Aprovado. 4/5/2017 Encaminhado à CTASP.
29.	PL 4064/2015	Capitão Augusto	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Cabo Sabino	Pela aprovação, com substitutivo.	31/10/2017 Aprovado, contra o voto do Dep. Arnaldo Faria de Sá. 1/11/2017 Encaminhado à CCJC.
30.	PL 4552/2016 PL 6232/2016	Artur Virgílio Bisneto	Dispõe sobre a notificação compulsória e a comunicação obrigatória do caso de vítima de violência física que for atendida em serviços de saúde pública ou privados.	Rocha	Pela aprovação deste, e do PL 6232/2016, apensado, com substitutivo.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CSSF.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
31.	PL 4614/2016	Luizianne Lins	Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógeno, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.	Keiko Ota	Pela aprovação.	8/11/2017 Aprovado. 9/11/2017 Encaminhado à CCJC.
32.	PL 4630/2016 PL 4670/2016	Covatti Filho	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a criação do Cadastro Nacional de Veículos Apreendidos.	Silas Freire	Pela aprovação deste e do PL 4670/16, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transporte.	9/8/2017 Aprovado. 10/8/2017 Encaminhado à CFT.
33.	PL 4837/2016	Alberto Fraga	Revoga o § 2º do art. 2º e altera a redação do § 3º do art. 4º, ambos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei, cria o conselho de controle de atividades financeiras - COAF, e dá outras providências.	Rocha	Pela aprovação, com substitutivo	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCJC.
34.	PL 4934/2016	Cabo Sabino	Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal.	Alberto Fraga	Pela aprovação.	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CCJC.
35.	PL 4944/2016 PL 7558/2017	Delegado Waldir	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.	João Rodrigues	Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CCJC.
36.	PL 5000/2016	Senado Federal	Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo).	Lincoln Portela	Pela aprovação, com substitutivo	11/4/2017 Aprovado. 12/4/2017 Encaminhado à CCP.
37.	PL 5074/2016	Senado Federal	Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet.	Major Olimpio	Pela aprovação, com emenda.	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CCJC.
38.	PL 5202/2016	CPICIBER	Inclui os crimes praticados contra ou mediante computador, conectado ou não a rede, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação ou no exterior.	Cabo Sabino	Pela aprovação.	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CCJC.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
39.	PL 5415/2016	Rodrigo Pacheco	Altera artigos da Lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução Penal, e dá outras providências.	Delegado Waldir	Pela rejeição.	31/10/2017 Aprovado o parecer pela rejeição. 1/11/2017 Encaminhado à CCJC.
40.	PL 5475/2016	Gorete Pereira	Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em crimes contra a Mulher, nos municípios com mais de sessenta mil habitantes.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação.	13/6/2017 Aprovado. 14/6/2017 Encaminhado à CFT.
41.	PL 5524/2016	Felipe Bornier	Obriga garantir o direito das mulheres vítimas de crimes de violência, de serem atendidas pela autoridade policial, competente, a sua escolha.	Delegado Edson Moreira	Pela aprovação com substitutivo	9/8/2017 Aprovado. 10/8/2017 Encaminhado à CDDM.
42.	PL 5582/2016	Silas Freire	Disciplina a comercialização de spray de pimenta e dá providências correlatas.	Delegado Edson Moreira	Pela aprovação.	16/8/2017 Aprovado. 17/8/2017 Encaminhado à CCJC.
43.	PL 5654/2016	Senado Federal	Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto.	Keiko Ota	Pela aprovação.	17/5/2017 Aprovado. 23/5/2017 Encaminhado à CCP.
44.	PL 5666/2016	Alberto Fraga	Altera as leis nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências; Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, que aprova o Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências; Lei nº 6.477, de 1º de dezembro de 1977, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências; Lei nº 6.577, de 30 setembro de 1978, que dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro do Distrito Federal, e dá outras providências.	Capitão Augusto	Pela aprovação, com substitutivo.	4/10/2017 Aprovado. 5/10/2017 Encaminhado à CCJC.
45.	PL 5675/2013 PL 7188/2017	Áureo	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os crimes contra a ordem tributária, para reduzir a pena prevista nos crimes descritos no art. 7º, e suprimir a modalidade culposa.	Laura Carneiro	Pela aprovação do PL 5675/2013, com emenda e pela rejeição do PL 7188/2017.	9/8/2017 Aprovado. 10/8/2017 Encaminhado à CCJC.
46.	PL 5681/2016	Carmen Zanotto	Cria o Fundo para a Capacitação para o Trabalho e Melhoria da Escolaridade de Custodiados pelo Estado e dispõe sobre diretrizes para o seu estabelecimento.	Delegado Waldir (Relator do Vencedor)	Pela rejeição, parecer vencedor.	29/11/2017 Aprovado. 30/11/2017 Encaminhado à CFT.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
47.	PL 5920/2016	Vitor Valim	Dá nova redação ao inciso IV do art. 3º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para permitir que a autoridade policial proceda a identificação criminal quando, a seu critério, a mesma for julgada essencial às investigações policiais.	Cabo Sabino	Pela aprovação.	10/10/2017 Aprovado. 11/10/2017 Encaminhado à CCJC.
48.	PL 5937/2016	Jô Moraes	Inclui um inciso III ao art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, e altera a redação do art. 8º-B da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, criando a possibilidade de prestação de serviço voluntário, nas forças auxiliares e reserva do Exército, do reservista de 1ª categoria, que concluiu o serviço militar obrigatório nas condições que estabelece.	Cabo Sabino	Pela aprovação, com substitutivo.	23/8/2017 Aprovado. 24/3/2017 Encaminhado à CCJC.
49.	PL 5989/2016	Severino Ninho	Dispõe sobre a tipificação criminal do uso de explosivos, ou sua contrafação, como meio para furto, roubo ou extorsão; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências.	Pastor Eurico	Pela aprovação, com substitutivo.	29/3/2017 Aprovado. 31/3/2017 Encaminhado à CCJC.
50.	PL 6129/2016	Flavinho	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para incluir os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, autorizando o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar.	Ronaldo Martins	Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CFT.
51.	PL 6412/2016	Nelson Marchezan Junior	Altera a Lei nº 7.210, de 1994 para aperfeiçoar o sistema prisional.	Laudívio Carvalho	Pela aprovação, com substitutivo.	10/10/2017 Aprovado. 11/10/2017 Encaminhado à CCJC.
52.	PL 6417/2016	Rômulo Gouveia	Estabelece procedimento de destinação de projéteis e outros objetos perfurantes extraídos de vítimas de ato violento nas unidades públicas e privadas de saúde.	Alexandre Baldy	Pela aprovação.	3/5/2017 Aprovado. 4/5/2017 Encaminhado à CSSF.
53.	PL 6433/2016	Cajar Nardes	Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para disciplinar a atuação coercitiva do agente público executor de medida socioeducativa.	Delegado Edson Moreira	Pela aprovação.	9/8/2017 Aprovado. 10/8/2017 Encaminhado à CSSF.
54.	PL 6458/2016	Celso Jacob	Altera o art. 4º, da Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal.	Delegado Waldir	Pela aprovação.	5/7/2017 Aprovado. 6/7/2017 Encaminhado à CCJC.
55.	PL 6463/2016	Adail Carneiro	Altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre videovigilância nas vias públicas de tráfego de veículos que menciona.	Delegado Waldir	Pela aprovação.	5/4/2017 Aprovado. 6/4/2017 Encaminhado à CVT.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
56.	PL 6472/2016	Francisco Floriano	"Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para ampliar as hipóteses de uso da tornozeleira eletrônica".	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação, com substitutivo.	5/7/2017 Aprovado. 6/7/2017 Encaminhado à CCJC.
57.	PL 6474/2016	Francisco Floriano	"Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para possibilitar a utilização dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), na construção de novos presídios e na disponibilização de estrutura necessária para o combate ao tráfico de drogas no interior dos presídios".	Mauro Lopes	Pela aprovação, com substitutivo.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CFT.
58.	PL 6482/2016	Moisés Diniz	Acrescente-se o inciso III, ao artigo 3º da Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.	Laura Carneiro	Pela aprovação.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCJC.
59.	PL 6613/2016 PL 7296/2017	Rômulo Gouveia	Altera a Lei n. 11.671, de 8 de maio de 2008, para tornar obrigatória a prisão de autores de crimes contra profissionais de segurança pública em estabelecimentos penais federais de segurança máxima.	Aluísio Mendes	Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.	7/6/2017 Aprovado. 8/6/2017 Encaminhado à CCJC.
60.	PL 6614/2016	Goulart	Assegura, nos termos da Constituição Federal, o livre acesso de torcedores aos estádios de futebol, em dias de jogos.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação, com emenda, com complementação de voto.	12/7/2017 Aprovado, com complementação de voto. 14/8/2017 Encaminhado à CESPO.
61.	PL 6635/2016	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.	Laerte Bessa	Pela aprovação, com emenda.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CTASP.
62.	PL 6662/2016	CESEGP UB	Dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública.	Alberto Fraga	Pela aprovação, com substitutivo.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CFT.
63.	PL 6717/2016	Afonso Hamm	Disciplina sobre o porte rural de arma de fogo.	Alberto Fraga	Pela aprovação, com adoção do substitutivo da CAPADR	8/11/2017 Aprovado. 8/11/2017 Encaminhado à CCJC.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
64.	PL 6785/2016	Alessandro Molon	Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 7.116 de 1983, para garantir isonomia entre homens e mulheres quando da solicitação de Carteira de Identidade.	Marcelo Matos	Pela aprovação.	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CCJC.
65.	PL 6818/2017	Vitor Valim	Aumenta a pena do crime de Organização Criminosa.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CCJC.
66.	PL 6837/2017	Baleia Rossi	Dispõe sobre a criação do Sistema Federal de Proteção Animal (SIFEPA) e da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), para a prevenção e repressão de infrações criminais e administrativas contra animais.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação.	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CMADS.
67.	PL 6839/2017	Nivaldo Albuquerque	Estabelece alerta de área sob vídeo-vigilância.	Laerte Bessa	Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CCJC.
68.	PL 6857/2017	Rômulo Gouveia	Altera o art. 2º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para estabelecer a obrigatoriedade de instalação de películas de controle solar e segurança (tipo "fumê") ou adesivos perfurados nas portas e paredes de vidro voltadas às vias públicas nos estabelecimentos de instituições financeiras.	Marcelo Matos	Pela rejeição.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CFT.
69.	PL 6882/2017 PL 6886/2017 PL 6891/2017	Alberto Fraga	Concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo por atuação em movimentos reivindicatórios.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação deste e dos PLs nºs 6.886/2017 e 6.891/2017, apensados, com substitutivo.	3/5/2017 Aprovado. 4/5/2017 Encaminhado à CREDN.
70.	PL 6957/2017 PL 7007/2017	Dagoberto Nogueira	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal-, para tratar da indenização devida ao preso que se encontra em condições degradantes em presídios e penitenciárias nacionais.	Alberto Fraga	Pela aprovação deste e do PL 7007/2017, apensado, com substitutivo.	10/10/2017 Aprovado. 11/10/2017 Encaminhado à CCJC.
71.	PL 6960/2017 PL 7498/2017	Cleber Verde	Alterar a Lei nº 12.965 de 23 de Abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, alterando o art 5º, inciso II e o art 7º, inciso III, que passam a ter a seguinte redação.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação deste e do apensado, na forma do substitutivo da CCTCI.	29/11/2017 Aprovado. 30/11/2017 Encaminhado à CCJC.
72.	PL 7036/2010	Fábio Faria	Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.	Alexandre Baldy	10/4/2017 Pela aprovação deste e da emenda da Comissão de Educação, na forma do substitutivo da Comissão de Viação e Transporte.	3/5/2017 Aprovado. 4/5/2017 Encaminhado à CCJC.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
73.	PL 7067/2017	João Rodrigues	Altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detendo ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais.	Cabo Sabino	26/6/2017 Pela aprovação com uma emenda.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCJC.
74.	PL 7069/2017	Cabo Sabino	Cria o Programa "Empresa Parceira da Segurança Pública" e da outras Providencias.	Alberto Fraga	14/9/2017 Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CCJC.
75.	PL 7183/2017	Senado Federal	Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir o enfrentamento da violência contra a mulher entre os objetivos do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp).	Laura Carneiro	8/8/2017 Pela aprovação.	16/8/2017 Aprovado. 17/2017 Encaminhado à CCJC.
76.	PL 7214/2017	Moses Rodrigues	Dispõe sobre a estratégia emergencial de redução de homicídios, altera a Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública e dá providências correlatas.	Alexandre Leite	Pela aprovação.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CFT.
77.	PL 7397/2017	César Halum	Altera o inciso XI do Artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir o penhor de bens de valor nos mecanismos de controle de atividades financeiras.	Lincoln Portela	Pela aprovação.	9/8/2017 Aprovado. 10/8/2017 Encaminhado à CFT.
78.	PL 7426/2017	Rômulo Gouveia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.	Cabo Sabino	Pela aprovação	13/9/2017 Aprovado. 19/9/2017 Encaminhado à CCJC.
79.	PL 7541/2014	João Rodrigues	Regula a segurança nos campi das instituições de ensino superior, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.	Dep. Alberto Fraga (Relator do Parecer Vencedor)	Pela aprovação (Parecer Vencedor)	12/7/2017 Aprovado parecer vencedor. 2/8/2017 Encaminhado à CCP.
80.	PL 7561/2014 PL6489/2016	Missionári o José Olimpio	Proíbe o implante em seres humanos de identificação em forma de chips e outros dispositivos eletrônicos.	João Campos	Pela aprovação deste e do apensado, com Substitutivo.	12/7/2017 Aprovado. 14/7/2017 Encaminhado à CCJC.
81.	PL 7602/2014	Mara Gabrieli	Acrescenta art. à Lei nº 7.120, de 1984 - Lei de Execução Penal.	Aluisio Mendes	Pela aprovação, com adoção da emenda da CSSF, com subemenda.	11/4/2017 Aprovado. 12/4/2017 Encaminhado à CCJC.
82.	PL 7605/2017	Eduardo da Fonte	Institui o Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas e dá outras providências.	Delegado Éder Mauro	Pela aprovação.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CSSF.
83.	PL 7785/2014	Onyx Lorenzoni	Dispõe sobre a comercialização, em todo o território nacional, do produto denominado spray de pimenta, gás de pimenta ou gás OC (Oleoresina Capsicum), como equipamento não letal destinado à defesa pessoal.	Wilson Filho	Pela aprovação, com adoção do substitutivo da CDEIC, com emenda.	3/5/2017 Aprovado. 4/5/2017 Encaminhado à CCJC.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
84.	PL 7981/2014	Guilherme Mussi	Dispõe sobre o treinamento de tiro dos integrantes dos órgãos de segurança pública.	Lincoln Portela	Pela aprovação, com substitutivo, com complementação de voto.	23/8/2017 Aprovado, com complementação de voto. 6/9/2017 Encaminhado à CFT.
85.	PL 8060/2017	Capitão Augusto	Cria causa de diminuição de pena para o agente de segurança pública que comete crime em contexto de discriminante putativa.	Cabo Sabino	Pela aprovação.	31/10/2017 Aprovado. 1/11/2017 Encaminhado à CCJC.
86.	PL 8128/2017	Major Olímpio	Concede anistia aos funcionários do sistema penitenciário do Estado de São Paulo que participaram de greve nos anos de 2014 e 2015.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação.	29/11/2017 Aprovado. 30/11/2017 Encaminhado à CCJC.
87.	PL 8146/2014 PL 357/2015 PL 2139/2015 PL 5731/2016 PL7030/2017	Keiko Ota	Determina que as viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública sejam dotadas de blindagem balística.	Marcelo Delaroli	31/5/2017 Complementação de Voto pela aprovação deste, e pela rejeição dos PL's nºs 357/2015, 2.139/2015, 5.731/2016 e 7030/17, apensados, com substitutivo.	31/5/2017 Aprovado, com complementação de voto. 8/6/2017 Encaminhado à CFT.
88.	PLP 345/2017	Daniel Vilela	Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 - Lei do Funpen, para disciplinar a construção de estabelecimentos penais com equipamentos de bloqueio de telefonia celular.	Laerte Bessa	Pela aprovação, com emenda.	5/9/2017 Aprovado. 5/9/2017 Encaminhado à CFT.

Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 357/2015	Marco Feliciano	Dispõe sobre equipamentos de segurança para viaturas policiais e dá outras providências.	Apensado ao PL 8146/2015.
2.	PL 858/2015	Capitão Augusto	Dispõe sobre financiamento para casa própria aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	Apensado ao PL 768/2015.
3.	PL 1408/2015	Valdir Colatto	Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	Apensado ao PL 574/2015.
4.	PL 2139/2015	Arthur Virgílio Bisneto	Estabelece norma geral sobre blindagem de viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública.	Apensado ao PL 8146/2014.
5.	PL 2922/2015	Kaio Maniçoba	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para prever modalidade de atendimento direcionada a policiais e militares.	Apensado ao PL 768/2015.
6.	PL 3116/2015	Indio da Costa	Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, para estabelecer regras mínimas para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional.	Apensado ao PL 2443/2015.
7.	PL 3167/2015	Cabo Daciolo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para assegurar que 10% (dez por cento) do programa sejam destinados aos Militares das Forças Armadas e Agentes de Segurança Pública.	Apensado ao PL 2922/2015 que está apensado ao PL 768/2015.
8.	PL 3214/2015	Cabo Daciolo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV", para criar o Programa Nacional de Habitação dos Militares das Forças Armadas - PNHMFA	Apensado ao PL 3167/2015 que está apensado ao PL 768/2015.
9.	PL 3969/2015	Miro Teixeira	Cria o teste de integridade dos agentes públicos.	Apensado ao PL 3928/2015.
10.	PL 4634/2016	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, - Lei de Execução Penal - para possibilitar que presos sejam submetidos a entrevistas nos meios de comunicação e que sua imagem possa ser divulgada.	Apensado ao PL 2021/2015.
11.	PL 4670/2016	Carmen Zanotto	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar o registro, em cadastro nacional, de veículos roubados ou furtados, que tenham sido recuperados.	Apensado ao PL 4630/2016.
12.	PL 5528/2016	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, do Tocantins, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Amazonas, do Pará, do Acre, de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Distrito Federal, para acrescentar o Estado de São Paulo.	Apensado ao PL 836/2015.
13.	PL 5731/2016	Cabo Sabino	Determina que as viaturas operacionais e de escolta dos órgãos de segurança pública possuam para-brisas blindados	Apensado ao PL 8146/2014.
14.	PL 5787/2016	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Apensado ao PL 768/2015.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
15.	PL 6232/2016	Laura Carneiro	Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 para acrescentar o seguinte artigo 9-A para obrigar a notificação compulsória nos casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica ou familiar contra a mulher pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária.	Apensado ao PL 4552/2016.
16.	PL 6489/2016	Roberto de Lucena	Fica vedada a implantação, de quaisquer tipos de mecanismos ou equipamentos eletrônicos e congêneres em cidadãos brasileiros, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7561/2014.
17.	PL 6886/2017	Carlos Manato	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, do Tocantins, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Amazonas, do Pará, do Acre, de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Distrito Federal", para acrescentar o Estado do Espírito Santo.	Apensado ao PL 6882/2017.
18.	PL 6891/2017	Capitão Augusto	Dispõe sobre a concessão de anistia aos policiais militares do estado do Espírito Santo processados ou punidos por condutas decorrentes do movimento reivindicatório realizado, no primeiro bimestre de 2017, pela família dos policiais no estado.	Apensado ao PL 6882/2017.
19.	PL 7007/2017	Roberto de Lucena	Dispõe acerca da proibição de indenização pecuniária a ser paga pelo Estado, por danos morais ou materiais, na integralidade ou em parte, a detentos do Sistema Prisional Brasileiro, e dá outras providências.	Apensado ao PL 6957/2017.
20.	PL 7030/2017	Shéridan	Determina que viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública sejam dotadas de vidros com blindagem balística.	Apensado ao PL 8146/2014.
21.	PL 7188/2017	Fábio Sousa	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, para aumentar a pena prevista nos crimes descritos no art. 7º, e alterar o patamar de redução de pena na modalidade culposa prevista no parágrafo único, e acrescenta inciso VII ao art.1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para prever a atribuição da Polícia Federal para apurar crimes contra às relações de consumo, previstos no art. 7º da Lei 8.137/1990.	Apensado ao PL 5675/2013.
22.	PL 7288/2017	Capitão Augusto	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.	Apensado ao PL 574/2015.
23.	PL 7296/2017	Vítor Valim	Insera um parágrafo único no art. 3º da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para discriminar situações ensejadoras de transferência de presos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima.	Apensado ao PL 6613/2016.
24.	PL 7312/2017	Capitão Augusto	Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - e dá outras providências, para atribuir aos integrantes dos órgãos de segurança pública prioridade no programa.	Apensado ao PL 3167/2015 que está apensado ao PL 768/2015.
25.	PL 7498/2017	André Fufuca	Altera o inciso III do artigo 7º da Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, que trata sobre o marco civil da internet.	Apensado ao PL 6960/2017.
26.	PL 7558/2017	César Halum e outros	Altera os arts. 80 e 81 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execuções Penais, que tratam dos Conselhos da Comunidade e suas atribuições.	Apensado ao PL 4944/2016.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
27.	PL 7854/2017	Capitão Augusto	Dispõe sobre a doação de terreno urbano aos integrantes dos órgãos de segurança pública do artigo 144 da Constituição Federal.	Apensado ao PL 768/2015.

Tabela 2. Outras Saídas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OCORRÊNCIA (DATA/TIPO)	SAÍDA DA COMISSÃO/ OBSERVAÇÃO
1.	PL 1262/2015	Alberto Fraga	Revoga o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.613, de 3 de março 1998, que trata sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiros para os ilícitos previstos nesta lei; cria o conselho de controle de atividades financeiras - COAF.	20/12/2017 Recebido Memo nº 289/2017-COPER, solicitando a devolução do projeto.	20/12/2017 Encaminhado à CCP.
2.	PL 2514/2015	Senado Federal	Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados in-formáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências.	9/5/2017 Recebido Memo nº 59/2017-COPER, solicitando a devolução deste para ser encaminhado à CCTCI.	9/5/2017 Encaminhado à CCP.
3.	PL 3837/2015	Renata Abreu	Torna obrigatória o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico, na forma que especifica.	20/6/2017 Aprovado no Plenário da CD.	21/6/2017 Encaminhado à CCP.
4.	PL 6568/2016 PL 2617/2015 PL 2926/2015	Senado Federal	Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".	15/2/2017 Votação no Plenário da CD.	16/2/2017 Encaminhado à CCP.
5.	PL 6699/2009 PL 6795/2010 PL 7058/2010 PL 4709/2012 PL 7363/2014 PL 7642/2014 PL 7650/2014 PL 4340/2016 PL 4400/2016 PL 4496/2016 PL 4863/2016 PL 4799/2016 PL 5209/2016 PL 5880/2016 PL 8017/2017 PL 8253/2017	Duarte Nogueira	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	9/11/2017 Aprovado no Plenário da CD.	10/11/2017 Encaminhado à CCP.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OCORRÊNCIA (DATA/TIPO)	SAÍDA DA COMISSÃO/ OBSERVAÇÃO
6.	PL 6737/2016 PL 7974/2017	Nelson Pellegrino	Altera a Lei nº 7.102, de 20 junho de 1983, para determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que colocarem a disposição do público caixas eletrônicos, instalem equipamentos que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior das máquinas em caso de arrombamento, movimento brusco, alta temperatura, e dá outras providências.	9/11/2017 Recebido Memo nº 238/2017-COPER, pedindo a devolução dos projetos.	9/11/2017 Encaminhado à CCP.
7.	PL 6915/2017	Erika Kokay	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - para vedar que pessoas com histórico de autoria de violência doméstica e familiar contra a mulher trabalhem em instituições que cuidam do atendimento a vítimas desse tipo de violência; para estabelecer a necessidade de capacitação, formação e treinamento dos profissionais que atuam no atendimento às vítimas; e para dar competência aos delegados de polícia para expedição de medidas protetivas em caráter provisório.	27/3/2017 Recebido Memo nº 29/2017-COPER, pedindo a devolução do PL 6915/2017, apensado, tendo em vista a retirada de tramitação pela autora.	6/3/2017 Apensado ao PL 6433/13. 29/3/2017 Encaminhado à CCP
8.	PL 7315/2017 PL 8123/2017	Capitão Augusto	Dispõe sobre medidas de proteção à integridade dos integrantes dos órgãos de segurança pública e de guardas municipais.	22/9/2017 Recebido Memo nº 167/17-COPER, pedindo a devolução deste e do PL 8123/17, apen-sado, para que a CTASP, seja ouvida antes da CSPCCO.	22/8/2017 Encaminhado à CCP.

Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
1.	PFC 9/2011	Perpétua Almeida	Proposta de Fiscalização e Controle das políticas públicas sobre o crack.	Delegado Edson Moreira		Aguardando parecer.
2.	PFC 23/2015	Cabo Daciolo	Propõe que a CSPCCO realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos de segurança adotados pelas usinas nucleares instaladas em território brasileiro.	Delegado Edson Moreira		Aguardando parecer.
3.	PFC 82/2016	Fernando Francischini	Propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) apure todos os projetos financiados pela Lei Rouanet nos últimos 14 anos, visto que existem indícios de desvio dinheiro público e que podem configurar lavagem de dinheiro.	João Campos		Aguardando parecer.
4.	PFC 95/2016	Alberto Fraga	Propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) apure a atuação da Polícia Federal em operações policiais de investigação a membros da Polícia Militar do Estado de Goiás, sob suspeita da existência de grupo de extermínio.	Delegado Edson Moreira		Aguardando parecer.
5.	PL 374/2015	Laudivio Carvalho	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, com o objetivo de ampliar os mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis, e dá outras providências.	Givaldo Carimbão		Aguardando parecer.
6.	PL 382/2015 PL 826/2015 PL 861/2015 PL 5360/2016	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências.	Capitão Augusto		Aguardando parecer.
7.	PL 708/2015 PL 2965/2015 PL 3037/2015 PL 8299/2017	Alan Rick	Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.	Laerte Bessa		Aguardando parecer.
8.	PL 713/2015	Alberto Fraga	Acrescenta o Parágrafo único ao art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal.	Major Olímpio		Aguardando parecer.
9.	PL 738/2015	João Campos	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal".	Delegado Edson Moreira	Pela rejeição.	Pronta para pauta.
10.	PL 798/2015 PL 1815/2015 PL 7406/2017	Alberto Fraga	Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Major Olímpio		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
11.	PL 1072/2015	Cleber Verde	Excluir a parte final do art. 44, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Givaldo Carimbão		Aguardando parecer.
12.	PL 1183/2015	João Campos	Altera a redação do inciso I do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para possibilitar que as polícias legislativas estaduais possam ser contempladas com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
13.	PL 1504/2015	Silas Freire	Modifica a Lei n.º 12.858, de 2013, alterando o artigo 1º, caput e §3º do artigo 2º da lei em questão, para acrescer a área de segurança pública na participação do resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural, visando atender a disposição contida no art. 144 da Constituição Federal; altera a Lei. nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.	Aluísio Mendes	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
14.	PL 1576/2015	Fábio Sousa	Inserir fonte de recursos para o Fundo Nacional Antidrogas, na forma que determina.	Marcelo Delaroli		Aguardando parecer.
15.	PL 1647/2015	Subtenente Gonzaga	Acresce parágrafo único ao artigo 32 da Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, que dispõe sobre o Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	Alberto Fraga		Aguardando parecer.
16.	PL 2034/2015	Rômulo Gouveia	Altera a Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto do Torcedor, para facultar a criação de delegacias de defesa do torcedor.	Cabo Sabino		Aguardando parecer.
17.	PL 2107/2015 PL 2185/2015 PL 3604/2015	Moses Rodrigues	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a veiculação obrigatória de campanhas antidrogas nos meios de comunicação, e a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar recursos para este fim, e dá outras providências.	Eduardo Bolsonaro		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
18.	PL 2658/2011 PL 7147/2014 PL2372/2015	Lindomar Garçon	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos de comunicação social fornecerem coletes à prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações policiais.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
19.	PL 2694/2015	CPICARGE	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.	Lincoln Portela	Pela rejeição.	Pronta para pauta.
20.	PL 2720/2015	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e a Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, para autorizar a inclusão, no quadro de acesso para promoção, dos oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que estiverem sendo processados por crime militar ou comum, enquanto não sobrevier condenação penal transitada em julgado.	-	-	Aguardando designação de relator.
21.	PL 2755/2015 PL 4078/2015 PL 4081/2015 PL 4082/2015	Heráclito Fortes	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, que dispõe acerca da realização de colaboração premiada fornecida por investigados e acusados em ações penais.	Delegado Edson Moreira		Aguardando parecer.
22.	PL 2791/2015	Fernando Francischini	Unifica os registros e promove a integração dos órgãos policiares para lavratura de boletim de ocorrência nos crimes de menor potencial ofensivo.	Major Olimpio	Pela aprovação, com substitutivo.	Pronta para pauta.
23.	PL 2825/2015	Alberto Fraga	Determina a parada obrigatória dos veículos de aluguel (táxis) nos postos policiais.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação, com substitutivo.	Pronta para pauta.
24.	PL 2835/2015	Wilson Filho	Altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para autorizar a autoridade policial a representar pela cessação de crime de discriminação praticados por meios de transmissão em massa.	Guilherme Mussi	Pela aprovação, com substitutivo.	Pronta para pauta.
25.	PL 2838/2015 PL 4223/2015	Rômulo Gouveia	Altera a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, criando o Dossiê da Pessoa Idosa.	Delegado Waldir	Pela aprovação deste, e do PL 4223/2015, apensado, com substitutivo.	Pronta para pauta.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
26.	PL 3010/2011 PL 4507/2016	Aguinaldo Ribeiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, veda o uso de imagens eróticas, pornográficas ou obscenas no material escolar.	Pastor Eurico	Pela aprovação deste e do apensando, com substitutivo.	Pronta para pauta.
27.	PL 3154/2015	Cleber Verde	Dispõe sobre vigilantes nas áreas de estacionamento de estacionamentos comerciais.	Lincoln Portela	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
28.	PL 3181/2015	Alberto Fraga	Institui o código de ética da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do Art. 21, XIV da Constituição Federal.	Subtente Gonzaga	Pela aprovação, com substitutivo.	Pronta para pauta.
29.	PL 3297/2015 PL 7564/2017	Cabo Sabino	Altera os arts. 129 e 331 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal para aumentar a pena da lesão corporal cometida contra agentes de segurança pública.	Marcos Reategui		Aguardando parecer.
30.	PL 3381/15 PL 3271/2012 PL 3295/2012 PL 3366/2015 PL 4927/2013 PL 4948/2013 PL 4950/2013 PL 5040/2013 PL 5185/2013 PL 5248/2013 PL 5597/2013 PL 5625/2013 PL 5939/2013 PL 6406/2013 PL 6722/2013 PL 7652/2014 PL 1684/2015 PL 4446/2016 PL 7102/2017 PL 7433/2017	Senado Federal	Dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional.	Keiko Ota		Aguardando parecer.
31.	PL 3461/2015	Carlos Andrade	Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 13 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais), para dispor sobre os produtos de higiene como itens obrigatórios nos estabelecimentos prisionais.	Marcelo Matos		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
32.	PL 39412004 PL 5041/2005 PL 5604/2009 PL 7301/2014 PL 298/2015 PL 7002/2017 PL 6162/2005 PL 1010/2007 PL 6601/2009 PL 7361/2010 PL 7960/2014 PL 7170/2010 PL 8792/2017 PL 3380/2012 PL 6660/2013 PL 440/2015 PL 5301/2013 PL 4456/2016 PL 5552/2016 PL 6156/2016 PL 7706/2017 PL 7885/2017 PL 7910/2017 PL 8006/2017 PL 7998/2017 PL8197/2017 PL 8187/2017	Nelson Bornier	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	João Campos		Aguardando parecer.
33.	PL 4051/2015	Marcelo Belinati	Acrescenta o parágrafo terceiro no parágrafo terceiro no art. 47 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, para dispor sobre a obrigatoriedade de temas de política social antidiscriminatória e de direitos da sociedade no conteúdo programático dos cursos de formação policial de todas as esferas de Governo.	Laerte Bessa		Aguardando parecer.
34.	PL 4181/2015 PL 6002/16	Rogério Rosso	Altera a redação dos artigos 47, 115 e 117-A da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", visando a inclusão da abertura de delegacias especializadas na política nacional de atendimento e a divulgação ostensiva de campanhas de mobilização da sociedade no atendimento ao idoso.	Marcelo Matos		Aguardando parecer.
35.	PL 4314/2012	Arnaldo Faria de Sá	Revoga o inciso XIV, do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.	João Campos		Aguardando parecer.
36.	PL 4390/2016	Marcus Vicente	Estabelece a proibição de porte e comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques e dá providências correlatas.	Moses Rodrigues		Aguardando parecer.
37.	PL 4445/1998 PL 2857/2000	Feu Rosa	Revoga a Lei nº 7.960, de 1989 que dispõe sobre prisão temporária.	João Campos		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
38.	PL 4841/2016	Alberto Fraga	Permite a inclusão do esposo e do companheiro como dependentes das integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.	Magda Mofatto	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
39.	PL 4927/2016	Moroni Torgan	Altera a Lei 12.681, de 4 de julho de 2012, para dispor sobre bancos biométricos e sistema de identificação criminal geridos pelos órgãos oficiais de identificação no âmbito do SINESP.	Major Olimpio		Aguardando parecer.
40.	PL 4941/2009 PL 4981/2009 PL 5522/2009 PL 1330/2011 PL 6839/2013 PL 6807/2017 PL 9100/2017	Eduardo da Fonte	Estabelece pena aos usuários de drogas.	João Campos		Aguardando parecer.
41.	PL 5017/2009 PL 685/2003 PL 1144/2007 PL 3335/2008 PL 3469/2012 PL 1433/2007 PL 1590/2003 PL 3891/2004 PL 3998/2004 PL 5772/2013 PL 1654/2003 PL 1769/2003 PL 1791/2003 PL 2348/2011 PL 3832/2008 PL 3970/2008 PL 4330/2012 PL 4538/2008 PL 4937/2005 PL 7180/2010 PL 7144/2014 PL 4632/2016 PL 5932/2016 PL 8246/2017	Senado Federal	Altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar procedimentos relativos à baixa veicular.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
42.	PL 5065/2016	Delegado Edson Moreira	Altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.	Hugo Leal	Pela aprovação, com substitutivo	Pronta para pauta.
43.	PL 5295/2016	Daniel Vilela	Altera o art. 5º da Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre as perícias oficiais, para a inclusão dos demais especialistas de outras áreas do conhecimento técnico-científico.	Major Olimpio		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
44.	PL 5372/2016	Carlos Bezerra	Altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para que o condenado com deficiência possa remir parte do tempo de execução de pena quando o seu cumprimento se der em estabelecimento prisional não dotado de acessibilidade e dá outras providências.	Laura Carneiro	Pela aprovação deste, nos termos do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	Pronta para pauta.
45.	PL 5578/2013 PL 2722/2015	Fábio Reis	Altera a Lei nº Lei 12.009, de 29 de julho de 2009 que "Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas - moto-frete -, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências", para incluir os seguintes dispositivos.	Delegado Waldir	Pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 2.722/2015, apensado.	Pronta para pauta.
46.	PL 5917/2016	Patrus Ananias e outros	Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.	Reginaldo Lopes		Aguardando parecer.
47.	PL 6160/2016 PL 6519/2016 PL 8508/2017	Flávia Morais	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais nas entradas de locais de grande circulação de pessoas.	Delegado Éder Mauro		Aguardando parecer.
48.	PL 6315/2013 PL 1174/2015 PL 3635/1205 PL 4803/2016 PL 5688/2016 PL 5892/2016 PL 6284/2016	Keiko Ota	Revoga o § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006, extinguindo a figura do tráfico privilegiado.	Cabo Sabino		Aguardando parecer.
49.	PL 6340/2016	Laura Carneiro	Acrescenta dispositivo na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para determinar a especificação de gênero no expediente que veicula a execução penal e estatísticas que digam respeito a informações processuais.	Pompeo de Mattos	Pela aprovação deste, e da emenda apresentada a na CSPCCO.	Pronta para pauta.
50.	PL 6433/2013 PL 8120/2014 PL 8257/2014 PL 4532/2016 PL 6145/1206 PL 6872/2017 PL 8223/2017 PL 8372/2017 PL 9085/2017	Bernardo Santana de Vasconcellos	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e dá outras providências.	João Campos		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
51.	PL 6888/2017	Jones Martins	Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 e acrescenta o parágrafo único ao artigo 64 da Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, para dispor que o patrimônio apreendido oriundo do tráfico de drogas seja destinado a entidades que trabalham com a recuperação de dependentes químicos.	Pastor Eurico	Pela aprovação deste e da emenda nº 1/2017 apresentada na CSPCCO.	Pronta para pauta.
52.	PL 6975/2017	Laudívio Carvalho	Altera a redação dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir as guardas municipais entre as instituições com possibilidade de compor a Força Nacional de Segurança Pública.	Aluísio Mendes	Pela aprovação	Pronta para pauta.
53.	PL 6978/2017	Leo de Brito	Cria o Programa Nacional de Combate Local a Crimes Federais, altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e dá providências correlatas.	Delegado Edson Moreira	Pela aprovação	Pronta para pauta.
54.	PL 7024/2017	Wadih Damous	Acrescenta parágrafo único ao art. 58 da Lei 11.343, de 23 de agosto 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Delegado Edson Moreira	Pela aprovação	Pronta para pauta.
55.	PL 7075/2017	Marcelo Aguiar	Revoga as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e 10.834, de 29 de dezembro de 2003, estabelecendo normas sobre venda, aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo, munições e insumos de recarga, em território nacional; dando nova redação aos artigos 157, 158, 288, 288-A e 351, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e outras providências.	Alexandre Leite	Pela aprovação, com substitutivo.	Pronta para pauta.
56.	PL 7086/2017	Pedro Fernandes	Cria o Cadastro Nacional de Condenados Criminalmente.	Givaldo Carimbão		Aguardando parecer.
57.	PL 7181/2017	Senado Federal	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.	Laerte Bessa		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
58.	PL 7321/2014 PL 1921/2015 PL 2320/2015 PL 4660/2016	João Campos	Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para destinar às áreas de educação, saúde e segurança pública, parcela da participação no resultado ou na compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.	Delegado Francischini		Aguardando parecer.
59.	PL 7447/2017	Davidson Magalhães	Dispõe sobre a escolta durante o transporte de explosivos, bem como o controle de produção, estoque e uso.	Aluísio Mendes	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
60.	PL 7453/2017	Efraim Filho	Estabelece normas para a criação do Sistema Nacional Prisional Autossustentável - SINAPAS.	Subtenente Gonzaga		Aguardando parecer.
61.	PL 7688/2017	Lelo Coimbra	Dispõe sobre vedação de recebimento de vantagem econômica em caso de colaboração premiada.	Rocha	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
62.	PL 7764/2014 PL 107/1999 PL 308/1999 PL 1352/1999 PL 1510/2011 PL 4064/2008 PL 4684/2001 PL 1698/2011 PL 5254/2009 PL 5289/2009 PL 7085/2014 PL 7300/2002	Senado Federal	Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.	João Campos	Pela aprovação deste, e dos PLs nºs 1.352/1999, 4.684/2001, 5.289/2009, 1.698/2011, 4.064/2008, 1.510/2011, 5.254/2009 e 107/1999, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PLs nºs 308/1999, 7.300/2002, 7.085/2014, apensados.	Pronta para pauta.
63.	PL 7850/2017	André Figueiredo	Altera o inciso IV do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que "Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências".	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
64.	PL 7860/2017	Francisco Floriano	Altera a Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências, para dispor sobre o benefício do perdão judicial concedido ao colaborador em acordo de colaboração premiada.	Rocha		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
65.	PL 7877/2017	Gilberto Nascimento	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a prevenção da utilização do Sistema Financeiro Nacional para a prática dos ilícitos previstos nesta Lei.	Delegado Waldir	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
66.	PL 7901/2017	Dimas Fabiano	Estabelece competência à Polícia Federal para exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União também em situações de apuração, investigação e a análise de assaltos, tentativas de assalto e outros crimes cometidos contra os entes descritos e dá outras providências.	Alberto Fraga		Aguardando parecer.
67.	PL 7908/2017	Francisco Floriano	Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a audiência de custódia de adolescente acusado de ato infracional.	Subtenente Gonzaga	Pela rejeição.	Pronta para pauta.
68.	PL 7921/2017	Subtenente Gonzaga	Altera os arts. 60 e 62 da Lei n.º 11.343, de 2006, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Major Olímpio	Pela aprovação.	Pronta para pauta.
69.	PL 8003/2017 PL 8488/2017	Josi Nunes	Institui a notificação compulsória, para a toda a rede de saúde pública e privada, sediada no território nacional, o atendimento às vítimas de violência ou abuso sexual.	Delegado Edson Moreira		Aguardando parecer.
70.	PL 8063/2017	Pastor Eurico	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para proibir a utilização de policiamento militar em eventos privados.	Marcelo Matos		Aguardando parecer.
71.	PL 8075/2017	Major Olimpio	Altera o art. 31, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Magda Mofatto	Pela aprovação, com substitutivo.	Pronta para pauta.
72.	PL 8226/2017	Francisco Floriano	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre a extorsão de pessoa jurídica.	Ronaldo Martins		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
73.	PL 8262/2017	André Amaral	Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.	Delegado Edson Moreira	Pela rejeição.	Pronta para pauta.
74.	PL 8274/2017 PL 8706/2017 PL 8828/2017 PL 8853/2017	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar os estabelecimentos financeiros a possuir circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, no mínimo, sessenta dias.	Vinicius Carvalho	Pela aprovação deste e dos apensados, com substitutivo.	Pronta para pauta.
75.	PL 8355/2017	Heuler Cruvinel	Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes contra os Idosos - DECI, nos municípios com mais de cem mil habitantes, e demais providências como dispõe.	Ronaldo Martins		Aguardando parecer.
76.	PL 8556/2017	Laudívio Carvalho	Dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados por órgãos do Estado aos membros da Segurança Pública que por motivo de reserva proveniente de acidente do trabalho não sejam considerados aptos para o exercício de suas atribuições.	Capitão Augusto		Aguardando parecer.
77.	PL 8663/2017	Miguel Haddad	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que "Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências".	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
78.	PL 8822/2017	Roberto Alves	Institui o Programa Nacional de Apoio à Segurança Pública e dá providências correlatas.	Lincoln Portela		Aguardando parecer.
79.	PL 8929/2017 PL 8995/2017 PL 9081/2017	Capitão Fábio Abreu	Altera o art. 22 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, para permitir que o vigilante de carros-fortes possam portar até fuzil 7.62 de fabricação nacional, em serviço de transporte de valores.	Gonzaga Patriota	Pela aprovação deste e dos apensados, com substitutivo.	Pronta para pauta.
80.	PL 9061/2017	Alessandro Molon	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento.	Ronaldo Martins		Aguardando parecer.
81.	PL 9158/2017	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre as condições para o exercício do cargo de diretor de estabelecimento penal.	Lincoln Portela		Aguardando parecer.
82.	PL 9211/2017	Heuler Cruvinel	Cria o Cadastro Nacional para monitoramento de homicídio e dá outras providências.	-		Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
83.	PL 9222/2017	Alberto Fraga	Altera as condições para ingresso no quadro de acesso previstas na Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009 que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	-		Aguardando designação de relator.
84.	PL 9322/2017	Yeda Crusius	Institui o Plano Nacional de Prevenção à Violência.	-		Aguardando designação de relator.
85.	PLP 394/2017	Marco Antônio Cabral	Altera o artigo 16-A da Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, para dispor sobre as atribuições subsidiárias das Forças Armadas e o patrulhamento das fronteiras entre estados, territórios e o Distrito Federal.	Alexandre Leite		Aguardando parecer.

Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 107/1999	Maria Elvira	Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal."	Apensado ao PL 7764/2014
2.	PL 298/2015	Eduardo Bolsonaro	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer limitações e critérios objetivos para a análise de pedidos de autorização para a aquisição e o porte de arma de fogo.	Apensado ao PL 5604/2009, que está apensado ao PL 5041/2005, que está apensado ao PL 3941/2004
3.	PL 308/1999	Enio Bacci	Regula o direito de visita aos presos e sistema de revista, e dá outras providências.	Apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2014
4.	PL 440/2015	Capitão Fábio Abreu	Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para estabelecer um prazo máximo de armazenamento das armas de fogo e armas brancas apreendidas e dá outras providências.	Apensado ao PL 7170/2010, que está apensado ao PL 3941/2004
5.	PL 685/2003	Paulo Pimenta	Altera a redação dos arts. 126 e 243 que tratam respectivamente da baixa de registro de veículos e das obrigações das empresas seguradoras nas ocorrências de perda total, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Apensado ao PL 5017/2009
6.	PL 826/2015	Caetano	Dispõe sobre a destinação de recursos públicos repatriados nas condições que especifica.	Apensado ao PL 382/2015
7.	PL 861/2015	João Daniel	Dispõe sobre que os de recursos públicos repatriados serão destinados ao investimento em Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais.	Apensado ao PL 382/2015
8.	PL 1010/2007	Moreira Mendes	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Apensado ao PL 3941/2004
9.	PL 1144/2007	Dagoberto	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.	Apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009
10.	PL 1174/2015	Capitão Augusto	Revoga o § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 6315/2013
11.	PL 1330/2011	Arnaldo Faria de Sá	Altera os arts. 28, 29, 30, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4981/2009 que está apensado ao PL 4941/2009
12.	PL 1352/1999	Marcos Rolim	Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), fixando parâmetros sobre o direito dos internos e condenados à visitação e estabelece regras mínimas para a revista das pessoas no âmbito do sistema penitenciário nacional.	Apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2014

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
13.	PL 1433/2007	William Woo	Dispõe sobre a baixa do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM - e dá outras providências.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
14.	PL 1510/2011	Erika Kokay	Acrescenta inciso XVII ao art. 41, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para permitir visita íntima em igualdade de condições e normas para presos de ambos os sexos.	Apensado ao PL 4684/2001 que está apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2014
15.	PL 1590/2003	Neuton Lima	Acrescenta parágrafo ao art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre veículos irrecuperáveis.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
16.	PL 1654/2003	Carlos Alberto Leréia	Altera a redação do art. 126, que trata da baixa de registro de veículos, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
17.	PL 1684/2015	Goulart	Inclui parágrafos ao art. 13-A da Lei 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor - e renumera o parágrafo único desse mesmo artigo como § 1º.	Apensado ao PL 5185/2013 que está apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
18.	PL 1698/2011	Erika Kokay	Acrescenta parágrafo ao art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal", para determinar que as visitas de cônjuges, companheiros (as), parentes e amigos (as) sejam realizados aos finais de semana.	Apensado ao PL 308/1999 que está apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2004
19.	PL 1769/2003	Dr. Heleno	Dá nova redação ao art. 126 e seu § único da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, definindo providências a serem tomadas pelas Seguradoras e Adquirentes de veículos envolvidos em sinistro.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
20.	PL 1791/2003	Almerinda de Carvalho	Proíbe a comercialização de veículos sinistrados com perda total.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
21.	PL 1815/2015	Laerte Bessa	Institui os Núcleos de Pacificação Social de Conflitos Criminais - NUPAS.	Apensado ao PL 798/2015
22.	PL 1921/2015	Alan Rick	Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para destinar para a área de meio ambiente parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.	Apensado ao PL 7321/2014
23.	PL 2185/2015	Dulce Miranda	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer o caráter de veiculação condicionada de campanhas com conteúdo de combate às drogas ilícitas e ao abuso de drogas lícitas.	Apensado ao PL 2107/2015
24.	PL 2320/2015	Miguel Haddad	Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para destinar receitas petrolíferas para a área de meio ambiente.	Apensado ao PL 1921/2015 que está apensado ao PL 7321/2014.
25.	PL 2348/2011	Diego Andrade	Altera os arts. 126, 240 e 243 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, para estabelecer exigências e procedimentos aos veículos sinistrados, para coibir a prática do comércio ilegal de documentos, partes, peças e componentes de veículos automotores.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
26.	PL 2372/2015	Edinho Bez	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre o fornecimento de equipamento de proteção individual para jornalista.	Apensado ao PL 2658/2011

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
27.	PL 2722/2015	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas - moto-frete - estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.	Apensado ao PL 5578/2013
28.	PL 2857/2000	Júlio Delgado	Altera o art. 2º, caput e § 7º da lei 7960, de 21 de dezembro de 1989	Apensado ao PL 4445/1998
29.	PL 2965/2015	Alan Rick	Institui o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Abuso de Drogas nas Escolas, estabelece a sua avaliação e dá outras providências.	Apensado ao PL 708/2015
30.	PL 3037/2015	Mário Heringer	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.	Apensado ao PL 708/2015
31.	PL 3271/2012	José Stédile	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3381/2015
32.	PL 3295/2012	Roberto de Lucena	Inclui dispositivos no Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
33.	PL 3335/2008	Ubiali	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a venda ou leilão de veículo.	Apensado ao PL 5017/2009
34.	PL 3366/2015	Carlos Henrique Gaguim	Proíbe o uso de fogos de artifício em locais públicos e em recintos particulares onde haja presença de pessoas.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
35.	PL 3380/2012	Edson Pimenta	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 7170/2010, que está apensado ao PL 3941/2004
36.	PL 3469/2012	Enio Bacci	Dispõe sobre a autorização de leiloar os veículos de duas ou quatro rodas apreendidos pela Polícia Civil, provenientes de furtos, quando os proprietários não buscarem esse bem móvel no prazo máximo de 90 dias.	Apensado ao PL 3335/2008, que está apensado ao PL 1144/2007, que está apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009
37.	PL 3604/2015	Elizeu Dionizio	Dispõe da destinação de 2,8% (dois vírgula oito por cento) da arrecadação das Loterias Federais administradas pela Caixa Econômica Federal, para o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD)	Apensado ao PL 2107/2015
38.	PL 3635/2015	Rubens Pereira Junior	Altera o art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a qual dispõe sobre a Lei de Drogas.	Apensado ao PL 6315/2013
39.	PL 3832/2008	Valdir Colatto	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a baixa de registro de veículos irrecuperáveis.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
40.	PL 3891/2004	Takayama	Acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre o leilão de veículos irrecuperáveis e similares.	Apensado ao PL 1590/2003, que está apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
41.	PL 3970/2008	Renato Amaury	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o destino de carcaças de veículos automotores sinistrados ou apreendidos.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
42.	PL 3998/2004	Takayama	Acrescenta art. à Lei nº 9.503, de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre a venda de peças ou sucatas oriundas de veículos irrecuperáveis.	Apensado ao PL 1590/2003, que está apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009
43.	PL 4064/2008	Dr. Talmir	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre medidas de segurança em estabelecimentos penitenciários.	Apensado ao PL 1352/1999 que está apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2014
44.	PL 4078/2015	CPIPETRO	Modifica procedimentos de obtenção da colaboração premiada, alterando a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.	Apensado ao PL 2755/2015
45.	PL 4081/2015	CPIPETRO	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que trata da colaboração premiada.	Apensado ao PL 2755/2015
46.	PL 4082/2015	CPIPETRO	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 quanto ao âmbito de incidência da colaboração premiada e conferir prerrogativas as Comissões Parlamentares de Inquérito.	Apensado ao PL 2755/2015
47.	PL 4223/2015	Marcelo Belinati	Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra a pessoa idosa, objetivando promover a proteção das pessoas desta faixa etária na forma que específica.	Apensado ao PL 2838/2015
48.	PL 4330/2012	Pastor Marco Feliciano	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para proibir o desmanche e a venda de peças usadas de automóvel e motocicleta.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
49.	PL 4446/2016	Átila A. Nunes	Proíbe a utilização de artefatos pirotécnicos ou fogos de artifício em ambientes fechados, na forma que menciona.	Apensado ao PL 4950/2013 que está apensado ao PL 3381/2015
50.	PL 4456/2016	Alberto Fraga	Veda a nomeação de pessoa física como depositário fiel de armas de fogo e munições e dá outras providências.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
51.	PL 4507/2016	Rômulo Gouveia	Proíbe a comercialização, a exposição e a distribuição de material escolar que contenha imagem que estimule a violência ou a exploração sexual.	Apensado ao PL 3010/2011
52.	PL 4532/2016	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar à autoridade policial decretar algumas das medidas protetivas de urgência nela previstas, nos casos que discrimina.	Apensado ao PL 6433/2013
53.	PL 4538/2008	Reinaldo Nogueira	Dispõe sobre a proibição de desmontagem e venda de peças de veículos segurados que tenham sofrido sinistro com perda total.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
54.	PL 4632/2016	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a destinação de veículos e materiais sem identificação ou inservíveis, apreendidos ou abandonados em via pública.	Apensado ao PL 5772/2013, que está apensado ao PL 1590/2003, que está apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
55.	PL 4660/2016	Cabo Daciolo	Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que "dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências", para incluir as Forças Armadas e o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, como destinatários dos recursos financeiros provenientes da exploração de petróleo e gás natural.	Apensado ao PL 7321/2014
56.	PL 4684/2001	Marcos Rolim	Altera o art. 41, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2014
57.	PL 4803/2016	Laudívio Carvalho	Modifica o § 4º do artigo 33 da Lei 11.343, de 23 agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3635/2015 que está apensado ao PL 6315/2013
58.	PL 4927/2013	Ângelo Agnolin	Inclui dispositivo no Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
59.	PL 4937/2005	Jorge Pinheiro	Obriga a retirada de circulação de veículos inservíveis ao uso, mediante pensamento da sua sucata, bem como baixa de seu registro junto ao Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
60.	PL 4948/2013	Beto Albuquerque	Dá nova redação aos arts. 8º e 9º do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, para proibir o uso de artigos pirotécnicos em bares, boates, casas de espetáculo, teatros, auditórios, clubes, salões comunitários e demais locais fechados de edificações de uso coletivo.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
61.	PL 4950/2013	Ricardo Izar	Dispõe sobre as regras de segurança em casas de entretenimento, impondo restrições ao uso de fogos de artifício e a realização de shows de pirotecnia em locais fechados em todo o território nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
62.	PL 4981/2009	Laerte Bessa	Altera os arts. 27, 28, 29, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4941/2009
63.	PL 5040/2013	Professor Sérgio de Oliveira	Dispõe sobre as regras de segurança e o uso de sinalizadores e artefatos similares em eventos e locais públicos.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
64.	PL 5041/2005	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3941/2004

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
65.	PL 5185/2013	Décio Lima	Acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências".	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
66.	PL 5248/2013	Francisco Escório	Proíbe o uso de fogos de artifício em qualquer evento que contenha aglomeração pública em ambientes fechados e dá outras providências.	Apensado ao PL 4950/2013 que está apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
67.	PL 5254/2009	Bispo Gê Tenuta	Dispõe sobre a visita sem contato físico em estabelecimentos prisionais.	Apensado ao PL 7300/2002 que está apensado ao PL 1071/1999 que está apensado ao PL 7764/2004
68.	PL 5289/2009	Luiz Couto	Garante o direito de visita aos presos preferencialmente nos fins de semana.	Apensado ao PL 1071/1999 que está apensado ao PL 7764/2004
69.	PL 5301/2013	Andreia Zito	Altera o art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3941/2004
70.	PL 5360/2016	Tenente Lúcio	Dispõe sobre o perdimento em favor da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior.	Apensado ao PL 382/2015
71.	PL 5522/2009	Francisco Tenório	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas) para tornar crime o uso de drogas e estabelecer pena a seus usuários.	Apensado ao PL 4941/2009
72.	PL 5552/2016	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
73.	PL 5597/2013	Major Fábio	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
74.	PL 5604/2009	Paes de Lira	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Apensado ao PL 5041/2005, que está apensado ao PL PL 3941/2004
75.	PL 5625/2013	Sérgio Brito	Acrescenta o art. 132-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
76.	PL 5688/2016	Major Olímpio	Altera o § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, dando-lhe nova redação e acrescentando-lhe os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.	Apensado ao PL 6315/2013
77.	PL 5772/2013	CLP	Altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o conceito de "sucata" e a destinação a ser dada às sucatas apreendidas pelos órgãos executivos de trânsito estaduais.	Apensado ao PL 1590/2003, que está apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009
78.	PL 5892/2016	Delegado Waldir	Revoga-se o art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	Apensado ao PL 6315/2013
79.	PL 5932/2016	Rômulo Gouveia	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para obrigar a inclusão de informações no RENAVAM sobre a cadeia dominial e as ocorrências de sinistros envolvendo o veículo.	Apensado ao PL 685/2013 que está apensado ao PL 5017/2009
80.	PL 5939/2013	Major Fábio	Dispõe sobre a comercialização de sinalizadores de emergência ou náuticos.	Apensado ao PL 5040/2013 que está apensado ao PL 3271/12 que está apensado ao PL 3381/2015

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
81.	PL 6002/2016	André Amaral	Altera a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 para dispor sobre a atendimento policial especializado ao idoso.	Apensado ao PL 4181/2015
82.	PL 6145/2016	Luiz Lauro Filho	Altera a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, para modificar as regras de concessão de medidas protetivas, aperfeiçoar as competências de equipes multidisciplinares, atualizar as remissões ao Código de Processo Civil e possibilitar a aplicação da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Apensado ao PL 6433/2013
83.	PL 6156/2016	Dâmina Pereira	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Apensado ao PL 3941/2004
84.	PL 6162/2005	Jair Bolsonaro	Altera a redação do art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3941/2004
85.	PL 6284/2016	Laerte Bessa	Revoga o § 4º do art. 33 e insere o inciso VIII no art. 40, ambos da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 6315/2013
86.	PL 6406/2013	Miriquinho Batista	Modifica a lei nº10826, de 22 de dezembro de 2003, estabelecendo regras para a comercialização de sinalizadores.	Apensado ao PL 5939/2013 que está apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
87.	PL 6519/2016	Rômulo Gouveia	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de detectores de metais nos acessos aos estabelecimentos tipo shopping center.	Apensado ao PL 6160/2016
88.	PL 6601/2009	Alex Canziani	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento.	Apensado ao PL 3941/2004
89.	PL 6660/2013	César Halum	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para especificar regras para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 7170/2010, que está apensado ao PL 3941/2004
90.	PL 6722/2013	Hugo Leal	Disciplina as atividades envolvendo balões de papel não tripulados e sem potencialidade de causar incêndio, reconhecendo-as como elemento da cultura popular e do folclore brasileiro.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
91.	PL 6807/2017	Professor Victório Galli	Exclui os incisos I, II e III; parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, incisos I e II e § 7º, do Art. 28 da Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006 (Lei sobre Drogas) para criminalizar o usuário de drogas.	Apensado ao PL 4941/2009
92.	PL 6839/2013	João Rodrigues	Acrescenta o inciso IV e o § 8º ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar pena de internação para tratamento de dependência química, pelo período mínimo de 6 meses, em estabelecimentos de saúde específicos para tal fim.	Apensado ao PL 4941/2009

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
93.	PL 6872/2017	Moses Rodrigues	Altera o artigo 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criminalizar a desobediência à mediada protetiva, e altera o artigo 19 da Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para estabelecer que a medida protetiva é independente da instauração de inquérito policial, investigação criminal ou processo penal.	Apensado ao PL 6433/2013
94.	PL 7002/2017	Cabo Sabino	Altera a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Apensado ao PL 298/2015 que está apensado ao PL 5604/2009, que está apensado ao PL 5041/2005, que está apensado ao PL 3941/2004
95.	PL 7085/2014	Iriny Lopes	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.	Apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2004
96.	PL 7102/2017	Maia Filho	Dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência e dá outras providências.	Apensado ao PL 5939/2013, que está apensado ao PL 5040/2013, que está apensado ao PL 3271/2012, que está apensado ao PL 3381/2015
97.	PL 7144/2014	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências.	Apensado ao PL 5017/2009
98.	PL 7147/2014	Major Fábio	Acrescenta parágrafo ao art. 302 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o fornecimento de equipamentos de segurança pelas empresas jornalísticas aos seus empregados.	Apensado ao PL 2658/2011
99.	PL 7170/2010	Nelson Goetten	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 3941/2004
100.	PL 7180/2010	Lupercio Ramos	Dispõe sobre a transferência de propriedade de veículo segurado, em caso de roubo ou furto.	Apensado ao PL 685/2003, que está apensado ao PL 5017/2009
101.	PL 7300/2002	Cabo Júlio	Dispõe sobre o contato físico de presidiários com visitantes e advogados no território nacional.	Apensado ao PL 107/1999 que está apensado ao PL 7764/2004
102.	PL 7301/2014	Onyx Lorenzoni	Altera a redação da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição; em relação aos requisitos necessários para aquisição, registro e porte de armas de fogo de uso permitido.	Apensado ao PL 5604/2009, que está apensado ao PL 5041/2005, que está apensado ao PL 3941/2004
103.	PL 7361/2010	Pompeo de Mattos	Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, permitindo a reabertura de prazos para cadastramento de armas de fogo e dá outras providências.	Apensado ao PL 6601/2009, que está apensado ao PL 3941/2004
104.	PL 7406/2017	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 12.830, de 2012 que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia, para dispor sobre o exercício das funções de polícia judiciária e polícia investigativa.	Apensado ao PL 798/2015
105.	PL 7433/2017	Senado Federal	Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício e revoga o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942.	Apensado ao PL 3381/2015

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
106.	PL 7564/2017	Cabo Daciolo	Altera a Lei 13.260, de 16 de março de 2016, que "Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013", para agravar a pena de atos cometidos contra agentes de segurança pública.	Apensado ao PL 3297/2015
107.	PL 7652/2014	Vander Loubet	Esta Lei altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 para regular a produção, importação comercialização e utilização de fogos de artifício.	Apensado ao PL 3271/2012 que está apensado ao PL 3381/2015
108.	PL 7706/2017	Arthur Virgílio Bisneto	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
109.	PL 7885/2017	Paulo Teixeira	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Estatuto do Desarmamento, para estabelecer novas regras sobre a custódia provisória de armas de fogo apreendidas.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
110.	PL 7910/2017	Marco Antônio Cabral	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para disciplinar a destinação dos armamentos apreendidos e dá outras providências.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
111.	PL 7960/2014	Félix Mendonça Júnior	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências".	Apensado ao PL 6601/2009, que está apensado ao PL 3941/2004
112.	PL 7998/2017	Goulart	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para reduzir os prazos de encaminhamento das armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, ao Comando do Exército, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
113.	PL 8006/2017	Vítor Valim	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, estabelecendo destinos às armas apreendidas.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
114.	PL 8120/2014	Sandes Júnior	Acrescenta o § 2º ao art. 10 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Apensado ao PL 6433/2013
115.	PL 8187/2017	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a concessão de porte de armas de fogo e munição, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1010/2007 que está apensado ao PL 3941/2004
116.	PL 8197/2017	Ronaldo Martins	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para disciplinar a permanência de arma de fogo apreendidas em instalações do Poder Judiciário.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
117.	PL 8223/2017	Francisco Floriano	"Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, para dispor sobre o descumprimento de medidas protetivas".	Apensado ao PL 6433/2013
118.	PL 8246/2017	Mauro Mariani	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre baixa de veículos sinistrados com laudo de perda total.	Apensado ao PL 685/2003 que está apensado ao PL 5017/2009
119.	PL 8257/2014	Ronaldo Fonseca	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para criar o banco de dados sobre medidas protetivas de urgência e estabelecer a possibilidade de deferimento de medidas protetivas de urgência desde o primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.	Apensado ao PL 6433/2013
120.	PL 8299/2017	Heuler Cruvinel	Torna obrigatório a utilização dos serviços de segurança em todas as escolas públicas de todo o território brasileiro.	Apensado ao PL 708/2015
121.	PL 8372/2017	Pollyana Gama	Determina que conste nos sistemas de registro de informações das polícias civil e militar a concessão de medidas protetivas da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.	Apensado ao PL 8257/2014 que está apensado ao PL 6433/2013
122.	PL 8488/2017	Laura Carneiro	Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para instituir prazo para a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher.	Apensado ao PL 8003/2017
123.	PL 8508/2017	Lincoln Portela	Torna obrigatória a instalação de portais de raios X e outros meios de inspeção para a entrada de pessoas em salas de cinema, teatros, casas de shows e espetáculos.	Apensado ao PL 6160/2016
124.	PL 8706/2017	Laudívio Carvalho	Acrescenta o art. 2º-A na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para determinar que os estabelecimentos financeiros sejam obrigados a ter vigilantes 24 horas por dia.	Apensado ao PL 8274/2017
125.	PL 8792/2017	Júlio Lopes	Altera a redação do §2º e insere um §6º ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tratar da destinação de armas de fogo apreendidas.	Apensado ao PL 7170/2010 que está apensado ao PL 3941/2004
126.	PL 8828/2017	Luciano Ducci	Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para dispor sobre o sistema de segurança de acesso às agências dos Correios que funcionem como Bancos Postais.	Apensado ao PL 8274/2017
127.	PL 8853/2017	Pepe Vargas	Aperfeiçoar as regras de segurança em agências de instituições financeiras.	Apensado ao PL 8274/2017
128.	PL 8995/2017	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, disciplinando o uso de armas e equipamentos de proteção individual para vigilantes em serviço ou quando em transporte de valores.	Apensado ao PL 8929/2017

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
129.	PL 9081/2017	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, disciplinando a utilização de armas de uso restrito e equipamentos de proteção balística individual por vigilantes em serviço ou quando em transporte de valores.	Apensado ao PL 8929/2017
130.	PL 9085/2017	Do Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	Apensado ao PL 6433/2013
131.	PL 9100/2017	Capitão Augusto	Altera a Lei nº 11.343, de 2006.	Apensado ao PL 4941/2009

Tabela 4. Requerimentos

Abreviaturas: Tipo: **SC** - Subcomissão ou Grupo de Trabalho; **AP** - Audiência Pública; **OE** - Outros Eventos; **D** - Assuntos Diversos; **RI** - Requerimento de Informação

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
186	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública para debater a gestão da segurança pública no âmbito do Distrito Federal.	AP	29/3/2017 - Aprovado.	17/5/2017 Audiência Pública realizada. Req. arquivado
187	HUGO LEAL E MARCELO MATOS (VER REQ. 190/2017)	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 5.065/2016, do Deputado Delegado Edson Moreira, que altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.	AP	29/3/2017 - Aprovado.	30/5/2017. Audiência Pública realizada. Req. arquivado
188	GIVALDO CARIMBÃO	Requer a constituição, no âmbito da Comissão Permanente de Segurança pública e Combate ao Crime Organizado, de Subcomissão Especial destinada a discutir políticas públicas sobre drogas dentro da segurança pública.	SC	Não deliberado	
189	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de Audiência Pública destinada ao debate sobre a Reforma Previdenciária, suas consequências e reflexos para os integrantes e os órgãos encarregados da segurança pública e persecução penal.	AP	29/3/2017, Aprovado.	10/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
190	GLAUBER BRAGA (VER REQ. 187/2017)	Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater o Projeto de Lei 5.065/16 que altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.	AP	3/5/2017 - Aprovado, com a inclusão de convidados.	30/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado
191	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater os efeitos para a segurança pública caso a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016, seja aprovada, uma vez que, dentre outros comandos, retira recursos do FUNPEN e amplia a possibilidade da utilização de servidores aposentados na Força Nacional, inclusive, em tarefas administrativas.	AP	3/5/2017 - Aprovado.	16/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado
192	ALBERTO FRAGA E SUBTENENTE GONZAGA) (VER REQ. 220/2017) (VER REQ. 225/2017)	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública.	AP	3/5/2017 - Aprovado.	6/6/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado
193	ALBERTO FRAGA (SUBTENENTE GONZAGA) (VER REQ. 204/2017) Em conjunto com a Comissão de Agricultura (REQ. 368/2017)	Requer a realização de audiência pública conjunta para debater as questões referente as invasões de propriedades rurais.	AP	17/5/2017 - aprovado alteração.	27/6/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
194	MOSES RODRIGUES (ELIZIANE GAMA) (VER REQ. 195/2017) (VER REQ. 199/2017) (VER REQ. 209/2017)	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública. Senhor Presidente, Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 17,VIII, c/c 255, do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater a cooptação de adolescentes para participar de um jogo chamado "Baleia Azul".	AP	3/5/2017 - Aprovado com retificação da ementa,	23/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
195	KEIKO OTA (MOSES RODRIGUES) (VER REQ. 194/2017)	Requer a realização de audiência pública para debater o suicídio de jovens por conta do jogo conhecido como "Baleia Azul"	AP	3/5/2017 - Aprovado.	23/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
196	SUBTENENTE GONZAGA (VER REQ. 194/2017)	Requer a realização de audiência pública conjunta para discutir meios legais de prevenção ao suicídio induzido ou estimulado em ambiente virtual.	AP	3/5/2017 - Aprovado.	16/5/2017 - Seminário realizado (a cargo da CSSF). Req. arquivado.
197	SILAS FREIRE (LINCOLN PORTELA)	Requer realização de mesa redonda nos municípios de Teresina Parnaíba, Floriano, Picos e Piripiri, no Estado do Piauí, para tratar sobre o aumento da criminalidade e violência urbana.	OE	3/5/2017 - Aprovado.	Aguardando sugestão de data por parte do autor.
198	VINICIUS CARVALHO (ELIZIANE GAMA E GAMA RONALDO MARTINS)	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a utilização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad)".	AP	3/5/2017 - Aprovado.	23/8/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
199	GIVALDO CARIMBÃO (VER REQ. 194/2017)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a prática criminosa do "Desafio da Baleia Azul".	AP	3/5/2017 - Aprovado.	23/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
200	GILBERTO NASCIMENTO E OUTROS (VER REQ. 208/2017)	Requer a realização de Audiência Pública para debater o sucateamento da polícia judiciária e suas consequências para a população.	AP	17/5/2017 - Subscrito pelos Dep. Alberto Fraga e Arnaldo Faria de Sá. aprovado com alterações	28/6/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
201	LAURA CARNEIRO (VER REQ. 194/2017) (VER REQ. 199/2017)	Requer seja realizada audiência pública para discutir sobre o "Jogo da Baleia Azul".	AP	Prejudicado em razão da aprovação de outros Requerimentos idênticos.	
202	ALEXANDRE VALLE	Requer a realização de Mesa Redonda na Câmara Municipal em Itaguaí-RJ, para debater os efeitos maléficos da criminalidade e da violência na região Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro, com a participação do Ministério da Justiça, da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Federal e da comissão e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no âmbito federal, Poder Judiciário, Poder executivo e Poder Legislativo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, além do Ministério Público Estadual.	OE	17/5/2017 - Aprovado com a alteração da lista de convidados.	26/6/2017 - Não foi realizado por falta de data livre para agendamento.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
203	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o Substitutivo, aprovado na CCJ e no Plenário do Senado, em um mesmo dia (24.4.2017) aos Projetos de Lei do Senado nº 280, de 2016 e nº 85/2017, que definem os crimes de abuso de autoridade, seu impacto e suas consequências para os profissionais da segurança pública.	AP	17/5/2017 - Aprovado com alteração de convidados.	5/7/2017 - Audiência Pública realizada. Req. Arquivado.
204	GLAUBER BRAGA E SUBTENENTE GONZAGA (VER REQ. 193/2017) Em conjunto com a Comissão de Agricultura (REQ. 368/2017)	Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater a escalada da violência no Campo.	AP	17/5/2017 - Subscrito pelo Dep. Subtenente Gonzaga. Aprovado com alteração.	27/6/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
205	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a realização de realização de Audiência Pública para debater a não lavratura do Termo Circunstanciado pelo policial militar no Estado de São Paulo.	AP	17/5/2017 - Aprovado com alteração e com abstenção do Dep. Silas Freire.	Audiência Pública agendada para 21/6/2017 e cancelada pelo Presidente, Dep. Capitão Augusto, em razão da falta de confirmação de participação do Secretário de Segurança Pública de SP.
206	DELEGADO ÉDER MAURO	Requer a realização de Mesa Redonda na cidade de Belém do Pará, para debater sobre o aumento da criminalidade e violência urbana, bem como a respeito da atuação da Segurança Pública no Estado do Pará.	OE	17/5/2017 - Aprovado.	Aguardando indicação de data, por parte do autor, para a realização do evento.
207	MAJOR OLÍMPIO	Solicita que seja realizada audiência pública no âmbito desta comissão a fim de debater sobre o sucateamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo e o seu efeito para a população.	AP	17/5/2017 - Aprovado.	4/7/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
208	MAJOR OLÍMPIO E LAERTE BESSA (VER REQ. 200/2017)	Solicita que seja realizada audiência pública no âmbito desta comissão a fim de debater sobre o sucateamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo e o seu efeito para a população.	AP	17/5/2017 - Subscrito pelo Dep. Laerte Bessa. Aprovado com a realização de audiência pública única.	28/6/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
209	GIVALDO CARIMBÃO E PASTOR EURICO (VER REQ. 194/2017)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a prática criminosa do "Desafio da Baleia Azul"	AP	17/5/2017 - Subscrito pelo Dep. Pastor Eurico. Aprovado.	23/5/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
210	ALBERTO FRAGA	Requer aprovação de Moção de Pesar ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal e aos familiares do Cabo Luciano Pereira dos Santos.	D	17/5/2017 - Aprovado.	24/5/2017 – Encaminhados, via assessoria, Moção por meio dos ofícios nºs 105 e 106/2017. Req. arquivado.
211	ALBERTO FRAGA	Requer a aprovação de Moção Honrosa para o Cabo Heitor Theodoro da Silva.	D	17/5/2017 - Aprovado.	24/5/2017 – Encaminhados, via assessoria, Moção por meio dos ofícios nºs 107 e 112/2017. Req. arquivado.
212	JOSÉ PRIANTE	Solicita seja convidado o Presidente da OAB/MT e outros.	AP	17/5/2017 - Aprovado.	A audiência foi agendada para 22/5/2017 e desmarcada por solicitação do autor do requerimento.
213	LAERTE BESSA E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o reforço das fronteiras do Brasil, a fim de evitar o tráfico de armas e drogas.	AP	31/5/2017 - Aprovado.	28/6/2017 - Audiência Pública realizada, Conjunta com CREDN, CSSF, CINDRA, CTASP, CSPCCO. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
214	MARCELO MATOS (VER REQ 237) (VER REQ 250)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a crise na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.	AP	31/5/2017 - Aprovado.	19/9/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
215	JÚLIO LOPES (VER REQ 239)	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 6.737, de 2016, e a segurança privada em âmbito nacional.	AP	31/5/2017 - Aprovado.	11/7/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
216	SABINO CASTELO BRANCO	Requer a realização de Audiência Pública para debater a crise na segurança pública no Estado do Amazonas.	AP	31/5/2017 - Aprovado.	Foi agendada para o dia 12/7/2017 e desmarcada por solicitação do autor do requerimento.
217	DELEGADO WALDIR	Requer o convite do senhor Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre cortes na verba da Polícia Federal e a diminuição da equipe da Operação Lava jato.	AP	Não deliberado	
218	DELEGADO WALDIR	Requer o convite do Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Sr. Ricardo Brisolla Balestreri; do prefeito do município de Anápolis, GO, do Sr. Roberto Naves e Siqueira; do Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, Coronel Divino Alves de Oliveira; da juíza da Vara de Execução Penal de Anápolis, Sra. Lara Gonzaga de Siqueira, da promotora de justiça da 8ª Promotoria de Anápolis, GO, Sra. Adriana Marques Tiago, do superintendente executivo de administração penitenciária da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SSPAP, Coronel Victor Dragalzew Junior, do presidente da subseção da OAB de Anápolis, GO, Sr. Ronivan Peixoto de Moraes Júnior e do Diretor do Centro de Inserção Social de Anápolis, GO, Sr. Fábio de Oliveira Santos, para esclarecerem os fatos relacionados à transferência de 558 presos da Penitenciária Odenir Guimarães - POG, situada em Aparecida de Goiânia, GO, após rebelião que resultou em cinco mortes, para o Centro de Inserção Social de Anápolis, GO, no dia 23 de fevereiro de 2017.	AP	Não deliberado	

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
219	VINÍCIUS CARVALHO (VER REQ. 236) (VER REQ. 262) (VER REQ. 264) (VER REQ. 265)	Requer a realização de Audiência Pública para que sejam debatidos temas referentes à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência.	AP	7/6/2017 - Aprovado com a inclusão de 2 representantes da PM e 2 da Polícia Civil.	28/11/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
220	SUBTENENTE GONZAGA (VER REQ. 192/2017)	Requer a inclusão do nome da autoridade que especifica na audiência pública a ser realizada para debater o Projeto de Lei 6.662/2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Segurança Pública, solicitada por meio do Requerimento nº 192 de 2017.	AP	31/5/2017 - Aprovado.	6/6/2017 - Audiência Pública realizada. Requerimento arquivado
221	GIVALDO CARIMBÃO (VER REQ. 234/2017)	Requer a realização de Audiência Pública para discutir políticas públicas antidrogas e medidas de recuperação de dependentes no âmbito da região denominada "Cracolândia", em São Paulo.	AP	5/7/2017 - Aprovado.	Aguardando data para agendamento
222	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a aprovação de voto de repúdio à Emissora Rede Globo de Televisão.	D	7/6/2017 - Retirado de pauta pelo autor. Não deliberado	
223	DELEGADO WALDIR	Solicita que seja convocado o Ministro de Justiça e Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre cortes na verba da Polícia Federal e a diminuição da equipe da Operação Lava jato.	AP	Não deliberado.	
224	DELEGADO WALDIR	Solicita que seja convocado o Ministro de Justiça e Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre cortes na verba da Polícia Federal e a diminuição da equipe da Operação Lava jato.	AP	Prejudicado, nos termos do Art. 164, I RICD, tendo em vista o Dep. Osmar Serraglio não ser mais o Ministro da Justiça.	
225	JOÃO CAMPOS (VER REQ. 192/2017)	Requer a inclusão de convidado com base no Requerimento n.º 192/2017 de autoria dos Deputados Alberto Fraga (DEM/DF) e Subtenente Gonzaga (PDT-MG).	AP	Prejudicado	
226	LAERTE BESSA	Requer a realização de audiência pública para discutir, implementar e melhorar os planos de saúde dos órgãos da Segurança Pública do Distrito Federal.	AP	7/6/2017 - Aprovado com a inclusão do convidado.	12/6/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
227	CABO SABINO	Solicita que sejam convidados os Senhores Paulo Rogério Caffareli, Presidente do Banco do Brasil e Gilberto Occhi, Presidente da Caixa Econômica Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o fechamento de agências em virtude de assaltos.	AP	Não deliberado.	

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
228	CAPITÃO AUGUSTO E CABO SABINO	Requer a realização de visita de uma comitiva de parlamentares desta Comissão ao Estado do Espírito Santo, para debater a situação dos policiais presos em razão do movimento de paralisação dos policiais militares daquela unidade da federação.	OE	5/7/2017 - Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para o agendamento.
229	MAJOR OLÍMPIO E SUBTENENTE GONZAGA	Solicita que seja realizada audiência pública conjunto desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a situação dos Policiais Militares do Espírito Santo, presos em razão do movimento promovido por familiares em prol de condições dignas de trabalho.	AP	5/7/2017 - Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para o agendamento.
230	CABO SABINO	Requer a realização de Encontro desta Comissão, no município de Fortaleza - CE, para debater com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público, a grave situação da Segurança Pública no Estado do Ceará.	OE	5/7/2017 - Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para o agendamento.
231	CABO SABINO	Requer a realização de Audiência Pública, para debater com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público, a grave situação da Segurança Pública no Brasil.	AP	5/7/2017 - Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para o agendamento.
232	CABO SABINO	Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro de Estado da Justiça, Torquato Jardim, para comparecer à esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a utilização de civis na Força Nacional.	AP	Não deliberado	
233	EDUARDO BOLSONARO	Requer a convocação do senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a fim de prestar informações sobre a situação financeira e orçamentária de sua pasta, especificamente no que se refere ao comprometimento da atuação dos órgãos de Segurança Pública.	AP	Não deliberado	
234	GLAUBER BRAGA (VER REQ. 221/2017)	Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater as políticas públicas antidrogas na região Cracolândia no centro de São Paulo.	AP	5/7/2017 - Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para o agendamento.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
235	MAJOR OLÍMPIO	Requer a retirada das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, ao Projeto de Lei nº 1.815 de 2015.	D	Deferido.	28/6/2017 - Deferido, pelo Presidente da CSPCCO, a retirada das emendas ao PL 1.815/2015. Req. arquivado.
236	DELEGADO WALDIR (VER REQ. 219) (VER REQ. 262) (VER REQ. 264) (VER REQ. 265)	Requer a inclusão do nome da autoridade que especifica na audiência pública a ser realizada para debater os "temas referentes à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência", solicitada por meio do Requerimento nº 219 de 2017.	AP	5/7/2017 - Aprovado.	28/11/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
237	MARCELO DELAROLI (VER REQ 214) (VER REQ 250)	Requer a realização de Audiência Pública convidando o Governador do Estado do Rio de Janeiro - Luiz Fernando Pezão, o Ministro de Estado do Ministério da Defesa - Raul Jungmann, o Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Dr. José Eduardo Ciotola Gussemo, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - Antônio Roberto Cesário de Sá, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Wolney Dias, o 3º sgt da PMERJ - Anderson Valentim e um representante da Exatus (banca responsável organizadora do concurso da PMERJ), para debater e/ou prestarem esclarecimentos sobre a grave crise da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em especial das questões inerentes a Polícia Militar do Estado, bem como, os 4.000 concursados aprovados no ano de 2014 que não foram convocados ainda	AP	5/7/2017 - Aprovado.	19/9/2017 – Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
238	GLAUBER BRAGA	Requer aprovação de Moção de Aplausos e Reconhecimento ao Quarto Grupamento Marítimo (4ºGMAR) do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro em especial a Tenente Bruna Gonçalves, Sargento Matta, Subtenente Danilo, Sargento Liliane e Cabo Carmo.	OE	5/7/2017 - Aprovado.	11/7/2017 - Enviada a Moção de Aplauso. Req. arquivado.
239	DELEGADO WALDIR (VER REQ 215)	Requer o aditamento ao Requerimento nº 215, de 2017, que requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 6.737, de 2016, e a segurança privada em âmbito nacional.	AP	5/7/2017 - Aprovado.	11/7/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
240	MAJOR OLÍMPIO	Requer realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 5.937 de 2016.	AP	16/8/2017 - Aprovado.	Perdeu a oportunidade, pois o PL 5.937/2016 foi provado em 23/8/2017
241	LAUDÍVIO CARVALHO E OUTROS	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Enfrentamento da atuação do crime organizado nos assaltos a carros fortes, caixas eletrônicos e transportes de valores mediante a utilização de explosivos".	AP	9/8/2017 - Aprovado com a inclusão de outros convidados.	13/9/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
242	ARNALDO FARIA DE SÁ E ONYX LORENZONI	Requerimento de convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Sr. Rodrigo Tacla Durán, advogado, ex-operador do Departamento de Operações Estruturadas da Construtora Norberto Odebrecht, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre suas declarações dadas em entrevista ao jornal espanhol "El País".	AP	9/8/2017 - Aprovado.	
243	ONYX LORENZONI	Requerimento de convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado convide aos Senhores Wanderlei Alves, liderança do Movimento dos Caminhoneiros no Estado de São Paulo, e Odilon Pereira da Fonseca, liderança do Movimento dos Caminhoneiros no Estado de Mato Grosso, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o Movimento Nacional da categoria, suas reivindicações e reflexos na segurança pública, das estradas e no abastecimento do país.	AP	16/8/2017 - Aprovado.	16/8/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
244	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a aprovação de voto de repúdio ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.	D	16/8/2017 - Aprovado.	17/8/2017 – Moção enviada. Req. arquivado.
245	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a aprovação de voto de repúdio ao Governador do Estado de São Paulo.	D	Não deliberado	
246	VINICIUS CARVALHO	Requer a convocação de Ministro de Estado da Justiça destinada a debater a utilização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad).	AP	Não deliberado	
247	LINCOLN PORTELA E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública e que sejam convidados representantes dos Sindicatos e Associações dos agentes penitenciários, visando a discutir a instituição do Dia Nacional do Agente Penitenciário.	AP	23/8/2017 - Aprovado	Aguardando indicação dos nomes dos representantes.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
248	POMPEO MATTOS	Solicita a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater a situação do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica, convidando o Ministro da Defesa Raul Belens Jungmann Pinto e o Comandante da Aeronáutica, Ten. Brigadeiro Nivaldo Rossato.	AP	Não deliberado	
249	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater e obter esclarecimentos sobre o bloqueio de aparelhos celulares irregulares no Brasil.	AP	5/9/2017 – Aprovado com a inclusão convidados.	17/10/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
250	MARCELO DELAROLI (VER REQ 214) (VER REQ 237)	Inclusão de novo convidado a audiência pública para debater e/ou prestarem esclarecimentos sobre a grave crise da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em especial das questões inerentes a Polícia Militar do estado, bem como, os 4.000 concursados aprovados no ano de 2014 que não foram convocados ainda.	AP	5/9/2017 - Aprovado.	19/9/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
251	CAPITÃO AUGUSTO	Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a realização de audiência pública conjunta, com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para debater sobre a Mensagem nº 185/17 - do Poder Executivo - (AV 220/2017).	AP	5/9/2017 - Aprovado.	3/10/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
252	GLAUBER BRAGA	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o PL 1.504/15 e alternativas de financiamento à segurança pública.	AP	Não deliberado	
253	VINICIUS CARVALHO KEIKO OTA	Requer a realização de audiência pública para debater o enquadramento legal dos crimes contra a dignidade sexual.	AP	13/9/2017 - Aprovado.	24/10/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
254	ONYX LORENZONI	Requerimento de convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para que compareça perante a CSPCCO com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a nova sistemática de reajustes dos preços de combustíveis, seus reflexos nos movimentos grevistas de caminhoneiros, no abastecimento e na segurança pública do país.	AP	Não deliberado	

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
255	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública para debater a concessão do porte de arma de fogo.	AP	4/10/2017 - Subscrito pelos dos Deputados Subtenente Gonzaga, Laura Carneiro e Delegado Waldir, o Requerimento foi Aprovado como convite e inclusão de convidado.	22/11/2017 – Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
256	CAPITÃO AUGUSTO	Requer, nos termos regimentais, que esta Comissão aprove MOÇÃO DE LOUVOR pelo excelente trabalho realizado pelo Juiz Federal Sérgio Fernando Moro no âmbito das medidas judiciais que envolvem a operação conhecida como "Operação Lava Jato".	D	N	
257	ONYX LORENZONI	do Sr. Onyx Lorenzoni - que "requerimento de convocação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Excelentíssimo Senhor Ministro De Estado da Cultura, Sérgio Sá Leitão, para que compareça perante esta CSPCCO com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as exposições realizadas em Porto Alegre/RS, no Centro Cultural Santander, e em São Paulo/SP, no Museu de Arte Moderna (MAM), onde foram constatadas a ocorrência de ilícitos de natureza penal em projetos culturais financiados com recursos oriundos da lei Rouanet, e que causaram profunda repulsa social, com reflexos na Ordem Pública e na Segurança de instituições e cidadãos".	AP	4/10/2017 – Não deliberado. O requerimento foi retirado de pauta pelo autor.	
258	ALBERTO FRAGA, ONYX LORENZONI E LAURA CARNEIRO	Requerimento de convocação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Senhor Ministro de Estado da Cultura, Sérgio Sá Leitão, para que compareça perante esta comissão temática com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre exposições realizadas em Porto Alegre/RS e em São Paulo/SP, realizadas com recursos públicos e onde foram onde foram constatados de ilícitos penais que causaram reação social e que resultaram em conflitos com reflexos na Segurança Pública.	AP	4/10/2017 - Aprovado com a substituição do termo "convocação" para "convite" do Ministro de Estado da Cultura.	18/10/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
259	SUBTENENTE GONZAGA (VER REQ 263)	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o PL 7.908, de 2017, que "Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a audiência de custódia de adolescente acusado de ato infracional", com os convidados que especifica.	AP	10/10/2017 - Aprovado com a inclusão convidados.	23/11/2017 - Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
260	SILAS FREIRE E CAPITÃO AUGUSTO	Requer a participação da Comissão de Segurança Pública no encontro sobre Segurança Pública que será realizada no dia 27 de outubro em Rio Branco no Acre com presença de Governadores e autoridades Federais e estrangeiras.	OE	Não deliberado	
261	SILAS FREIRE E CAPITÃO AUGUSTO	Requer o pedido de informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, Secretaria de Justiça – PI e Polícia Civil e Ministério Público sobre o caso do menor de 13 anos que foi encontrado dormindo debaixo da cama de um detento na Colônia Agrícola Major César Oliveira, no município de Altos-PI.	D	31/10/2017 - Aprovado.	1º/11/2017 - Foram enviados Ofícios Pres. nºs 326, 327, 328 e 329/2017, em 1/11/2017, pedidos de informações. Req. Arquivado.
262	ALBERTO FRAGA (VER REQ. 219) (VER REQ. 236) (VER REQ. 264) (VER REQ. 265)	Requer inclusão de autoridade em complementação ao Requerimento 219/2017 debater o tema referente à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência.	AP	31/10/2017 - Aprovado.	28/11/2017 – Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
263	DELEGADO WALDIR (VER REQ. 259)	Requer o aditamento ao REQ 259/17, do dep. Subtenente Gonzaga - PDT/MG, para incluir convidado à audiência pública destinada a debater o PL 7.908, de 2017, que "Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a audiência de custódia de adolescente acusado de ato infracional"	AP	31/10/2017 – Aprovado.	23/11/2017 – Audiência Pública realizada. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
264	LAERTE BESSA, ALBERTO FRAGA E HUGO LEAL (VER REQ. 219) (VER REQ. 236) (VER REQ. 262) (VER REQ. 265)	Requer inclusão de autoridade em complementação ao Requerimento 219/2017 debater o tema referente à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência.	AP	31/10/2017 – Aprovado.	28/11/2017 – Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
265	SUBTENENTE GONZAGA E ALBERTO FRAGA (VER REQ. 219) (VER REQ. 236) (VER REQ. 262) (VER REQ. 264)	Requer inclusão de autoridade em complementação ao Requerimento 219/2017 debater o tema referente à lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência.	AP	31/10/2017 – Aprovado.	28/11/2017 – Audiência Pública realizada. Req. arquivado.
266	CABO SABINO E ALBERTO FRAGA	Requer a realização de Audiência Pública para debater, com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público, a ausência da aplicação de Tecnologia que bloqueia a utilização de rede de telefonia móvel.	AP	31/10/2017 – Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para agendamento.
267	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Seguridade Social e Família para conhecimento da operação Luz na Infância e debate de estratégias para o enfrentamento da prática de pedofilia no Brasil.	AP conj. com CSSF	Não deliberado por solicitação do autor.	
268	GLAUBER BRAGA	Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. TORQUATO LORENA JARDIM, para prestar esclarecimentos sobre a situação da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro.	AP	7/11/2017 – Rejeitado, contra os votos dos Deputados Glauber Braga e Onyx Lorenzoni.	

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
269	HUGO LEAL E MARCELO DELAROLI	Requer seja convocado o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, para comparecer a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO e prestar esclarecimentos sobre a notícia divulgada pelo Jornalista Josias de Souza, nesta data (31/10/2017), através do Portal UOL, em que declarações atribuídas ao Ministro apontam "que o governador fluminense, Luiz Fernando Pezão, e o secretário de Segurança do Estado, Roberto Sá, não controlam a Polícia Militar" e que "o comando da PM no Rio decorre de "acerto com deputado estadual e o crime organizado".	AP	7/11/2017 – Aprovado, com alteração do termo "convocação" para "convite".	22/11/2017 Audiência Pública realizada. Arquivado.
270	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a realização de audiência pública para debater proposta de edição do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 90 (RBAC nº 90), intitulado "Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública".	AP	8/11/2017 – Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para agendamento.
271	CABO SABINO	Requer a realização de Audiência Pública, para debater o aumento do crime organizado no Brasil.	AP	8/11/2017 – Aprovado.	
272	CABO SABINO (VER REQ. 276)	Requer a realização de Audiência Pública, para debater a PEC 275/2016 e a importância das Guardas Municipais para a Segurança Pública.	AP	8/11/2017 – Aprovado.	12/12/2017 – Seminário realizado. Req. arquivado.
273	GLAUBER BRAGA	Solicita a realização de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, acerca do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.	AP	8/11/2017 – Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para agendamento.
274	GLAUBER BRAGA	Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. TORQUATO LORENA JARDIM, para prestar esclarecimentos sobre a situação da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro.	AP	Não deliberado.	
275	LINCOLN PORTELA	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 8822/2017, Institui o Programa Nacional de Apoio à Segurança Pública e dá providências correlatas.	AP	29/11/2017 – Aprovado.	Aguardando disponibilidade de data para agendamento.
276	CABO SABINO (VER REQ. 272)	Requer aditamento ao requerimento de nº 272/2017, já aprovado nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	AP	29/11/2017 - Aprovado.	12/12/2017 – Seminário realizado. Req. arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIA S/OBSERVAÇÕES
277	ROCHA	Solicita a realização de Encontro, no município de Curitiba, no Estado do Paraná, com o Governador do Estado do Paraná e membros dessa Comissão, para tratar sobre as rebeliões ocorridas em presídios daquele Estado e sobre determinação de transferência de presos.	OE	Não deliberado.	
278	CAPITÃO AUGUSTO	Requer que seja convidado o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Ministro Gilmar Mendes, para expor e debater, em Audiência Pública, sobre a possibilidade de invasão do sistema de computadores que controlam as urnas eletrônicas no Brasil.	AP	Não deliberado.	
279	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a possibilidade da prática de crime de violação da urna eletrônica e do sistema de computador de processamento que controla as urnas eletrônicas no Brasil.	AP	Não deliberado.	
280	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de Audiência Pública com as autoridades abaixo nominadas para debaterem o PL 9085/2017, de Autoria do Executivo, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tratar de aplicação de medida protetiva de urgência, em caráter provisório, pelo delegado de polícia na existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica ou de seus dependentes.	AP	Não deliberado.	
281	CAPITÃO AUGUSTO	Solicita autorização para impressão do Relatório de Atividades desenvolvidas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado em 2017.	D	Não deliberado.	

Resolução nº 20, de 2004

Dá nova redação aos arts. 25, 26, 29, 32 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º

Art. 4º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

-
- XVI - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:
- a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas;
 - b) combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana;
 - c) controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias;
 - d) matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;
 - e) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública;
 - f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública;
 - g) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
 - h) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas governamentais de segurança pública;
 - i) colaboração com entidades não-governamentais que atuem nas matérias elencadas nas alíneas deste inciso, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência;

.....
Câmara dos Deputados, 17 de março de 2004 - Deputado JOÃO PAULO CUNHA, Presidente

Contatos

Portal da Câmara dos Deputados
<http://www.camara.leg.br>

e-mail da Comissão
cspcco.decom@camara.leg.br

Endereço
Câmara dos Deputados - Anexo II
Sala 166-C - CEP 70.160-900

Telefones
0xx61 3216-6761 à 6768

